

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA

Kairo Lazarini da Cruz

**UMA MÃE, UM MESTIÇO, UM EPILÉTICO E UMA PROSTITUTA: AS IRÔNICAS
INTERIDENTIDADES EM *O ESPLENDOR DE PORTUGAL* (1997), DE ANTÓNIO
LOBO ANTUNES**

São Carlos
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA

Kairo Lazarini da Cruz

**UMA MÃE, UM MESTIÇO, UM EPILÉTICO E UMA PROSTITUTA: AS IRÔNICAS
INTERIDENTIDADES EM *O ESPLENDOR DE PORTUGAL* (1997), DE ANTÓNIO
LOBO ANTUNES**

Dissertação de mestrado vinculada à linha de pesquisa Literatura, história, cultura e sociedade do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura (PPGLit) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

São Carlos

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Kairo Lazarini da Cruz, realizada em 12/07/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Andre Sebastiao Damasceno Correa de Sa (UFSCar)

Prof. Dr. Jorge Vicente Valentim (UFSCar)

Profa. Dra. Patricia Isabel Martinho Ferreira (UMASS)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador,

Prof. Dr. André Corrêa de Sá, com quem tive o prazer de conviver durante pouco mais de um ano, quando estive lecionando na UFSCar, tempo suficiente para formarmos um laço sincero de amizade que supera a relação acadêmica.

À Prof. Dra. Patrícia Martinho Ferreira,

que de tão bom grado aceitou me coorientar, sendo imprescindível para a evolução deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Jorge Vicente Valentim,

meu mentor durante toda a graduação, inquestionável maestro quando o assunto é literatura portuguesa.

À Profa. Dra. Carla Ferreira,

sem cuja incansável ajuda não conseguiria chegar ao fim desta jornada.

Ao Conselho de Pós-Graduação,

por todo o suporte, por me conceder o tempo necessário para o desenvolvimento desta dissertação e por confiar no meu trabalho.

Aos meus familiares,

pelo apoio e pela estrutura necessária para o meu desenvolvimento, em especial à minha mãe, Adriana D. Lazarini da Cruz, minha heroína, e à Letícia A. Franzini, minha companheira para a vida e excelente colega de profissão.

À Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

por me acolher e por ser minha casa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

pela concessão da bolsa de mestrado que me proporcionou os meios essenciais para dar seguimento ao meu desenvolvimento como professor pesquisador, de modo a continuar desvelando um mundo de possibilidades na produção acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o romance *O Esplendor de Portugal* (1997), de António Lobo Antunes, numa perspectiva pós-colonial. Embora este ponto de partida não seja propriamente novo, espero que a minha proposta de leitura do romance enriqueça a sua recepção crítica com novos pontos de vista e destaque a importância dessa abordagem nas discussões contemporâneas sobre a identidade portuguesa. A dissertação desenvolve-se ao longo de duas linhas de análise interligadas. Em primeiro lugar, baseio-me no conceito de “interidentidade” de Boaventura de Sousa Santos (2003), que sugere que a autorrepresentação do colonizador português cria uma disjunção entre o sujeito e o objeto da representação colonial. Examinamos o modo como os personagens Isilda, Carlos, Rui e Clarisse, colonos portugueses em África no contexto do fim histórico do colonialismo e da subsequente Guerra Civil Angolana (1975-2002), evocam a deslocação geográfica e a desagregação familiar como exemplos paradigmáticos deste conceito. Em segundo lugar, argumento que a noção de interidentidade permite articular uma subversão irônica dos sistemas simbólicos que representam o *ethos* colonial do império português. Segundo este ponto de vista, o microcosmo familiar do romance pode funcionar como modelo de uma crítica sustentada à noção de “esplendor de Portugal”, popularizada pela historiografia oficial do Estado Novo português.

Palavras-chave: Interidentidade. Ironia. Colonialismo. Pós-colonialismo. Ficção portuguesa contemporânea. António Lobo Antunes.

ABSTRACT

This work aims to analyze the novel *O Esplendor de Portugal* (1997), by António Lobo Antunes, from a post-colonial perspective. Although this starting point is not exactly new, I hope that my reading proposal of the novel will enrich its critical reception with new points of view and highlight the importance of this approach in contemporary discussions about Portuguese identity. The dissertation is developed through two interconnected lines of analysis. Firstly, it's based on Boaventura de Sousa Santos' (2003) concept of “interidentity”, which suggests that the self-representation of the Portuguese colonizer creates a disjunction between the subject and object of colonial representation. I examine the way in which the characters Isilda, Carlos, Rui and Clarisse, Portuguese settlers in Africa in the context of the historical end of colonialism and the subsequent Angolan Civil War (1975-2002), evoke geographic displacement and family breakdown as paradigmatic examples of this concept. Secondly, I argue that the notion of inter-identity allows to formulate an ironic subversion of symbolic systems that represent the colonial *ethos* of the Portuguese empire. From this point of view, the family microcosm of this novel can function as a model for a sustained critique of the notion of “Portugal's splendor” popularized by the official historiography of the Portuguese Estado Novo.

Keywords: Interidentity. Irony. Colonialism. Postcolonialism. Contemporary Portuguese fiction. Antonio Lobo Antunes.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la novela *O Esplendor de Portugal* (1997), de António Lobo Antunes, desde una perspectiva postcolonial. Aunque este punto de partida no es exactamente nuevo, espero que mi propuesta de lectura de la novela enriquezca su recepción crítica con nuevos puntos de vista y resalte la importancia de este enfoque en las discusiones contemporâneas sobre la identidad portuguesa. La disertación se desarrolla en dos líneas de

análisis interconectadas. En primer lugar, recorro al concepto de “interidentidad” de Boaventura de Sousa Santos (2003), que sugiere que la auto-representación del colonizador portugués crea una disyunción entre el sujeto y el objeto de la representación colonial. Examino la forma en que los personajes Isilda, Carlos, Rui y Clarisse, colonos portugueses en África en el contexto del fin histórico del colonialismo y la subsiguiente Guerra Civil Angoleña (1975-2002), evocan el desplazamiento geográfico y la desintegración familiar como ejemplos paradigmáticos de este concepto. En segundo lugar, argumento que la noción de interidentidad permite articular una subversión irónica de los sistemas simbólicos que representan el ethos colonial del imperio portugués. Desde este punto de vista, el microcosmos familiar de esta novela puede funcionar como un modelo para una crítica sostenida de la noción del “esplendor de Portugal” popularizada por la historiografía oficial del Estado Novo portugués.

Palabras clave: Interidentidad. Ironía. Colonialismo. Postcolonialismo. Ficción portuguesa contemporânea. António Lobo Antunes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: ANTÓNIO LOBO ANTUNES E O PÓS-COLONIAL	15
1.1. Poder, discurso, colonialismo e identidade	17
1.2 António Lobo Antunes é um escritor pós-colonial?	20
CAPÍTULO 2: SOBRE O COLONIALISMO PORTUGÊS	30
CAPÍTULO 3: AS IRÔNICAS INTERIDENTIDADES	41
3.2 Os anos de conflitos: pormenores do romance	48
3.2.1 De África retornam mestiços, epilépticos e prostitutas.....	66
3.2.2 O Mestiço	68
3.2.3 O Epiléptico	74
3.2.4 A Prostituta	79
CAPÍTULO 4: ALÉM DO PÓS-COLONIAL	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS	99

Qual é a história do livro?

É sobre uma mãe, que está em Angola, e três filhos que ela pôs no barco para cá [Portugal] em finais dos anos setenta [...].

António Lobo Antunes, *Nunca li um livro meu*.

INTRODUÇÃO

O passado é mudo? Ou continuamos sendo surdos?

Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*.

Pela primeira vez, a história e a cultura do imperialismo podem ser agora estudadas de maneira não monolítica, descompartmentalizadas, sem separações ou distinções reducionistas

Edward Said, *Cultura e Imperialismo*.

Entre a vasta obra romanesca de António Lobo Antunes, *O Esplendor de Portugal* é um dos romances que fazem parte de uma “série de livros sobre o poder e sobre o exercício do poder em Portugal” (Antunes, 1997, p. 32).

Nessa obra em particular, vê-se o fim do império colonial e a dissolução de uma família de colonos portugueses que habitavam fazendas agrárias na Baixa do Cassanje, em Angola. Segundo Maria Alzira Seixo, *O Esplendor de Portugal* é o mais incisivo dentre os títulos que trazem a memória de África, ao “[...] perspectivar esta matéria, [...] isto é, a voz dos que lá nasceram e de lá partiram, ou que ficaram para partirem pela morte, que a sua permanência de vários modos veio a causar” (Seixo, 2002, p. 319). Além disso, este romance torna-se agudamente sensível às diversas formas de sofrimento que o colonialismo e o seu fim vieram a causar, desenvolvidas a partir de “[...] uma história de separação e desencontro [...] solidão e remissão a raízes que não são as próprias, e que surgem descentradas devido a uma apropriação indevida, mas politicamente legitimada da terra, que se repercute na identidade dos indivíduos” (Seixo, 2002, p. 328).

Na visão da ensaísta, no que diz respeito à questão colonial, este romance, publicado em 1997, difere de outras narrativas, como *Os Cus de Judas* (1979), *Fado Alexandrino* (1980) ou *Manual dos Inquisidores* (1999). Estes últimos não trazem o tema de maneira menos pungente, “[...] mas radicam na terra portuguesa em termos de regresso ou de nostalgia, de desadaptação ou recordação atroz, e África é neles um período de passagem, transformador e destrutivo mas sem o peso da origem a marcá-lo” (Seixo, 2002, p. 319). Em *O Esplendor de Portugal*, o peso da origem é o fator que assinala profundamente as diversas formas de sofrimento que o colonialismo, a luta por libertação e a independência vieram a causar aos seus personagens. Esses indivíduos estão inseridos em um contexto caótico, caracterizado pelos momentos de violência que antecederam a Revolução de Abril de 1974, assim como os anos seguintes,

marcados por intensos conflitos durante a descolonização e a subsequente Guerra Civil Angolana, que se sucede de 1975 a 2002.

No contexto português, além da literatura colonial publicada durante o Estado Novo, as narrativas predominantes sobre o passado colonial em África concentram-se principalmente no período entre 1961-1975. Essas obras tematizam a Guerra Colonial e suas consequências traumáticas para os portugueses, tanto para os que combateram nas colônias, quanto para os que permaneceram na metrópole. De acordo com Viviana C. Carvalho de Freitas Azevedo, em *Literatura Pós-colonial Portuguesa como Lugar de Memória da Colonização Portuguesa em África*, “[...] verifica-se uma tendência para a ficção portuguesa de temática africana se apropriar da figura e da experiência multigeracional do colono para, assim, analisar o passado do Portugal colonial e a ruína do último império” (Azevedo, 2013, p. 2).

Não à toa, a chamada "literatura de retorno" (Pitta, 2010 *apud* Azevedo, 2013, p. 7), predominante na cena literária portuguesa, aparece como uma resposta a essa situação. As décadas de setenta e oitenta são “[...] fecundas em memórias e ficções da Guerra Colonial, presentes nos livros de Lídia Jorge, António Lobo Antunes e João de Melo” (Azevedo, 2013, p. 7). Elas dão particular importância à expressão de um tipo de luto especial por uma África perdida, combinado a uma revolta silenciada entre aqueles que tiveram de abandonar tudo e enfrentar a estigmatização social após sua chegada a Portugal¹.

A partir dos anos finais da década de noventa, a mesma atitude de empenho cívico anticolonialista é compartilhada. Perspectivas sobre o passado colonial são ampliadas e tornam-se mais heterodoxas, uma vez que “aqueles que nunca tiveram voz, por estarem nas margens dos acontecimentos” passam a ser representados em imagens complexas e plurais da vivência portuguesa em África², pondo em questão a imagem que “muitos portugueses guardam na memória ou que os livros de história e sociologia oferecem” (Azevedo, 2013, p. 2).

Destarte, *O Esplendor de Portugal* revela imagens particulares de um passado português que vai se tornando coletivo ao longo da narrativa. Isso porque, no núcleo familiar dos protagonistas, é possível vislumbrar a apresentação à boca de cena das múltiplas faces do poder colonial racista e “[...] as consequências dramáticas do poder militar no inferno da guerra civil em Angola; e, de modo diverso, mas, todavia, afim, o poder de práticas neocoloniais” (Arnaut,

¹ Podem ser citados como exemplos os romances, *O Dia dos Prodígios* (1980) e *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge; *Os cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes; *Gente Feliz com Lágrimas* (1988) e *O meu Mundo Não é Deste Reino* (1989), de João de Melo.

² Para além de *O Esplendor de Portugal* (1997), de António Lobo Antunes, são representantes desse aspecto as obras *O Senhor da Ilhas* (1994), de Maria Isabel Barreno, *A Árvore da Palavras* (1997), de Teolinda Gersão, *Equador* (2004), de Miguel Sousa Tavares, e *O Retorno* (2011), de Dulce Maria Cardoso, entre outros.

2009, p. 46). Dessa maneira, representa-se a vida dos colonos em uma situação muito complexa³ (Antunes, 1997), na qual a “[...] dissolução de uma casa de família colonial angolana, situada na Baixa do Cassanje, que se inicia com a partida dos filhos para Lisboa por motivos da guerra civil” (Seixo, 2002, p. 321), oferece o argumento para os trinta capítulos do romance, divididos em três partes direcionadas a suas quatro personagens principais: Isilda, Carlos, Rui e Clarisse.

Por meio desses capítulos, encabeçados por um apanhado de datas desconexas em relação à temporalidade cronológica central, a noite de 24 de dezembro de 1995, ambientada em Ajuda, Portugal, desenvolve-se uma estrutura narrativa que produz um efeito nomeado por Maria Alzira Seixo de “atualização do passado” (2002, p. 321). Esse efeito faz com que os capítulos sempre possuam uma dupla narração: a do presente efetivamente, e uma outra, de tempos passados, que se desenvolve através das memórias das personagens. As datas funcionam como um registro cronológico memorialístico fragmentado, no qual narradores, bem como tempos e espaços, alternam-se. Ao longo do romance, Isilda vai narrando “[...] de forma paritária e alternada como uma companhia que segue discreta, mas dedicada e ansiosa, o percurso dos filhos que estão longe de si” (Seixo, 2002, p. 329).

Dessa forma, Isilda narra a permanência na companhia dos criados, Josélia, Fernando e Maria da boa Morte, na casa da família em Angola durante o período que vai da partida dos seus filhos, em 1977, até a captura e execução na noite de Natal que abre o romance, em 24 de dezembro de 1995, quando passado e presente se encontram. Logo, como numa narrativa dupla, em paralelo, o passado se atualiza a cada capítulo, preenchendo lacunas entre os hiatos temporais dos anos em que a narradora persistiu em território angolano.

No presente da narrativa, Carlos, Rui e Clarisse narram numa perspectiva que parte da noite do 24 de dezembro em direção ao passado. São narradores lamentosos. Sempre a se queixarem de sua situação, da causa de seu infortúnio e do motivo pelo qual passam todo o tempo a rememorar fragmentos da infância na Baixa do Cassanje, em Angola. Esse rememorar incessante dá contraste à indolência com que vivem em Lisboa, pois, limitada a pequenos

³ Em entrevista a Francisco José Viegas (1997), António Lobo Antunes discorre sobre seu foco narrativo, a vida dos colonos mais pobres, os tais “brancos de segunda”, que trabalhavam a terra “[...] com muita dedicação. Devia ser terrível andarem a lavar a terra com bois e os homens de colete com um calor insuportável, as mulheres com lenço na cabeça, xaile... Não estou a falar do nível das pessoas muito ricas, mas no nível do colono pobre. E há coisas espantosas, como o túmulo do Zé do Telhado. É um túmulo espantoso. Depois, falo de personagens que se distinguiram vindos do nada, como um que era soldado da Guarda Republicana e que ficou podre de rico com alguns negócios...É disso tudo que eu falo, da compra do Bailundos cá baixo, da maneira como os chefes colaboravam com o negócio, dos cubos de gelo pelo rabo acima para aqueles que não queriam trabalhar, dos enforcamentos que ainda vi. Era muito brutal tudo aquilo, muito estranho para um português qualquer da Metrópole. Lembro-me de umas eleições de misses lá no Ferroviário local. Pois, nesse mesmo dia, assassinaram a miss eleita, a tiro” (Antunes, 1997, p. 39-40).

espaços, quase “[...] não é vivida, mas sim apática, resignada. Não há relatos de momentos de convívio, apenas solidão” (Santos, 2005, p. 18).

Portanto, é através das memórias desses personagens que as relações de poder, outrora dominantes para a manutenção do sistema colonial, permeiam a narrativa, ultrapassando a mera ilustração de desigualdades. Na minha perspectiva, a forma como o relacionamento entre as personagens do núcleo familiar se mostra dilacerado exemplifica questões ideológicas que extrapolam o binômio colonizador-colonizado, corporizado nas figuras do colono e do indígena. Aqui tomamos a perspectiva do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, na qual a compreensão da identidade moderna portuguesa é resultante em boa medida do colonialismo. Por se tratar de um colonialismo subalterno⁴, ou seja, ele mesmo colonizado, semiperiférico em sua condição de existência, é possível enxergar nessa família a representação de uma condição identitária complexa. Nas palavras do sociólogo, aos colonos portugueses restaram-lhes apenas “[...] a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária (Santos, 2003, p. 34).

Ao relacionar a questão das identidades portuguesas dentro das dinâmicas de poder que envolvem os personagens no microcosmo familiar e em seu entorno, incluindo aí não apenas Isilda, Carlos, Rui e Clarisse, mas também seus empregados e contratados, como Maria da Boa Morte, Josélia e Damião, é possível observar como a ideologia colonial penetra profundamente na estrutura familiar e influencia seus comportamentos com base em características como raça, etnia, gênero, nacionalidade e classe social, entre outras.

Como resultado da representação da vivência colonial, em *O Esplendor de Portugal* emergem questões identitárias complexas. As memórias traumáticas que permeiam seus personagens dão forma ao panorama do colonialismo português a partir da perspectiva dos que deram corpo ao sórdido exercício de “violentação de terras e gentes” (Abreu, 2008, p. 95). Assim, sem qualquer esplendor, a situação representada no romance expressa “[...] o desleixado, mesquinho e depreciativo descartar da metrópole em relação às colônias, dos metropolitanos em relação aos colonos, do poder central em relação à brutalidade local (Abreu, 2008, p. 96).

Por essa razão, busco aprofundar a análise de *O Esplendor de Portugal* sob uma perspectiva pós-colonial, explorando o modo como as relações familiares retratadas no romance

⁴ Significa sujeito de categoria inferior. O termo, cunhado por Antonio Gramsci (1891-1937), é utilizado para referir-se a “qualquer sujeito sob a hegemonia das classes dominantes” (Bonicci, 2019, p. 261). Em relação ao pós-colonialismo, a expressão ganhou popularidade por meio dos estudos subalternos, também conhecidos como *subaltern studies*, que analisam a “subordinação na sociedade devido à classe, casta, idade, gênero, profissão, religião” (Bonicci, 2019, p. 261), dentre outras categorias de distinção.

reproduzem de forma irônica representações simbólicas do colonialismo português em Angola. Essas representações, por sua vez, conduzem a uma crítica da noção de “esplendor”, propagada pela historiografia oficial do Estado Novo português (1933-1974), que continua viva na memória coletiva do passado colonial português.

Posto isso, a dissertação está estruturada em quatro capítulos, cada qual dedicado ao exame de um aspecto particular do romance. O primeiro capítulo, por sua vez, está subdividido em três seções. Na primeira seção, de caráter introdutório, focalizo minha análise na figura literária de António Lobo Antunes, recorrendo principalmente aos estudos de Maria Alzira Seixo (2002; 2008), Ana Paula Arnaut (2009) e outros acadêmicos relevantes. O meu objetivo é apontar para aspectos característicos do texto antuniano, designadamente a importância da memória e da evocação do passado. Em seguida, introduzo um conjunto de conceitos teóricos essenciais para a análise de *O Esplendor de Portugal* e para a abordagem das irônicas interidentidades portuguesas, explorando noções como discurso, poder, colonialismo e identidade, valendo-me das contribuições de autores como Michel Foucault (2011, 2019), Thomas Bonnici (2019), Edward Said (2007; 2011) e, sobretudo, Stuart Hall (2019).

Na seção que fecha o primeiro capítulo, desenvolvo breves considerações teóricas em torno da noção de pós-colonial, visando a responder a uma questão central: “Pode António Lobo Antunes ser considerado um autor pós-colonial?” Para tanto, revisito os ciclos de publicação do autor até a fase em que *O Esplendor de Portugal* é geralmente incluído, a fim de observar as linhas mestras que articulam sua ficção e que nos permitem distinguir este romance de outros exemplares da chamada “literatura de retorno” (como os livros de Isabela Figueiredo ou Dulce Maria Cardoso), evidenciando, portanto, sua singularidade e relevância no contexto literário português contemporâneo.

No segundo capítulo, condensado em uma única seção, interesse-me em explorar o espaço-tempo em que as personagens de *O Esplendor de Portugal* estão inseridas, isto é: a Angola colonial, desde a Revolta da Baixa do Cassanje (1961), que antecede a Guerra Colonial (1961-1974), até o início e agravamento da Guerra Civil Angolana (1975-2002) na nação independente. À luz dos trabalhos de Manoel de Castro (1980), João Mendes Rosas (2018), Valentim Alexandre (1998; 2005), Cláudia Castelo (2006; 2009; 2012) e Aida Freudenthal (1998), desenvolvo, através do romance e de sua intersecção histórica, um exame das práticas coloniais nas fazendas agrárias de extração de algodão e girassol, elementos importantes no romance, com o intuito de desmistificar qualquer ideia de brilho ou esplendor do império. O

capítulo também discute brevemente o contexto político da Angola independente, aproximando ainda mais a análise do romance da história de descolonização de Angola.

No terceiro capítulo, subdividido em seis partes, direciono a análise para a leitura irônica de *O Esplendor de Portugal*. Para tanto, levo em conta o conceito de “ironia transideológica” cunhado por Linda Hutcheon, em *Teoria e Política da Ironia* (2000), a fim de explorar mais a fundo o aspecto irônico do texto, contribuindo assim para a fortuna crítica do autor. Destaco que a ironia funciona como elemento textual-discursivo, e, portanto, está relacionada às noções de poder e identidade, e, por conseguinte, à interidentidade. Em seguida, retomo o contexto dos conflitos da Guerra Civil Angolana com o intuito de preparar o terreno para a discussão dos pormenores da trama de *O Esplendor de Portugal*, dado que o período é um marco essencial para o desenvolvimento dos personagens. Desenvolvo o conceito de interidentidade, proposto por Boaventura de Sousa Santos no texto *Entre Próspero e Caliban* (2013), em consonância com o aspecto irônico da identidade portuguesa.

Em foco, pois, está a desconexão entre sujeito e objeto na representação colonial portuguesa, questão latente não só em Isilda, mas também nos irmãos Carlos, Rui e Clarisse, personagens que experienciam o retorno. Nas seções subsequentes do terceiro capítulo, dedicadas para cada filho, examino a forma como a desagregação geográfica, familiar e identitária vivenciada pelos personagens deflagram as influências da ideologia colonial, responsável por construir sua visão de mundo. Dissolvida no fim do colonialismo, essa ideologia desarranja não apenas suas vidas, mas altera para sempre a noção de quem são. Compõem a base dos meus argumentos os trabalhos das especialistas Maria Alzira Seixo (2002; 2008), Isabel F. A. Gould (2011) e Viviane C. C. Freitas de Azevedo (2013).

Por fim, no quarto capítulo, empreendo uma breve revisão a respeito do conceito de “póscolonial”, sem hífen, tal como proposto por Michel Cahen (2011, 2018). A discussão que aí desenvolvo procura entrar em diálogo com o debate contemporâneo sobre a importância de descolonizar o sentimento identitário português através da articulação entre o pensamento pós-colonial europeu e as teorias decoloniais latino-americanas, que, como se sabe, são uma das perspectivas mais em voga no âmbito da crítica cultural. Proponho uma abordagem em que essas concepções possam interagir de forma complementar e, para tanto, valho-me do conceito metafórico de orfandade (Ferreira, 2021), que contribui para o entendimento de uma identidade portuguesa problemática, que não sabe o que fazer com sua herança histórica.

CAPÍTULO 1: ANTÓNIO LOBO ANTUNES E O PÓS-COLONIAL

A inovação do passado constitui uma das estratégias comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

Edward Said, *Cultura e Imperialismo*.

Em *Cultura e Imperialismo*, Edward Said investiga as premissas imperialistas que influenciaram e ainda influenciam a política e a cultura do Ocidente. Em uma de suas indagações, o crítico reflete acerca da reciprocidade entre o passado e o presente, na qual a invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns na interpretação do presente. Segundo Said, o “[...] que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas” (Said, 2011, p. 34).

Nessa perspectiva, a incerteza alimenta discussões acerca das influências, responsabilidades e julgamentos sobre realidades do presente e prioridades futuras. Não temos maneira, afirma Said, de isolar o passado do presente, já que ambos os tempos se modelam mutuamente, incluindo um ao outro, numa relação de coexistência, pois, “[...] a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente” (Said, 2011, p. 36). Dito de outra maneira: “Não se pode passar a limpo o passado, mas pode-se viver melhor o presente e o futuro” (Antunes, 1979, p. 119).

Por essa razão, António Lobo Antunes⁵ pode ser considerado um dos mais destacados escritores pós-coloniais portugueses, não apenas devido à familiaridade com temas relacionados à experiência colonial e à contextualização histórica e cronológica de seus enredos, “[...] mas principalmente pela forma como explora ideias, questões e interrogações

⁵ António Lobo Antunes nasceu em Lisboa, Portugal, no ano de 1942. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa entre os anos de 1971 e 1973, teve uma passagem pelo Exército Português, atuando como médico militar durante a Guerra Colonial em Angola (1961-1974). Alguns anos depois, em 1979, publica seus primeiros trabalhos como escritor. Em *Memória de Elefante* e *Os Cus de Judas*, Antunes assume com certa centralidade a questão colonial em suas produções. Desde então, seus escritos aprofundaram-se em temas intimistas, conjugando memórias, recortes e traumas referentes ao tema da descolonização, “[...] processo pelo qual as colónias portuguesas (colónias ultramarinas) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor – recuperam a sua independência após a Revolução de 25 de Abril de 1974” (Arnaut, 2009, p. 220).

centrais à condição pós-colonial" (Santos, 2005, p. 6), irrevogavelmente ligadas ao presente de Portugal. Além disso, muitas de suas narrativas recordam “[...] diversas menções ao panorama social do Portugal pré- e pós- Revolução de Abril” (Arnaut, 2009, p. 27). É frequente encontrarmos temas, personagens, ações e valores essencialmente atados aos pormenores de “um tempo europeu fragmentário, de insegurança e medo” (Real, 2012, p. 146), que nos levam a refletir sobre aspectos significativos da vivência e da memória coletiva portuguesas, remetendo particularmente para “as últimas três a quatro décadas do nosso tempo” (Reis, 2009, p. 11), marcadas pela Guerra Colonial e pelo subsequente processo de descolonização.

De acordo com Maria Alzira Seixo (2002) a experiência colonial tem sido de muitos modos matéria de reflexão cultural ou literária para as letras portuguesas. Na vasta obra antoniana, ela surge como elemento motivador pretextual de escrita, embora deva ser considerada de importância central e determinante, uma vez que quase nunca é abandonada por completo, mesmo quando parece mais arredada à primeira vista. Essa experiência “[...] não só desencadeia o processo de publicação dos romances, na prática, como preenche o mundo romanesco dos primeiros livros do escritor” (Seixo, 2002, p. 499).

Pode-se afirmar que a representação da “experiência colonial” em António Lobo Antunes tem por base temas como a guerra e a luta contra aqueles que não se deseja destruir; as dores e o sofrimento; a distância da família e do lugar de origem; bem como o distanciamento gradual e constante em relação à natureza com a qual o indivíduo se identificava, e que, aparentemente, abandona-o irrevogavelmente (Seixo, 2002, p. 500). Esses aspectos, sobretudo, privilegiam o estudo literário da situação humana, porque problematizam, segundo Maria Alzira Seixo, a subjetividade, a identidade e os sentidos de pertença em relação ao outro. Posto isso, ao longo do projeto literário do escritor “[...] a reflexão sobre África, o fascismo e as condições de independência são visíveis, e constituem parte indivisa da matéria romanesca” (Seixo, 2002, p. 500).

Os primeiros títulos do ciclo de aprendizagem – *Memória de Elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do Inferno* (1980) –, embora não sejam propriamente romances históricos, possuem enredos que dialogam profundamente com a História. Isso porque a “recuperação de uma memória individual” (Arnaut, 2013, p. 27), especialmente a vivência durante a Guerra Colonial em África, transforma-se em memória coletiva que “funda[m] a natureza do seu discurso” (Seixo 2001, p. 337 *apud* Arnaut, 2013, p. 46), tornando-se tema

recorrente nos textos do escritor, espécie de fio condutor das narrativas que surgem no terreno fértil da literatura pós-colonial⁶.

Considerando esses elementos, é crucial analisar como o conceito de *pós-colonial* se desenvolve em um contexto teórico mais amplo, delineando seu alcance dentro deste trabalho. Nesse sentido, é essencial examinar o papel de um escritor como António Lobo Antunes na perspectiva pós-colonial portuguesa.

1.1. Poder, discurso, colonialismo e identidade

A teoria e a crítica pós-coloniais se baseiam “[...] na íntima relação entre o discurso e o poder” (Bonnici, 2019, p. 253). Por sua vez, esses elementos nutrem uma estreita ligação para com as teorias pós-estruturalistas foucaultianas, nas quais a noção de sujeito leva em conta as “[...] forças políticas econômicas, o controle ideológico e social” (Bonnici, 2019, p. 253) que habitam o interior das formações discursivas e textuais. A partir disso, as noções de verdade e de autoridade nascem também do discurso⁷, por meio do qual se definem padrões de pensamento, saberes, ideologias e identidades⁸. O discurso regula a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados pautados sempre pelo “Regime da verdade” (Foucault, 2019, p. 54).

Conforme Michel Foucault, esse regime envolve

[...] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas

⁶ É válido destacar que, quando se faz referência à literatura pós-colonial, também é levado em conta o fim da censura em Portugal (pós 1974), dado que a descolonização da África portuguesa faz parte do mesmo processo político.

⁷ Para Foucault, “[...] o saber das ciências humanas é construído porque as pessoas foram persuadidas a aceitá-lo como tal [...] O saber, portanto, é produzido pelo poder [...] a verdade é produzida pelo poder [...] Esses discursos determinam o nosso modo de falar e pensar sobre, por exemplo, a sexualidade ou a sanidade mental [...] os discursos se perpetuam pelos usuários que produzem seu poder [...] o discurso é internalizado por nós, organizando o nosso ponto de vista do mundo e colocando-nos como um elo (inconsciente) na cadeia do poder” (Bonnici, 2019, p. 254). A linguagem, portanto, está no centro do poder e das práticas sociais.

⁸ Parto das premissas de Stuart Hall quando ele afirma o uso do termo “identidade” para significar: “[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (Hall, 2021, p.111-112) . Além disso, “Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso [...]” (Hall, 2021, p.112).

e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2019, p. 52).

Assim, o discurso determina o nosso modo de agir e de pensar, pois funciona como força produtiva de conhecimento. No centro do poder social, por exemplo, a literatura tem sido amplamente utilizada como instrumento do poder e servido, em muitas situações, para providenciar uma justificativa ideológica para o desenvolvimento e instalação do colonialismo⁹. Amparadas pelo saber artístico, histórico e científico¹⁰, no que diz respeito ao imperialismo e às práticas coloniais¹¹, as relações entre saber, poder e discurso foram construídas sobre um conjunto de “[...] crenças existentes e herdadas, com a finalidade de indicar e consolidar os supostos donos do mundo” (Bonnici, 2019, p. 254). Segundo Stuart Hall:

[...] as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência através da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (Hall, 2021, p. 109).

Esses elementos, além de justificarem a naturalidade com que a hegemonia colonial se instalou nos países colonizados¹², contribuíram para a formação de identidades pautadas pela invenção da tradição, pois “surgem da narrativização do eu” (Hall, 2021, p. 109). Assim, “[...]”

⁹ A exemplo disso, parafraseando Thomas Bonnici (2013, p.255), o discurso presente em *Os Lusíadas* exerceu influência duradoura sobre as gerações em Portugal. Desde a emulação da *Eneida* até as façanhas heroicas dos portugueses na África e Ásia, ele estabelece a fundação da ideologia da supremacia europeia. Essa ideologia, alegando mandato divino, subjuga outros povos à sua lei considerada “superior”.

¹⁰ A utilização da geografia e das demais ciências humanas, caracterizadas como ferramentas de saber e de conhecimento, ilustra bem essa incessante busca pelo domínio. Sob análise, percebe-se que “[...] os mapas dos cartógrafos medievais e renascentistas, [...] com seus contornos, detalhes e nomes, tornaram-se uma tecnologia do império, uma interface gráfica indispensável não apenas para navegar, mas especialmente para gerenciar o mundo [...] dão direito às terras prometidas supostamente de ‘ninguém’, à divisão do mundo, ao heroísmo dos exploradores, a diversidade cultural, à alteridade, ao racismo” (Bonnici, 2019, p. 254).

¹¹ O colonialismo, como advento histórico-discursivo e ideológico, consiste em termo empregado para definir “[...] o modo particular como aconteceu a exploração cultural durante os últimos 500 anos causada pela expansão europeia” (Bonnici, 2019, p. 258), na qual a prática geral do poder imperial foi conduzida pela “[...] teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante” (Said, 2011, p.42). Enquanto prática de dominação social e geográfica, o colonialismo não se tratou apenas da subjugação e ocupação dos povos autóctones e de suas terras férteis. Através de “determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais” (Said, 2011, p. 43), o colonialismo foi sustentado “[...] por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação” (Said, 2011, p. 43).

¹² Em África, a expansão colonial europeia data desde os séculos XV e XVI (com os portugueses) e acabou dando início ao sistema capitalista moderno, baseado em trocas econômicas e no uso de mão-de-obra escrava, além da instituição das colônias de exploração de matérias-primas destinadas ao comércio e sustento dos poderes metropolitanos (Bonnici, 2019). No entanto, foi apenas durante os séculos XIX e XX que a prática do colonialismo se restaurou em um novo contexto. A Conferência de Berlim (1884-1885), na qual Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Bélgica, entre outros países europeus, dividiram entre si o domínio dos territórios africanos, ficou conhecida pela historiografia como “A Partilha da África”, símbolo desse novo sistema.

quer para o indivíduo, quer para o grupo, quer para uma nação, a identidade, em sentido óbvio, é um pressuposto” (Lourenço, 1994, p. 9) e, portanto, enquanto construção teórica, constitui-se através do discurso, pois:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciáticas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída [...] (Hall, 2021, p. 109).

Nesse ínterim, durante os anos de colonialismo, entre o colonizador e o colonizado, estabeleceu-se um sistema de diferenças hierárquicas em que jamais houve equilíbrio econômico, social e cultural. Sob o olhar hegemônico dos europeus colonizadores, os colonizados estavam em um estado naturalmente inferior, “[...] fato indiscutível ‘provado’ no século XIX pelas teorias da evolução e da sobrevivência do mais forte na doutrina darwinista” (Bonnici, 2019, p. 258). A situação dos povos colonizados, estrategicamente assinalados como inferiores, tornou-se ao longo dos anos ainda mais grave. Os termos *raça*, *racismo* e *preconceito racial*, oriundos da posição hegemônica europeia, logo se transformaram em justificativa para introduzir regimes disciplinares baseados na ideia “[...] de um mundo colonial habitado por gente ‘naturalmente’ inferior, programada pela natureza para trabalhar braçalmente e servir o homem europeu branco” (Bonnici, 2019, p. 258).

Nesse sentido, Thomas Bonnici afirma que

O colonialismo, portanto, gira em torno de um pressuposto no qual o poderoso “centro” cria a sua “periferia”. Embora o binômio centro/margem seja uma noção binária, ela define o que ocorreu na representação dos indivíduos durante o período colonial. O mundo foi dividido em duas partes, hierarquicamente constituídas, e o centro, a civilização, a ciência, o progresso existiam porque havia todo um discurso sobre a colônia, a selvageria, a ignorância, o atraso cultural. Constituindo-se o centro e relegando tudo o que havia fora dela como periferia da cultura e da civilização, a Europa sentia-se na incumbência [...] de colocar, sob diversos pretextos, essa margem em seu âmbito (Bonnici, 2019, p. 260).

Incontestavelmente, a opressão, o silenciamento e a repressão a que as sociedades pós-coloniais foram submetidas decorreram da demarcação de uma identidade inferiorizada, isto é, arbitrariamente reduzida à subalternidade pelos detentores do poder. Isso ocorre porque “[...] é apenas com relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo

que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado 'positivo' [...] pode ser construído" (Hall, 2021, p. 110).

1.2 António Lobo Antunes é um escritor pós-colonial?

Levando em conta o entendimento de que não há apenas *uma* teoria pós-colonial¹³, como bem salientado por Inocência Mata (2014), o emprego do termo literatura pós-colonial refere-se àquela que se desenvolve a partir de uma análise cultural fundamentada em paradigmas epistemológicos não hegemônicos. Em outras palavras, por meio de estudos culturais, literários, e da análise das relações de poder em diversas esferas da atividade social, a literatura pós-colonial se caracteriza pela consideração das "[...] diferenças étnicas, raciais, de classe, de gênero e de orientação sexual" (Mata, 2014, p. 27).

Isto posto, as reflexões sobre os efeitos do colonialismo e da dominação imperialista, ao longo dos séculos de história ocidental, têm o propósito de oferecer novas perspectivas que se distanciem da predominância epistemológica eurocêntrica. Embora estejamos mobilizando esses argumentos a favor da crítica de um texto que adota a perspectiva portuguesa do colonialismo, da descolonização e da Guerra Civil Angolana, o que se pretende investigar é a desconstrução desse lugar *eurocentrado* a partir de um dos seus elementos nucleares: a família de colonos.

Considero que o termo "pós-colonial" oferece em si diversas armadilhas no que diz respeito ao seu significado. No que concerne ao seu emprego pela crítica cultural, justapõem-se os argumentos de Ella Shohat e Anne McClintock, de que o "[...] pós-colonial é politicamente ambivalente porque obscurece as distinções nítidas entre colonizadores e colonizados" (Hall, 2013, p. 111). Stuart Hall salienta a ambiguidade teórica e política da expressão, o que promove uma dissolução da política de resistência, já que "[...] o pós-colonial funde histórias, temporalidades e formações raciais distintas em uma mesma categoria universalizante" (Hall,

¹³ O provocativo ensaio de Inocência Mata, *Estudos pós-coloniais. Desconstruindo genealogias eurocêntricas*, de 2014, discute o rumo dos estudos pós-coloniais a partir dos anos 1980. Seu texto pressupõe a necessidade de descolonização teórica, destacando a premente busca por teorias autônomas e independentes, epistemológica intelectual e culturalmente, das linhas eurocêntricas dos estudos pós-coloniais. A noção explorada pela ensaísta nos ajuda a vislumbrar *O Esplendor de Portugal* como texto que promove a crítica literária do poder colonial, ao mesmo tempo em que desloca o foco da discussão de maneira endógena, uma vez que explora as deficiências da sua própria autoimagem.

2013, p. 111). De acordo com o autor, o conceito pode ser confusamente universalizado, homogeneizado e por vezes aplicado inapropriadamente, porque o sufixo “pós” pode facultar a noção de que houve uma superação das questões coloniais, “[...] como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente terminados” (Hall, 2013, p. 111).

Pelo contrário, como salientado por Boaventura de Souza Santos em *Descolonizar*, o colonialismo persiste até o início do século XXI sob novas formas, como “[...] o racismo, a xenofobia, a mão de obra escravizada, o confinamento e a deportação de imigrantes e refugiados, a apropriação de terras ou a expulsão massiva de comunidades camponesas em nome do desenvolvimento e de megaprojetos” (Santos, 2022, p. 47).

Em razão de evitar equívocos ao empregar o termo pós-colonial, é importante olhar detidamente para alguns pontos fundamentais. Em primeiro lugar, os países envolvidos no circuito colonial não experienciaram exatamente as mesmas questões. Os contextos e os caminhos da História são diversos e inapreensíveis se os observamos sem atentar a suas características socioculturais únicas, pois “[...] nem todos as sociedades são pós-coloniais num mesmo sentido” (Hall, 2013, p. 116). Desse modo, deve haver uma discriminação mais criteriosa quanto às distintas formações sociais e raciais para cada caso. Ao se levar em conta os países ex-colônias, por exemplo, é imperativo ter em conta que:

[...] certamente não são “pós-coloniais” *num mesmo sentido*. Mas isso não significa que esses países não sejam de *maneira alguma* “pós-coloniais”. Suas relações com o centro imperial e as formas pelas quais lhes é permitido “estar no Ocidente sem ser dele” [...] os definiram claramente como “coloniais”, muito embora a maneira, o momento e as condições de sua colonização e independência variem bastante (Hall, 2013, p. 117).

Por outro lado, o prefixo “pós” nos ajuda a pormenorizar “[...] os diferentes processos de desvinculação da síndrome colonial como um todo” (Hulme, 1995 *apud* Hall, 2013, p. 118). O termo, portanto, auxilia no que se refere ao entendimento do “[...] processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas (de formas distintas, é claro)” (Hall, 2013, p. 118). Ademais, o conceito contribui para a subversão do “antigo binarismo colonizador/ colonizado” (Hall, 2013, p. 118), de forma a dirigir a atenção para o fato de que “[...] a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais, mas sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados” (Hall, 2013, p. 118).

Com efeito, o pós-colonial nos incumbe da tarefa de reler os binarismos como formas de transculturação e de tradução cultural, rompendo assim com as demarcações divisoras daquilo que está dentro e fora do sistema colonial. Pode-se afirmar que “[...] o termo ‘pós-colonial’ não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época” (Hall, 2013, p. 119). A partir disso, a colonização é relida pelos estudos pós-coloniais como integrante de um processo global (mas não universal, tampouco específico), em que se produz um tipo alternativo de escrita, caracterizada por ser essencialmente transnacional e transcultural:

[...] uma escrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e “no estrangeiro” [...] e ao mesmo tempo deslocam as noções de centro periferia, e de como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro (Hall, 2013, p. 119).

Nesta acepção de Stuart Hall, o pós-colonial não significa apenas uma periodização baseada em estágios transitórios, nos quais as antigas relações desaparecem definitivamente para logo serem substituídas por outras. Ou seja, o “colonial” não está morto, mas apenas se alterou, e vive-se sob seus efeitos secundários. Ainda assim, o pós-colonial reconfigurou o terreno sociocultural de tal maneira que a ideia de mundo formado por identidades isoladas, de culturas e economias separadas e autossuficientes, tem cedido a uma multiplicidade de modelos destinados a compreender as diversas formas de relacionamento, a descontinuidade e a interconexão. Portanto, o pós-colonial não está delimitado pela passagem do tempo, pela mudança de uma época e a chegada de outra. Tampouco está reduzido ao seu alcance epistemológico, dado que o colonialismo, ao sempre se referir a um momento histórico especificamente complexo e diferenciado, também significou uma “[...] forma de encarar ou narrar a história e seu valor descritivo estruturado no interior de um paradigma teórico definidor distinto” (Hall, 2013, p. 130).

A tensão criada entre *epistemológico* e *cronológico* não é limitante, mas enriquece a discussão, uma vez que:

A própria sucessão de termos que foram cunhados para se referir a esse processo – colonização, imperialismo, neocolonial, dependência, Terceiro Mundo – demonstra a intensidade com a qual uma importante bagagem política, conceitual e epistemológica estava atrelada a cada um desses termos descritivos aparentemente inconstantes; em suma, a intensidade com que cada um deve ser compreendido discursivamente (Hall, 2013, p. 130).

O pós-colonial, pois, revela uma dupla inscrição, na qual o sentido de posteridade encetado pelo prefixo “pós” não envolve uma mudança brusca “[...] de um regime de poder-saber para um fuso horário sem conflitos e sem poder” (Hall, 2013, p. 131), tampouco implica uma troca instantânea de paradigmas; mas resulta em uma não ruptura epistemológica brusca, que faz um apelo ao movimento de desconstrução e reconstrução dado através do âmbito discursivo, enquanto lugar de conflito e de luta pelo poder.

Em termos práticos, com a utilização do termo, pretende-se reafirmar a necessidade de *renarrar* (Hall, 2013) a história da modernidade, abrindo espaço para a valorização e reconhecimento das vozes e perspectivas das margens, além de permitir uma compreensão mais inclusiva e plural da complexidade dos processos históricos. Posto isso, “[...] a colonização assume o lugar e a importância de um amplo evento de ruptura histórico-mundial” (Hall, 2013, p. 124).

Nesse sentido, ao abranger “[...] a cultura e a literatura, ocupando-se de perscrutá-las durante e após a dominação imperial europeia, de modo a desnudar seus efeitos sobre as literaturas contemporâneas” (Bonnici, 2013, p.256), a literatura pós-colonial designa toda a produção literária inserida no contexto sociocultural afetado “[...] pelo processo imperial, desde o primeiro momento da colonização europeia até o presente” (Ashcroft; Griffiths; Tiffin, 1991, p.2 *apud* Bonnici, 2013, p. 263). Afinal, o passado imperial que não se encerra em si está “[...] na realidade de centenas de milhões de pessoas, onde sua existência como memória coletiva e trama altamente conflituosa de cultura, ideologia e política ainda exerce enorme força” (Said, 2011, p. 46).

Em relação aos estudos pós-coloniais, a literatura serve como artífice de investigação, questionamento e reescrita do discurso histórico, pois, se “[...] a própria literatura faz referências constantes a si mesma como partícipe, de alguma forma, da expansão europeia no ultramar” (Said, 2011, p. 49-50), ela própria contribuiu ao longo dos séculos para consolidar, sustentar e elaborar práticas imperialistas e, por isso, não deve jamais estar alheia às discussões pós-coloniais.

Desse modo, é possível localizar alguns pressupostos metodológicos que devem ser tomados como estratégias de leitura pós-coloniais. Questionar o cânone literário¹⁴, por exemplo, é um processo que envolve a prática da releitura de textos literários e não literários

¹⁴ Thomas Bonnici nos esclarece a questão canônica: “Houve tempo em que o cânone literário estava fechado: somente um conjunto de textos, consagrados como esteticamente excelentes, era escolhido pelo grupo social e politicamente dominante, e considerado digno de ser lido, com a consequente exclusão de outros textos que não coadunavam com o ponto de vista do grupo hegemônico” (Bonnici, 2013, p. 264)

tradicionais para compreender suas implicações imperialistas, trazendo à tona o processo colonial e suas nuances, escondidas no discurso, que o ato de ler faz emergir.

Já a reinterpretação é “[...] uma maneira de ler os textos oriundos das culturas da metrópole e da colônia para focalizar os efeitos incisivos da colonização sobre a produção literária” (Bonnici, 2013, p. 265) que abrange relatos étnicos, registros históricos, discursos científicos, entre outros textos. As estratégias de leitura, como a irônica transideológica, a ser discutida mais à frente, são importantes para as revisões e (re)escritas pós-coloniais¹⁵, porque levam a cabo uma nova interpretação da história e da cultura a fim de operar sua subversão, já que demonstram como o texto é “[...] contraditório em seus pressupostos de raça, civilização, justiça, religião” (Bonnici, 2013, p. 265), pondo em evidência a onerosa ideologia do colonizador. Portanto, contribuem para a desconstrução das ideologias hegemônicas que atravessam séculos de História, graças ao seu caráter de “[...] processo de desmascaramento e demolição do poder colonial em todos os seus aspectos” (Bonnici, 2013, p. 268).

Com base nesses pressupostos, a literatura pós-colonial portuguesa pode ser definida pelo conjunto de obras e escritores que, a partir dos múltiplos e variados olhares sobre o passado colonial português, retratam as experiências do período em que o país se manteve à frente das colônias em África. Num amplo aspecto, trata-se de romances produzidos sobretudo a partir da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, dado que, com o fim da censura, a liberdade de expressão tornou fecunda a escrita de uma literatura crítica interessada no passado colonial e no contexto produzido durante os anos de descolonização.

Nesta senda, o projeto literário antuniano assume, desde o princípio, variadas estratégias de escrita e de reescrita pós-coloniais. A cada ciclo do escritor, é possível identificar diferentes facetas e perspectivas que nos remetem a temas de um passado fragmentário ainda muito marcante. Na medida em que seus trabalhos dirigem críticas à memória obscura dos portugueses e à tenebrosa historiografia escrita pelo colonialismo, António Lobo Antunes retrata, sob uma perspectiva ácida, a princípio autocentrada em suas vivências, uma intrincada relação com o colonialismo português e a sua presença nas colônias africanas, sobretudo em Angola, onde o autor se radicou durante a Guerra Colonial.

Ao imprimir um pendor autobiográfico muito marcante em *Memória de Elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do Inferno* (1980), através de intensos monólogos

¹⁵ A reescrita não apenas consiste em selecionar um texto canônico, e, através de recursos literários-textuais, como a paródia, por exemplo, reescrevê-lo da perspectiva da pós-colonial. A finalidade da reescrita é promover a substituição de textos, a conscientização das instituições acadêmicas, a revisão da hierarquia dos textos e a reconstrução dos textos canônicos através das leituras alternativas (Bonnici, 2013).

contemplativos, amargos e arredios quanto os eventos narrados, “[...] não por acaso [...] se encarrega o autor de sublinhar necessidade e a vontade de contrariar o ‘fenômeno da amnésia coletiva’ que, após a Revolução de Abril, ensombrou a sociedade portuguesa” (Arnaut, 2009, p. 28).

A seu turno, em *Explicação dos Pássaros* (1981), *Fado Alexandrino* (1983) e *Auto dos Danados* (1985), o teor autobiográfico cede espaço à presença de África. As memórias da guerra e suas consequências “acabam por conseguir fazer-se notar na trama romanesca” (Arnaut, 2009, p. 30), sobretudo em romances cujo protagonista encarna a figura do ex-combatente regressado. Nessa fase, a memória assume primordial importância no desenvolvimento da trama e “[...] não reporta pura e simplesmente a inscrição no tempo-espaço da história de vivências políticas e sociais datadas que, por vários motivos, há que remeter ao esquecimento” (Arnaut, 2009, p. 32). Não obstante, o papel “[...] que à memória vai cabendo na ficção antuniana, em íntima conexão com a crescente vertente polifônica que se vai instaurando, tem particular e inevitável incidência no modo como formal e estruturalmente se desenha a arquitetura romanesca” (Arnaut, 2009, p. 32).

O polifônico ensaio de vozes, característica que marcaria de vez a escrita de António Lobo Antunes, toma ritmo com os romances do início da década de 80, os quais definem um salto estético em relação à organização textual dos escritos, ordenada propositalmente ao desajuste narrativo, ainda que “de modo incipiente e embrionário” (Arnaut, 2009, p. 33). Aqui, a polifonia passa a assumir um importante papel ao ser convertida em elemento responsável por levar ao leitor as incertezas, dúvidas e desconfiças que emergem da profusão de vozes e de pensamentos dissonantes dos personagens.

Entre o segundo e terceiro ciclo de publicações, o jogo estético se complexifica

[...] à medida que os romances vão ganhando vozes, ou melhor, à medida que vão sendo concedidas vozes às personagens do mundo ficcional – cada uma delas recuperando parcelas de tempos-vivências próprias ou de outrem - a narrativa torna-se progressivamente mais fragmentária e, por consequência, mais desordenada, mais confusa (Arnaut, 2009, p. 32).

Ao somar aspectos polifônicos da memória identitária nacional, a fim de emular vozes de personagens históricas em contraste com o presente – que é o tempo da descolonização –, o escritor mergulha definitivamente na desordem narrativa em *As Naus* (1988), por meio de um jogo paródico corrosivamente satírico e risível, radicado no “[...] desajustamento entre o que o

leitor conhece da semântica histórica de egrégias figuras” (Arnaut, 2009, p. 35) e as versões reasentadas no romance.

O terceiro ciclo de publicações, em que sucedem *Tratado das Paixões da Alma* (1990), *A Ordem Natural das Coisas* (1992) e *A morte de Carlos Gardel* (1994), organiza linhas temáticas anteriores, perpetradas de modo a representar um quadro referencial inevitavelmente crítico e disfórico de um tempo português em que se “[...] apresentam a problemática da família, da amizade do amor e do malogro em que quase sempre esses laços redundam” (Arnaut, 2009, p. 39-40). Nessa etapa, apresenta-se ainda o tema “[...] da infância, nem sempre recordada como o tradicional reduto de vivências nostalgicamente felizes, mas, todavia sempre importante para uma melhor compreensão de algumas atitudes que no presente de enunciação caracterizam as personagens” (Arnaut, 2013, p. 39-40). Articulados, esses temas revelam a importância determinante que a memória assume tanto para o processo de escrita quanto para as artimanhas estéticas que o autor utiliza, como a abertura de parágrafos no meio da página e o uso de parênteses e de itálicos para marcar diferentes vozes e tempos narrativos.

Nesse jogo,

[...] a categoria tempo se (des)articula na consubstanciação da história (porque há que ter em conta que a ativação dessa memória se traduz, cada vez mais, num conceito plural, isto é, em várias memórias de várias personagens, cujas vozes e perspectivas tantas vezes se fundem e se confundem) (Arnaut, 2013, p. 40).

O grau de complexidade do texto¹⁶ aumenta em *O Manual dos Inquisidores* (1996) e *O Esplendor de Portugal* (1997), obras centrais do quarto ciclo do escritor, nas quais estão presentes o virtuosismo linguístico da narrativa, os desdobramentos de frases, as suspensões semânticas inusitadas, as sentenças entrecortadas, as sequências dobradas, as “elipses lexicais e gráficas” (Arnaut, 2013, p. 43) e, sobretudo, as vozes de personagens indistintas, reincidentemente isoladas pelo discurso narrativo. Diante dessa desordem estrutural, orquestrada à desagregação semântica, linguística e formal do texto, apaga-se a ideia de narratividade tradicional e exige-se do leitor maior colaboração.

Nesse último ciclo, “[...] mais uma vez partindo de realidades concretas, e utilizando um tom que com muita frequência toca as fronteiras da irrisão, do cómico e do grotesco” (Arnaut, 2013, p. 45), as vozes e os pontos de vista progridem à “[...] dissecação de cenários e de

¹⁶ Essas inovações estéticas se prologam nos subseqüentes *Exortação aos Crocodilos* (1999) e *Boa Tarde Às Coisas Aqui Embaixo* (2003) e passam a integrar permanentemente o estilo do escritor, figurando essencialmente por sua obra romanesca ainda em expansão.

comportamentos respeitantes a alguns dos variados modos de exercer a força e a repressão individual e coletiva” (Arnaut, 2013, p. 45). São romances de uma atmosfera cinzenta, preenchida apenas pela tonalidade dos seus sentidos englobantes, “[...] completando, e escurecendo, a [...] linha do malogro existencial e social [...] cujas cinzas não são sopradas pelo vento mas pelo modo como o mundo-texto dos romances se vai fazendo ouvir e as vai fazendo falar” (Arnaut, 2013, p. 52).

Desse modo, António Lobo Antunes é, por essência, um escritor pós-colonial, pela pertinência dos temas, pela forma como a figura do escritor se cria – em meio à guerra – e pelo modo como se parelha e renova a cena portuguesa nos finais do século XX.

No campo da narrativa, por exemplo, os textos das décadas 1970, 1980 e 1990:

[...] consistem em registos específicos de rememoração de um tempo histórico ainda recente e contribuem também para a formação da memória coletiva do passado colonial de Portugal por construir as suas próprias imagens sobre as sociedades coloniais recordadas ou questionar conceitos ainda hoje em vigor quando se recorda uma época considerada de esplendor (Azevedo, 2013, p. 2).

Entretanto, é somente a partir da década de noventa que se verifica uma outra tendência para a ficção portuguesa pós-colonial, na qual a “[...] temática africana se apropria da figura e da experiência multigeracional do colono para, assim, analisar o passado do Portugal colonial e a ruína do último império” (Azevedo, 2013, p. 9).

Na perspectiva de Viviana Freitas de Azevedo, obras como *O Esplendor de Portugal*, que se ocupam da época final da colonização de Angola e da decadência do império português¹⁷, diferenciam-se das demais por dar destaque à partilha de uma “[...] mesma atitude de empenhamento cívico anticolonialista, ao darem voz a perspectivas mais heterodoxas sobre o passado colonial português ou aqueles que nunca tiveram voz, por estarem nas margens dos acontecimentos” (Azevedo, 2013, p. 2). São obras que se desviam do enfoque durante muito tempo concentrado apenas no sentimento de luto, mesclado à revolta silenciada por uma África perdida. Elas quebram um silêncio que “[...] parece ter-se generalizado à volta do tema da vivência dos colonos portugueses em África que se verifica desde o fim da Guerra colonial até a primeira década do século XX” (Azevedo, 2013, p. 9).

¹⁷ Outras obras citadas são *Partes de África* (1991) e *Pedro e Paula* (1998) de Helder Macedo; *O Senhor das Ilhas* (1994), de Maria Isabel Barreno; *A Árvore das Palavras* (1997), de Teolinda Gersão, e *Lourenço Marques* (2002), de Francisco José Viegas (Azevedo, 2013, p. 9).

Essas obras dão vazão aos confrontos identitários e às imagens plurifacetadas de uma vivência portuguesa em África. Combatem memórias culturais, transmitidas pelo imaginário português, que têm como base as construções histórico-discursivas e identitárias tomadas a partir dos livros de literatura, história e sociologia. Por isso, estas narrativas potencializam o trabalho de desconstrução do passado, pois provocam deslocamentos no discurso colonial e reinterpretam a formação de novas identidades portuguesas, diretamente relacionadas aos anos de povoamento das ex-colônias e aos conflitos que os precederam. Os textos despertam a atenção das sociedades pós-coloniais para a:

[...] exploração de temáticas relacionadas com o passado recente português, particularmente no que se refere às experiências vividas por uma grande parte da população portuguesa nos territórios ex-colonizados, ou seja, quer os portugueses que passaram pelas ex-colónias apenas para combater na Guerra Colonial, quer os ex-colonos obrigados a regressar ao [...] país depois da independência desses territórios, ou os nascidos nesses países e agora a viver em Portugal. Isto é, grupos que fazem parte da população portuguesa com ligações particulares às ex-colónias e que, somados, constituem hoje em dia grande parte dos habitantes do território português (Azevedo, 2013, p. 47).

Para alguns autores, tais como Paulo de Medeiros, Roberto Vecchi e David Jackson, a tentativa de pensar o imaginário pós-colonial na cultura e na identidade portuguesas contemporâneas sugere a existência de “fantasmas e fantasias imperiais” que povoam o imaginário popular, em particular, após a Revolução dos Cravos em 1974 (*apud* Ribeiro; Ferreira, 2003).

Segundo Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (2003), o mundo pós-colonial é caracterizado pela mistura de culturas, pela fragmentação e pela diversidade. Os estudos pós-coloniais promoveram uma transição do imperialismo e do colonialismo para uma era pós-imperialista e pós-colonialista, abrindo espaço para diversas histórias e perspectivas sobre identidades contemporâneas; mas ainda persistem vestígios do pensamento binário e das estruturas coloniais do passado. Isso se reflete na divisão entre “nós/eles”, “civilizado/selvagem” e “metrópole/colônia”, noções colocadas em xeque por António Lobo Antunes no romance *O Esplendor*, através do percurso designado aos personagens e da representação do passado colonial português em Angola, matéria tão presente nos seus textos.

Parafraseando Thomas Bonnici (2013, p. 256), chamo a atenção para a percepção de que é necessário avançarmos para além da releitura histórico-literária e da busca pelos relatos de culpabilidades, acusações e lamúrias sobre o sofrimento havido ou sobre a perda cultural irreparável que faz o colonialismo.

Dentre variados temas, *O Esplendor de Portugal* apresenta o caso dos colonos portugueses que tiveram de abandonar África após as independências nacionais, em muitos casos, porque se sentiram ameaçados pelo novo contexto político e social, que colocava em risco seus modos de vida, patrimônio e segurança pessoal. Nesse romance, são suscitadas novas perspectivas acerca da experiência colonial portuguesa em Angola, ao dar voz a criaturas que passam de braço do poder colonial (colonos agrários) a meros retornados. Assim, acredito que o autor foi capaz de promover uma abordagem não eurocêntrica ao tema, incorporando noções pós-coloniais em seu texto.

CAPÍTULO 2: SOBRE O COLONIALISMO PORTUGÊS

The colonial question lies at the heart of modern Portugal's political life and of all fundamental national policy options. It has determined the fate of movements and regimes. Its weight is largely a product of the longevity of the Portuguese imperial tradition, initiated in the fifteenth century when the first trading posts and fortifications were established on the western coast of Africa

Valentim Alexandre, *The Colonial Empire*.

É todo sobre África, à volta de Melanje. Há lá um sítio chamado Baixa do Cassanje em que a gente via vinte hectares de algodão e de girassol, era muito engraçado ver aquelas flores a abrirem os olhos, enormes, voltadas para o sol...

António Lobo Antunes, *Nunca li um livro meu*.

Em *The Colonial Empire* (1998) Valentim Alexandre argumenta que, com a independência do Brasil em 1822, foi difundida uma crença entre as elites políticas lusitanas de que Portugal não conseguiria subsistir sem um império, pois corria o risco de ser anexado pela Espanha. Após a perda da colônia brasileira “[...] e de uma fase de alguma indecisão, as colônias africanas passam a ser vistas como um campo privilegiado de afirmação da nação portuguesa” (Castelo, 2009, p. 65). Tornou-se necessária a edificação de um “Novo Brasil” em África, isto é, a tentativa de estabelecer um domínio que pudesse garantir a existência de Portugal e de seu patrimônio pela construção de um novo sistema colonial.

Durante esse período, o governo português buscou firmar um acordo com as potências europeias, especialmente os governos francês e alemão, com o objetivo de unir territórios africanos. A intentona do “mapa-cor-de-rosa” antecedeu o marcante Ultimato Britânico de 10 de janeiro de 1890, caracterizado por uma atmosfera de tensão diplomática entre os países imperiais¹⁸. Embora o sonho desse mapa não tivesse se concretizado, uma grande porção de

¹⁸ A proposta portuguesa visava a unificar as terras de Angola e Moçambique, estendendo-se da costa atlântica à costa oriental. O Reino Unido recusou o acordo, alegando limitar as possessões coloniais de Portugal à costa atlântica e sugerindo divisão na região interior. O impasse resultou em prolongadas negociações diplomáticas até que, em 1891, as cortes portuguesa e britânica assinaram um tratado, concedendo maior domínio regional das terras a Portugal. Apesar das conquistas africanas após a Conferência de Berlim em 1885, as colônias portuguesas não atenderam às expectativas para a construção de um "Novo Brasil", mostrando-se fadadas ao fracasso nos anos que sucederam a década de 1885. Apesar de haver um consenso, o episódio representaria uma mancha, ou espécie de trauma português na história das relações coloniais europeias em África, ilustrando a submissão portuguesa e a sua sujeição ao poder colonial britânico no desenho político das fronteiras e das esferas do poder global.

terras, que se estendiam pela costa na África Central, incluída a área entre Angola e Moçambique, acrescidas de uma parte do Baixo Congo¹⁹, configuraram o território imperial então concedido a Portugal.

Após as campanhas de pacificação²⁰, Portugal entrou definitivamente em Angola. Tratou-se, então, de pôr em prática os planos para ocupação efetiva do território africano, período comumente referido como fase de ocupação administrativa. Isso envolveu incentivar a migração espontânea de metropolitanos, ocupar militarmente os territórios para garantir a manutenção política e o estabelecimento das colônias, além de estimular a expansão do povoamento branco²¹. A fim de garantir sua presença em África, Portugal viu-se obrigado a “[...] agir como as restantes potências europeias, como se o desenvolvimento interno do capitalismo português tivesse exigências comparáveis, o que não era o caso” (Santos, 2003, p. 42). Não é possível determinar a importância econômica da agricultura, pois toda a produção se baseava na força de trabalho da população negra, conforme registra o historiador português Armando Castro (1980). Assim, a extração de recursos naturais, combinada com a mão de obra forçada, formaram os pilares econômicos do colonialismo português em Angola.

Havia abundância de recursos naturais em Angola, que possuía solo favorável à produção de matérias-primas agrícolas cruciais, como oleaginosas, café, fibras vegetais, produtos de origem animal, cera, mel, madeira, petróleo, minérios e minerais preciosos; contudo, a vastidão do território – quase quinze vezes maior que Portugal continental²² – tornava impossível ocupá-lo com pessoal qualificado proveniente da metrópole, tampouco as autoridades portuguesas possuíam efetivo militar que desse conta de todo o espaço. As soluções tomadas pelos dirigentes desencadearam o incentivo à migração e a abertura das colônias para

¹⁹ Discorre Valentim Alexandre sobre as terras: “Nevertheless, the empire embraced a vast area that far surpassed pre-existing occupied enclaves. It included Angola on the western coast, which occupied more than 1.2 million square kilometers, and Mozambique on the eastern Coast that spread over 783,000 square kilometers. Additionally, there was Guinea, a small territory of approximately 36,000 square kilometers south of Senegal; the Cape Verde Islands, and Sao Tome and Principe in the Atlantic; and the minuscule remains of the Oriental empire, including Goa, Daman, and Diu on the Indian subcontinent; Macao, in southern China; and Timor in Insulindia” (1998, p. 74).

²⁰ No contexto angolano, as campanhas de ocupação, iniciadas antes de 1855, estenderam-se por décadas. Realizadas ao longo de setenta e oito anos, de 1848 a 1926, essas campanhas envolveram conflitos armados entre as tropas portuguesas e as diversas etnias que se insurgiram contra os ocupantes europeus. Apesar dos esforços, as campanhas de pacificação não foram efetivamente concluídas.

²¹ Registra Castelo que “Em 1896, o passaporte para a ‘África portuguesa’ passa a ser gratuito, de modo a incentivar a migração espontânea de metropolitanos; em 1970, é mesmo abolido, impondo-se a concessão de que não se trata de emigração, mas de mobilidade populacional no interior do império, Porém na passagem de século, a população branca nas colônias de Angola e Moçambique é relativamente reduzida, respectivamente 9.198 indivíduos e 2.064 (no território administrado pelo estado português)” (2009, p. 67).

²² Armando Castro nos apresenta as dimensões do território em seus estudos sobre o sistema colonial português em Angola: “A superfície total de Angola é, pois de [aproximadamente] 1.266.700km², ou seja 14,5 vezes superior à de Portugal e sensivelmente igual à superfície conjunta da Espanha, da França e da Grã-Bretanha” (1980, p.79).

o investimento de capital estrangeiro, dado que a Portugal também faltavam infraestrutura necessária e gente qualificada para a prospecção da terra.

A maior parte do território angolano ficava sob a chancela de duas grandes companhias de extração de algodão e de prospecção de diamantes, respectivamente, a Cotonang, Companhia Geral dos Algodões de Angola, e a Diamang, Companhia dos Diamantes de Angola. Ambos os trustes, de capital luso-belga, representavam um “[...] papel significativo na economia da colónia, tornando-se para tal fim um dos polos dinamizadores da colonização portuguesa” (Freudenthal, 1998, p. 248). A Cotonang, assim como a maioria das grandes empresas de natureza monopolista que operavam nas colónias, resultou da fusão do capital português com o de outras nações interessadas. No setor do algodão, isso significou a exacerbação dos “[...] aspectos mais graves da vida económico-social de Angola, não só por causa das condições terríveis impostas à população submetida ao regime da cultura algodoeira, mas ainda das consequências que ela implica quanto ao equilíbrio geográfico das regiões cultivadas” (Castro, 1980, p. 135).

O colonialismo português, visando a assegurar superlucros fáceis e crescentes ao capital monopolista nacional e internacional, intensificava a exploração. Os métodos empregados conduziram ao abuso das populações africanas, acentuando ainda mais a crueldade empregada pelo sistema colonial. Esse foi um dos principais fatores para que as colónias portuguesas representassem “[...] um polo de atração para o capital em busca de lucros abundantes e fáceis” (Castro, 1980, p. 43). O colonialismo português apresentou um “caráter parasitário” (Castro, 1980, p. 41) que evidenciou, sobretudo, a subalternidade de um império ultramarino “semi-dependente e atrasado [...] financeira e diplomaticamente” (Castro, 1980, p. 43).

Por outro lado, segundo Armando Castro, através da propaganda, buscava-se sublinhar a excelência do sistema colonial português nas colónias, onde os naturais teriam acesso a todas as formas de vida social e poderiam usufruir dos mesmos direitos dos portugueses, graças à cidadania concedida à qualidade de assimilados. A população portuguesa em Angola era constituída por empregados do comércio, escriturários e pequenos funcionários administrativos²³. Não eram, no entanto, em sua maioria, famílias ideais, ricas e abastadas, mas compunham grupos de gente jovem, fértil, saudável, profícua à ocupação da terra e ao

²³ Como afirma Armando Castro, “[...] no período que vai de 1951 a 1957, o movimento migratório entre Portugal e Angola conduziu a fixação na colónia de 71059 portugueses, sobre os 78829 que o recenseamento de 1950 indicava como lá vivendo” (1980, p. 182).

comando²⁴. Ainda assim, as circunstâncias e as condições específicas nas quais os colonos se instalaram nos territórios eram difíceis:

[...] a condição específica dos migrantes metropolitanos que se estabeleceram no ultramar português [...] uma minoria étnica, fixada num ambiente estranho e/ou adverso, cuja sobrevivência dependia de mecanismos de vigilância sobre uma população nativa, maioritária e potencialmente hostil (Castelo, 2006, p. 96).

A missão do branco em África é a de “[...] dirigir, orientar e organizar – enquanto o africano se ocupa dos trabalhos agrícolas mais duros” (Castro, 1980, p. 72). Essa ideia estava, inclusive, incorporada no Ato Colonial de 1930 - Artigo 2^a da Constituição -, em que se afirmava ser da “[...] essência orgânica da nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas” (Portugal, 1930). A propaganda colonial se alinhava, portanto, à exploração da mão-de-obra dos nativos, sendo que a imposição do trabalho era vista como um instrumento de civilização, o que acentuava a discriminação racial. Os africanos contratados trabalhavam para os colonos em troca de um pequeno espaço dedicado à agricultura de subsistência. Havia também assalariados, mas numa ínfima proporção. Estes eram compelidos “[...] materialmente a vender sua força de trabalho por longos períodos (Castro, 1980, p. 193), e as colônias se tornaram “[...] espaços de desigualdade, nos quais os colonizados brancos detinham o poder político, o aparato jurídico e administrativo, os recursos econômicos e o controlo sobre a mão-de-obra indígena” (Castelo, 2006, p. 95).

Para Boaventura de Sousa Santos, o indígena primitivo, nesse momento, surge como contraponto ao português civilizado, representante ou metáfora do estado colonial:

O português branco e o indígena primitivo surgem simultaneamente divididos e unidos por dois poderosos instrumentos da racionalidade ocidental: o Estado e o racismo. Por meio do Estado procura-se garantir a exploração sistemática da riqueza, convertendo-a em missão civilizatória mediante a translação para as colônias dos modos de vida civilizados da metrópole (Santos, 2003, p. 42).

²⁴ A migração ganhou maior intensidade, principalmente, entre as Grandes Guerras Mundiais. A população branca em Angola, em 1920, já contabilizava 20.700 indivíduos, representando um acréscimo de quase 12.000 em relação a 1900. Esse crescimento é atribuído, possivelmente, à radicação nas colônias de expedicionários envolvidos nas campanhas de ocupação militar e na Grande Guerra, que, ao retornarem, estabeleceram-se na região. Além disso, a chegada de funcionários administrativos, acompanhados por suas famílias, e a gradual substituição do sistema econômico de coleta e troca por um modelo baseado na economia de plantação, na pequena produção agrícola e no setor mineiro em Angola, também contribuíram para esse aumento (Castelo, 2009, p. 69). Nesse contexto, os altos-comissários da República em Angola, entre os anos de 1921 e 1923, Norton de Matos e Vicente Ferreira, em funções durante a Ditadura Militar, buscaram, por meio de legislação, promover a fixação de famílias rurais portuguesas e incentivar o crescente fluxo migratório de indivíduos de diversas origens sociais para África, o que desencadeou um notável aumento no número de migrantes.

O Esplendor de Portugal evidencia resquícios desse momento nas memórias de Isilda e dos filhos, bem como através das palavras de outros personagens - o pai, Eduardo; a mãe, Eunice; o padrinho, António; e o Chefe de Polícia. Na passagem abaixo, Isilda enfatiza que o processo que “faz subir o português ao status de colonizador europeu” (Santos, 2003, p. 42) é o mesmo que rebaixa o indígena ao status subalterno e justifica a sua colonização:

[...] o meu padrinho
oferesso este retrato do meu tempo de cervisso militar como cabo ferrador em Santarém à querida afillhada Isilda Maria com a estima do teu padrinho amigo António Cândido Felício, ainda não gordo, não autoritário, não rico, a martelar joanetes de mula num quartel em Santarém, o que importava um antigo cabo ferrador que nem oficial era, nascido pobre, aos que mandavam em Lisboa, fiquem com os cabos ferradores que entenderem, façam o que lhes der na gana, tomem (Antunes, 2007, p. 299-300).

A esse respeito, Cláudia Castelo (2009) destaca que, embora o mito dos quinhentos anos de presença portuguesa no continente africano tenha persistido, a mobilidade espacial e socioeconômica entre Portugal e suas colônias africanas foi limitada e tardia, concentrando-se principalmente no século XX. Dado que o povo português tinha “[...] um nível de vida muito baixo, os cidadãos que vão trabalhar para Angola adquirem geralmente um nível de vida superior àquele de que desfrutavam em Portugal. Este nível de vida na colônia é, no entanto, para os operários” (Castro, 2009, p. 185), isto é, gente envolvida com as empresas de prospecção.

Fica claro que, para os colonos vindos da metrópole, a sua instalação em Angola significava muito mais do que a simples ocupação do espaço para o estabelecimento das colônias. Tratava-se, pois, de um caminho para ascensão social do português médio a uma condição de maior poder, tanto econômico quanto social. É ainda interessante notar que a grafia equivocada das palavras “oferesso” e “servisso” sugere o baixo nível de escolaridade do personagem e assinala, de maneira ainda mais incisiva, a impossibilidade de ascensão social na metrópole e a conseqüente importância dada à migração para terras ultramarinas.

Como mencionamos, a estrutura do sistema colonial português em Angola estava atrelada à exploração de recursos naturais, como algodão, girassol e diamante. Grandes empresas como a Cotonang e a Diamang capitaneavam os colonos portugueses, oferecendo-lhes terras e condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho no campo. Os colonos, por outro lado, organizados em sociedades complexas menores, operavam como pequenas

extensões do sistema colonial²⁵ nas regiões mais afastadas do centro político de Angola, como as áreas correlatas de Melanje e a Baixa do Cassanje.

Contudo, havia espaço para ascensão ao poder administrativo por gente com poucas qualificações acadêmicas ou profissionais. Recordando as conversas com o Chefe de Polícia, Isilda relembra:

Quando um dia lhe perguntei no escritório a razão de ter vindo para Angola respondeu que se ficasse em Portugal continuava a bater autos à máquina numa esquadra qualquer e a perseguir vendedores ambulantes nas travessas do Castelo ao passo que em Melanje comandava bandos de brancos e cipaiais a que chamavam polícia sem ninguém lhe pedir contas tirando Luanda que era distante demais para exigir fosse o que fosse salvo as toneladas de algodão e girassol não diminuïrem no porto, os holandeses dos diamantes não se queixarem de emboscadas e os padres espanhóis da missão não se lembrarem de escrever ao governador participando abusos imaginários e chacinas inventadas (Antunes, 2007, p. 315).

O relato do Chefe de Polícia destaca sua ascensão a uma posição de poder e prestígio superior à que ocupava em Portugal. A ausência de inspeção estatal sobre as atividades da polícia – “um bando de brancos e cipaiais” – acentua a facilidade com que o abuso de autoridade e violência se instala nas fazendas e nas comunidades autóctones da região. Já o conluio entre a autoridade, concentrada no Chefe de Polícia, e o poder administrativo, concedido à família de fazendeiros, exemplifica o exercício do domínio colonial mantido pela força e coerção dos povos locais e dos trabalhadores da região. No romance, essa relação fica ainda mais clara em situações como aquela recordada por Carlos, que narra a punição de um comerciante da Chiquita:

– É no comércio da patroa que se compra peixe seco não é no comércio da vila
mandou que os cipaiais destruíssem os caixotes de peixe do comerciante mestiço que não se atrevia a um gesto, derramassem gasolina e lhe atirassem fogo, queimou os cortes de sarja, os pacotes de tabaco, as prateleiras de botões, suspensórios, elásticos, cintos de cabedal e brinquedos de pau, o comerciante de filho às cavalitas veio pedir desculpa à minha mãe pronto a ajoelhar-se
– Juro que nem sonhei que trabalham para vosselência eu não vendo nada aos empregados da fazenda só vendo ao povo da Chiquita
a mentir com descarado dado que todo o povo da Chiquita trabalhava para nós e ele nos roubava a percentagem de lucro, a fazer-se de humilde, a tentar comover-nos com a criança, a mostrar-nos a barraca onde morava
– Sou pobre

²⁵ A administração colonial portuguesa pode ser definida por: “a) Estado central, representado pelo Ministério do Ultramar; b) Estado colonial, representado pelo Governo Geral de Angola; c) as elites brancas de Angola, representadas pelas respectivas associações económicas” (Pimenta, 2014, p. 250).

a beijar a mão da minha mãe, a beijar-me a mão, pedi a palmatória ao cabo dos cipaios e o comerciante a proteger o filho, choramingando pelo beijo rasgado

– Não me faça mal sou pobre não me faça mais mal

para o ensinar a obedecer dividimos os leitões e os torresmos da loja pelos capatazes, um alcatruz de criaturas risonhas e felizes como são os africanos sempre que lucram com o azar dos outros para cá e para lá pilhando o mestiço [...] o chefe da polícia para a minha mãe, galanteador

– Talvez devêssemos enforcar o mestiço (Antunes, 2007, p. 19).

O trecho demonstra a brutalidade e o controle exercido sobre os habitantes locais, ilustrando vividamente o poder opressivo das figuras de autoridade colonial na região. Dentro do mesmo contexto de repressão e abusos institucionalizados, em que a exploração exacerbada e desumana da mão de obra dos colonizados estava disfarçada por meio da coerção via contratos abusivos, a situação dos trabalhadores estava num patamar alarmante, muito próximo daquilo a que se pode chamar de escravidão moderna.

Nessa cena de *O Esplendor*, por exemplo, o contexto descrito revela um panorama da exploração, violência, tortura e humilhação ao qual os camponeses contratados eram submetidos:

[...] fornecidos pelo administrador a um saco de sementes por camponês, não se cansavam de morrer de amibiana mal chegavam em camionetas de gado, fingindo-se moídos da viagem para não trabalhar, desatavam logo com vômitos e febre, o administrador teimava que agonizavam de propósito, introduzia um cubo de gelo no ânus do soba para servir de exemplo mas na quarta-feira já o soba

– Um homem com saúde de ferro minha senhora é o espírito da contradição destes camelos

estava morto e enterrado e os súbditos, fidelíssimos, apresentavam-se a copiá-lo

– Levanta-te deixa-te de fitas levanta-te

Aguentavam um mês no máximo mesmo fortalecidos a clisteres e quinino, a minha mãe [...] passou a contratar bundi-bângalas que embora fossem mentirosos e lentos sempre duravam um bocadinho mais, havia quem suportasse a safra inteira mas não podia ir embora a chocalhar o esqueleto porque com as despesas na cantina nos devia as vinte safras seguintes no caso de semear de graça e não comer (Antunes, 2007, p. 21-22).

Desde a década de 50, na Baixa do Cassanje²⁶, o governo português obrigava os lavradores africanos a trabalharem no cultivo obrigatório do algodão ao ponto de terem de abandonar suas próprias culturas de subsistência, prática que ficou conhecida como “regime algodoeiro” (Castro, 1980, p. 193). Nesse modelo de exploração capitalista, as autoridades

²⁶ A região da Baixa do Cassanje é delimitada por escarpas e montes ao norte de Angola. Consiste em uma zona de grande potencial pluvial que se espraia por terrenos planos, entre as regiões de Melanje e Lunda.

portuguesas fixavam zonas em que os habitantes seriam obrigados a cultivar o algodão, que depois era vendido a preços baixos à empresa detentora das terras. Toda a produção agrícola estava apoiada na força de trabalho fornecida pela população negra, compelida por contratos abusivos, uma espécie de “trapaça legal”, como expressa Armando Castro (1980), pela qual trabalhadores eram materialmente coagidos a vender sua força de trabalho por longos períodos de tempo.

Após a independência do Congo Belga, ao norte da Região do Cassanje, e a redefinição das entidades políticas da província entre os anos de 1960 e 1961, o descontentamento dos camponeses do algodão cresceu. Os anos de abuso do poder colonial inflamaram a revolta dos camponeses, que passaram a reivindicar o fim das culturas obrigatórias e do trabalho forçado. A Revolta do Algodão, como passou a ser conhecida, posicionou-se contra o domínio colonial português, flagelo da população nativa, sendo a primeira e, paradoxalmente, a mais ignorada das revoltas ocorridas naquele ano crucial para a luta pela libertação de Angola²⁷.

De acordo com José Mendes Rosas (2018), a Revolta do Algodão marcou não apenas o início do fim do colonialismo, mas também o princípio do declínio do império português em África. A Revolta do Algodão, que metonimicamente antecede a Guerra Colonial entre as tropas portuguesas e os grupos à frente dos movimentos pela independência, como MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para a Independência de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), marca o início dos conflitos que se prolongariam por treze anos, culminando na libertação de Angola e, por conseguinte, no fim da ditadura em Portugal. Esse período histórico, delimitado entre 1961 e 1974, abrigou os embates que só chegaram ao fim com a Revolução dos Cravos, que resultou na retirada das forças coloniais portuguesas e no reconhecimento da independência de Angola em 11 de novembro de 1975²⁸.

²⁷ O movimento teve início em 4 de janeiro de 1961, quando capatazes da Cotonang foram amarrados na senzala do soba Quivota, a 10 km do posto do Milando (Freudenthal, 1998, p. 260). A população de trabalhadores nativos ameaçou atacar quem os obrigasse a trabalhar no algodão, nos serviços estatais ou a pagar impostos anuais ao governo. Não obstante, apesar de ser uma peça central na luta anti-colonial, a Revolta da Baixa do Cassanje foi obscurecida pelo foco nas revoltas na capital Luanda, lideradas pelo MPLA (Movimento Pela Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), que tinham diferentes estratégias e argumentos em relação à revolta camponesa. Esta última expressou resistência, mas não possuía um projeto político-ideológico revolucionário. Mesmo assim, revelou os motivos, os alvos e a brutalidade da repressão, enfraquecendo a viabilidade da vitória portuguesa nos anos que se seguiram. A revolta da Baixa do Cassanje, apesar de sua importância, foi minimizada, mas assinalou o início do fim do domínio colonial português.

²⁸ No momento seguinte, eclodiria a Guerra Civil Angolana (1975 a 2002). Durante o período, os conflitos foram protagonizados entre as organizações do MPLA, FNLA e UNITA, que contavam com a intervenção externa de países estrangeiros. A guerra impactou significativamente a população angolana, assim como a infraestrutura do país e seu desenvolvimento. Estão estimados centenas de milhares de mortos, entre civis e militares.

Os anos de abusos e violências perpetrados pelos portugueses, caracterizados pela expressão do ódio racial e social, culminaram em uma série de conflitos tão brutais quanto a revolta mencionada, resultando em baixas significativas de ambos os lados²⁹. Esses eventos desvelaram o mito da benignidade relativa do colonialismo português e evidenciaram a injustiça e a violência cotidiana como elementos cruciais para sua eclosão.

No romance, a Revolta do Algodão e a Guerra Civil Angolana assumem tonalidades vívidas e exercem um grande impacto sobre a trama, embora não sejam temas centrais. Como um quadro que sustenta a moldura, esses fatores estruturam não apenas o enredo de base, mas também o argumento e as questões identitárias expressas pelo conjunto desses elementos, a começar pela culpa e pelo questionamento a respeito da presença dos portugueses em África.

No capítulo "10 de maio de 1988" (p. 209), a perspectiva de Isilda ilustra como excertos de memórias apresentam um quadro peculiar dos acontecimentos. Os relatos destacam a intensidade da violência dos atos testemunhados, a ponto de levar a personagem a reavaliar suas atitudes. Especificamente, a narração explora detalhes escabrosos de uma chacina de fazendeiros brancos remanescentes:

eu que devia ter desconfiado que Angola Acabou para mim e ter-me ido embora no dia em que o garoto bailundo [...] de oito ou nove anos só olhos, só pupilas, afastando o saco de feijão do cabo, a degolar à catanada as galinhas e as pessoas, a pendurá-las das árvores com cordéis ou com ganchos ou abandonando-as ao apetite dos rafeiros, dezenas de brancos com os testículos, as orelhas, os narizes enfiados na garganta juntamente com o silêncio das borboletas e o zunido das vespas, as larvas e as moscas nos estômagos podres, os fetos das grávidas atirados aos gatos como peixe sem valor, no Lobito, em Benguela, em Sá da Bandeira, em São Salvador, no Luso, em Carmona, na Tentativa, no Huambo, não grupos organizados pelos comunistas russos ou húngaros ou romenos ou jugoslavos ou búlgaros, não uma liga, um movimento, um partido que quisesse mandar em Angola, decidir de Angola, substituir-nos nas companhias, nas repartições, nos escritórios, ficar-nos com as casas e as fazendas, amontoar-nos no cais abraçados a porcarrias sem valor, expulsar-nos, não o ódio ou vingança (porquê Pai do Céu, vingança porquê?) ou impotência ou revolta contra nós mas apenas garoto bailundo de oito ou nove anos com um saco de feijão sob o braço [...] a garantir-nos que Angola acabou para mim, não somente a Baixa do Cassanje, o nosso algodão, o nosso arroz, o nosso milho, Angola, Angola inteira (Antunes, 2007, p. 216 -217).

Embora seu ponto de vista destaque intensamente a brutalidade com que os corpos dos brancos eram tratados, Isilda ressalta não se tratar de um movimento organizado por comunistas

²⁹ Segundo José Mendes, uma vez que as tropas coloniais portuguesas dispunham de maquinários e armamentos pesados, os conflitos ao Norte de Angola, prelúdio do fim do seu império, resultaram, estima-se, em duas mil baixas entre os portugueses, e cinco mil entre os africanos.

(MPLA), mas de uma tragédia que leva à perda de Angola como ela a conhecia. A dor e a incredulidade da personagem diante da destruição generalizada são cruciais para dar o tom inconsciente de sua indagação, “vingança porquê?”, diante da crueldade das execuções. No entanto, a hipocrisia do seu olhar sobre os acontecimentos se acentua quando ela se indigna:

[...] o garoto bailundo incendiava a meia dúzia de palhotas de senzala e os escravos
os trabalhadores os camponeses os operários não escravos
comprados ao chefe de posto
assalariados por intermédio do chefe de posto, um amigo dos nativos que lhes defendia os direitos e lhes promovia o emprego, os trabalhadores assalariados por intermédio do chefe de posto estranhando a humidade, estranhado o calor, a consumirem-se de paludismo e diarreia
assalariados com vencimentos perfeitamente justos assistência médica gratuitas medicamentos gratuitos escola gratuita habitação gratuita um comércio só para eles liberdade completa onde estão os escravos, digam-me por favor onde estão os escravos (Antunes, 2007, p. 219).

A recusa em aceitar a acusação, subsumida em “digam-me por favor onde estão os escravos”, opera uma tentativa de distanciamento ou desconexão da realidade pela percepção dos colonizadores sobre sua presença em África e o que ela significou para os africanos. Isso se destaca na maneira como Isilda nega as adversas condições de trabalho dos camponeses, mesmo tendo total consciência das práticas com as quais ela própria era conivente. Pode-se assemelhar essas práticas a um tipo de escravidão contemporânea; não por acaso, a personagem alterna termos ao se referir aos trabalhadores como *escravos*, a seu espaço como *senzala* e, por vezes, descreve e trata esses indivíduos como mercadorias vivas, assemelhando-os a animais.

A confusão das palavras no testemunho da personagem e sua readequação, ironicamente, destacam o esforço em mascarar a realidade das práticas de exploração e degradação dos africanos, uma vez que aceitá-las seria o mesmo que admitir sua culpa e, portanto, justificar sua expulsão. Assim, a recusa em partir de África está intrinsecamente alinhada à justificação da presença do português, que percebe a si mesmo como benfeitor. Ao escolher acreditar nessa versão da realidade, Isilda parece querer suavizar a condenação sumária a que está destinada, posto que a história que procura mascarar foi escrita por abusos, atrocidades e exploração por parte dos seus antepassados portugueses, legado ao qual não pode recusar.

O Esplendor de Portugal é um romance de minúcias em que os aspectos históricos desempenham um papel crucial para a compreensão do enredo e para a efabulação dos conflitos que permeiam as personagens durante a narrativa, e vice-versa. Assim, o entrelaçamento desses

elementos é o fator decisivo que confere complexidade à narrativa e aos seus personagens, produtos indiretos de uma ideologia colonial que preconizava valores classistas permeados pelo racismo e pela misoginia, que fez com que os portugueses passassem de criminosos degredados à condição de agentes civilizatórios, enquanto os nativos eram relegados de reis e servos à condição da mais baixa animalidade, “na qual eram suscetíveis de domesticação apenas por via do gesto imperial”, como ressalta Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 43).

A rearticulação de parte da história do colonialismo e seu fim encontra sua alegoria na dissolução da família de colonos. Assombrados pelo passado, os personagens do romance encenam uma existência vazia, irônica e indecisa. Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 38) atribui essa indecisão ao conceito de interidentidade, isto é, uma identidade vacilante entre dois polos dentro de sistemas de representação existentes no espaço-tempo português, aos quais estão submetidas as figuras do colonizador e do colonizado.

Dito isso, acredita-se que um olhar mais detido para as relações familiares poderá evidenciar que a dinâmica de convívio perpetuada por esses personagens se assemelha às relações estabelecidas entre as posições identitárias de colonizador e colonizado. A hipótese levantada se explica pelas interações interpessoais afetadas pelo exercício do poder colonial português, reproduzido dentro da própria família. Já o degredo em Portugal, sob as “[...] mais diversas formas de alheamento, da crise identitária e, sobretudo, da despertença” (Gould, 2011, p. 154), fundamenta a fragmentação do microcosmo colonial português, que outrora tinha sua coalizão na figura da *terra-mater* africana.

Logo, a noção de interidentidade poderá contribuir para um estudo aprofundado que proporcione uma compreensão mais abrangente sobre as figurações identitárias de Isilda, Carlos, Rui e Clarisse. Para tanto, será fundamental esclarecer quais são as configurações de uma interidentidade portuguesa a partir da personagem Isilda – porque nela se vê com mais força a ambiguidade dessa identidade –, para em seguida verificar como a mesma questão se prolonga nos filhos e sua mundividência, marcada por sistemas de representação. Carlos, Rui e Clarisse ironicamente passam do status de colonizadores em África para algo semelhante aos colonizados: indivíduos subalternizados dentro do território de seus ancestrais.

CAPÍTULO 3: AS IRÔNICAS INTERIDENTIDADES

Perdemos um império, é um facto, mas perdemo-lo de menos na realidade do que pode parecer, porque já antes o tínhamos sobretudo como imaginário.

Eduardo Lourenço, *Portugal – identidade e imagem*.

No *Esplendor de Portugal*, os relatos de memórias se desdobram como monólogos interiores que revelam questões cuja compreensão exige uma sensibilidade pós-colonial do leitor. Maria Alzira Seixo (2002) astutamente sugere que essas memórias constituem uma espécie de elegia irônica entoada pela voz do colonizador, que narra a exploração e a violência como partes de uma poesia melancólica. Através desse canto, é possível compreender as “consequências do período colonial e da guerra que lhe pôs fim” (Fonseca, 2020, p.78).

Nesse cenário de reavaliação crítica da narrativa histórica, “antídoto contra o esquecimento” (Fonseca, 2020, p. 78), testemunhos pessoais dos personagens ganham destaque ao se desviarem da convencional narrativa historiográfica e ao proporcionarem uma expressão do envolvimento pessoal daqueles indivíduos. As memórias atuam como registros que preservam laços entre os colonos e a “sua” África, recuperando experiências de vida e compartilhando conhecimento com aqueles que não as viveram.

O papel primordial da memória não se limita ao espaço da História convencional ou à história de vivências políticas e sociais datadas. Conforme Ana Paula Arnaut destaca, a narrativa de António Lobo Antunes cumpre um papel pedagógico, no sentido em que “[...] pode contar-se uma certa moral, uma certa pedagogia e, acima de tudo, uma consciência de que temos que viver com a carga que o passado nos impõe e com as opções que os outros fizeram por nós” (2009, p. 32). Essa abordagem sugere uma profunda interconexão entre a literatura e o papel multifacetado da memória na construção e na interpretação da história colonial portuguesa, que em *O Esplendor de Portugal* se organiza ao redor de uma família em meio a uma elegia antitética do império. Não à toa, logo na abertura do romance, o leitor se depara com um fragmento do hino nacional português³⁰ em que se vê exaltado o seu esplendor.

Fazendo coro ao próprio título, figura no texto:

³⁰ Os versos do hino “A Portuguesa” foram criados após o Ultimato Britânico, mais precisamente em 1890, e tiveram como base o poema de mesmo nome escrito por Henrique Lopes de Mendonça. A letra do hino é derivada desse poema, sendo posteriormente adaptada para sua versão final. Tanto o poema original quanto o hino possuem um contexto patriótico e histórico intrinsecamente ligado à busca pela independência e liberdade de Portugal.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente e imortal
levantai hoje de novo o esplendor de Portugal!
Dentre as brumas da memória
ó Pátria sente-se a voz
dos teus egrégios avós
que te há-de levar à vitória.
Às armas, às armas,
sobre a terra e sobre o mar!
Às armas, às armas,
pela Pátria lutar!
Contra canhões marchar, marchar.

Organizado em torno da experiência dos retornados em Portugal e sua (des)adaptação ao tempo e espaço português, o que se vê representado no romance em nada se relaciona ao esplendor anunciado no título, mas a questões identitárias complexas e de múltiplas dimensões em relação ao colono português. Nesse caso, *A Portuguesa* só pode aparecer na abertura do romance sob o signo de um propósito mais do que “simplesmente irônico” (Arnaut, 2009, p. 188). É também paródico de certa forma, e desencantado, pois, “[...] coloca precisamente em cena a violência, a autodestruição, o racismo, a incomunicabilidade humana, a afetividade doentia, o envelhecimento, a doença, a loucura e a morte nesta família portuguesa” (Gould, 2011, p. 152).

O esplendor ao qual o título faz referência se constituiu incisivamente pela violência, traição e autodestruição como forças mediadoras nas relações familiares, presentes também nas ações e na mundividência daqueles colonos, “[...] principalmente no seu paternalismo, que busca ora encobrir as atrocidades cometidas contra a população africana, ora compensar, através da valoração positiva de uma imagem benevolente do colono, o fracasso e a ineficácia do sistema colonial” (Gould, 2011, p. 152-153). Nesse caso, os versos da canção icônica contribuem como evidência do caráter irônico e antiépico do romance, já que qualquer menção a heroísmo, bravura e nobreza está subvertida pelos temas da violência e do fracasso do projeto colonial, perspectivados sempre a partir da “[...] experiência marginal do colono, ou seja, quando este representa ambivalentemente o lugar do outro e se destaca enquanto personagem proscrita” (Gould, 2011, p. 152-153). Assim, a ironia do título exprime a “[...] destruição do mito de um colonialismo fraterno, investido na ideia de um império multirracial nos trópicos” (Gould, 2011, p. 152).

Não obstante, embora a crítica literária aponte para o teor irônico de *O Esplendor de Portugal* como um fator determinante (Seixo, 2002; Gould, 2011; Santos, 2005; Azevedo,

2013), não existe um aprofundamento conceitual quanto ao tipo de ironia a que se referem esses autores, assim como à função desse recurso expressivo. Na perspectiva defendida aqui, a ironia é um dos elementos cruciais do romance, porque contribui com a construção crítico-política das interidentidades das personagens ao relatar, através de suas memórias, a dissolução do império colonial português, metaforizada pela família de colonos.

Em *Teoria e Política da Ironia* (2000), Linda Hutcheon investiga a fundo os usos e recursos da ironia. De acordo com a ensaísta, a ironia é um elemento textual “transideológico”. Esse elemento sempre expressa uma intenção autoral disfarçada, que deve ser reconhecida pelo leitor tanto dentro do texto quanto nos intertextos aos quais se conecta. Dito isso, seu estudo não apresenta a ironia como uma “[...] chave da poética, um paradigma da crítica, um modo de consciência” (Hutcheon, 2000, pp. 17-18), mas, em vez disso, concentra-se em “[...] tentar entender como e por que a ironia é usada e compreendida como uma prática ou estratégia discursiva” (Hutcheon, 2000, pp. 17-18) dentro de suas dimensões sociais e formais.

Diferentemente da metáfora e da alegoria, “a ironia possui uma aresta avaliadora” (Hutcheon, 2000, p. 16) que nem sempre está associada ao riso, mas que cumpre uma função “social e política” (Hutcheon, 2000, p. 16) ligada profundamente ao campo discursivo e transideológico. Como uma ferramenta ambivalente, ela pode ser usada tanto para minar quanto para reforçar posições conservadoras e radicais, e sua natureza conflituosa a torna capaz de fortalecer autoridade, mas também de opor e subverter significados.

Em *O Esplendor de Portugal*, a ironia funciona a favor da subversão de símbolos representativos da cultura portuguesa e dos significados que eles evocam, em particular, de qualquer traço da soberania nacional. O peso atribuído aos “[...] versos de abertura reside no fato de que aquilo que lemos nas páginas seguintes caminha justamente na contramão dos discursos exaltados do projeto colonial português, entre eles, o hino nacional da Pátria” (Santos, 2015, p. 6).

Linhas mestras da ficção portuguesa contemporânea, “[...] a revisão da identidade nacional [...] e a revisão do passado português” (Gould, 2011, p. 152), são caminhos entrecruzados pelos quais se repensa a identidade contemporânea, que toma para si símbolos poderosos que sustentam esse (re)exame identitário, “[...] a partir de um múltiplo espaço ficcional que se concentra, todavia, no percurso disfórico de várias gerações de uma família por terras de Angola” (Gould, 2011, p. 152).

Stuart Hall (2019), nesse sentido, afirma que as culturas nacionais são compostas não apenas por instituições culturais, mas também por símbolos e representações:

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (Hall, 2019, p. 31).

Tendo em vista *o caso português*, Eduardo Lourenço (1994) argumenta que alguns elementos definidores dessa identidade específica³¹ nascem da preocupação e busca por uma imagem nacional, que parte de um “processo real e imaginário” (Lourenço, 1994, p. 17). Assim, a identidade como um pressuposto envolve o uso de linguagem, signos e imagens que possuam significados que contribuam com a sua construção. Destaco ainda a passagem em que o filósofo aborda a questão identitária portuguesa³² como um *quetê* permanente: “[...] quer para o indivíduo, o grupo, a nação, a questão da identidade é permanente e se confunde com a da sua mera existência, a qual não é nunca puro dado, adquirido de uma vez por todas, mas o ato de querer e poder permanecer conforme ao ser ou ao projeto de ser aquilo que se é” (Lourenço, 1994, p. 9).

Em sentido próprio, o autor está a argumentar a favor de uma noção identitária em que a memória funcione como reatualização incessante do passado em função do presente. Por isso, a identidade portuguesa está essencialmente ligada a seu passado³³, ainda que de maneira ambígua³⁴.

³¹ A fim de ampliar a noção desses elementos, Eduardo Lourenço diz que seria possível determinar que “[...] existíamos como portugueses antes de nos tornarmos, de nos inventarmos como Portugal. O nosso corpo futuro – a terra portuguesa, essa orla ibérica coroada de espuma que antes da conquista e colonização romana era Lusitânia, povo de hábitos celtas no Norte e de pastoreio no Centro – é ainda o mesmo que hoje nos distingue dentro do espaço peninsular. Por mais profunda e preciosa que nos seja esta comunidade física, os elementos definidores da nossa imagem ao longo dos séculos são filhos da História” (1994, p. 11).

³² Trata-se de uma palestra proferida em um colóquio em Durhan, nos Estados Unidos, em 1984, posteriormente publicada sob o título *Identidade e memória. O caso português*, no livro *Nós e a Europa ou as duas razões* (1994).

³³ A respeito dessa ligação, Eduardo Lourenço escreve que “Nas relações consigo mesmos os Portugueses exemplificam um comportamento que só parece ter analogia com o do povo judaico. Tudo se passa como se Portugal fosse para os portugueses como a Jerusalém para o povo judaico. Com uma diferença: Portugal não espera o Messias, o Messias é o seu próprio passado, convertido na mais consistente e obsessiva referência do seu presente, podendo substituir-lhe nos momentos de maior dúvida sobre si ou constituindo até o horizonte mítico do seu futuro” (Lourenço, 1994, p. 10).

³⁴ Escreve Eduardo Lourenço: “Em qualquer entidade transnacional que nos pensemos, figuraremos sempre com um identidade, que é menos a da nossa vida e capacidade coletiva própria, do que essa de ator histórico privilegiado [...] infelizmente (ou felizmente esta relação subjetiva conosco, esta interiorização cultural de uma imagem positiva, e mesmo privilegiada de nos mesmos enquanto puro passado, ou memória ainda viva dela nos vestígios artísticos [...] não só não nos garante um presente digno dela, como exerce sobre esse presente uma função ambígua. Por um lado, subtrai os portugueses à consciência deprimida que teriam de si sem esse passado; por outro, impede-os de investir na sua vida real, no seu presente, uma energia e uma ambição que sempre pareceram medíocres comparadas com as do século de esplendor. Nada disto traduz ou significa autêntica crise identidade, pois não está em causa qualquer dúvida séria acerca da nossa existência ou valia enquanto portugueses [...] No fundo, sentimo-nos bem no nosso país lírico, bucólico, de hortas e sardinha assada, com um suplemento de conforto

Ressalva o ensaísta:

Acontece, todavia, que também em sentido próprio, só no caso do indivíduo se pode falar de *projeto*, porque só no seu caso há um autêntico *sujeito* dele, uma relação de interioridade consigo mesmo. Um grupo ou uma nação só são *sujeito* como metáfora do indivíduo que simbolicamente e por analogia constituem. Sujeito, quer dizer, *memória*, reatualização incessante do que fomos ontem em função do que somos hoje ou queremos ser amanhã. A esse título, também a identidade, mesmo a do indivíduo, não é mero dado mas construção e invenção de si. Quer dizer, ao mesmo tempo, a possibilidade ou ameaça de des-construção, o que, em termos psicanalíticos, se pode considerar como *perda* ou *crise de identidade* (Lourenço, 1994, p. 9).

Se as culturas nacionais, ao produzirem sentidos com os quais possamos nos identificar, constroem também identidades nacionais, é possível afirmar que a subversão desses sentidos desconstrói discursivamente certos elementos do imaginário popular português, como a benignidade ou a brandura do colonialismo, bem como “[...] estereótipos e mitos contraditórios, sobrecarregados de meias-verdades” (Santos, 2003, p. 35).

Mas o que torna *O Esplendor de Portugal* irônico para além do seu paratexto?

A interpretação e a inferência são os instrumentos de leitura pelos quais o jogo³⁵ da ironia se estabelece. Segundo Hutcheon, a ironia acontece entre a figura do ironista e do interpretador. Ela não é o simples resultado do jogo entre o dito e o não dito, pois do ponto de vista do ironista “[...] a ironia é a transmissão intencional tanto da informação quanto a atitude avaliadora além do que é apresentado explicitamente” (Hutcheon, 2000, p. 28). Portanto, jogar com o universo cultural e histórico de um país desde o título até a evocação de símbolos nacionais é o que podemos chamar de explicitamente irônico no romance, já que:

Em *O esplendor de Portugal*, “dentre as brumas da memória” ecoam as vozes escatológicas da impossibilidade, do sem-sentido, da ausência de projetos. Os “egrégios avós” não passam de aventureiros que buscam poder em seus pretos, mas termina sendo também os pretos dos outros. O significante *vitória* perde completamente seu significado nessa relação agonística entre europeus e africanos (Byalaardt, 2007, p.169).

importado, do mundo onde se inventa e reinventa sem cessar o futuro, aliás claramente pago, mas inelutável” (Lourenço, 1994, p. 11-12).

³⁵ Especificamente, as relações entre interpretador e ironista se dão textualmente: “O interpretador pode ser – ou não – o destinatário visado na elocução do ironista, mas ele ou ela (por definição) é aquele que atribui a ironia e então a interpreta: em outras palavras, aquele que decide se a elocução é irônica (ou não) e, então, qual o sentido irônico particular ela pode ter [...] Do ponto de vista do interpretador, a ironia é uma jogada interpretativa e intencional: é a criação ou a inferência de significado em acréscimo ao que se afirmar – e diferentemente do se afirmar – com uma atitude para com o dito e o não dito. A jogada é geralmente disparada (e, então, direcionada) por alguma evidência textual ou contextual ou por marcadores sobre os quais há concordância social” (Hutcheon, 2000, p. 28).

No entanto, o texto sustenta seu expediente irônico como parte de um processo comunicativo do qual a *política da ironia* faz parte, já que “[...] ela não é um instrumento retórico estático a ser utilizado, mas nasce nas relações entre significados, e também entre pessoas e emissões e, às vezes, entre intenções e interpretações” (Hutcheon, 2000, p. 30). Composta dos elementos social, emocional e provocativo, suas “[...] dimensões semântica e sintática não podem ser consideradas separadamente dos aspectos social, histórico e cultural de seus contextos de emprego e atribuição” (Hutcheon, 2000, p. 36).

Desse modo, isso acontece graças às comunidades discursivas. De maneira geral, esse termo se refere aos diversos saberes, discursos ou conhecimentos que determinada comunidade possui e compartilha. Esse “banco de dados” possibilita a identificação da ironia através do reconhecimento dos significados que permite a transmissão da mensagem pretendida pelo ironista. Logo, a noção de comunidade discursiva:

[...] não está, de maneira nenhuma, livre de restrições, mas reconhece as restrições estranhamente habilitadoras de contextos discursivos e ressalta as particularidades não apenas de espaço e tempo, mas de classe, raça, gênero, etnia, escolha sexual – para não falar de nacionalidade, religião, idade, profissão e todos os outros agrupamentos micropolíticos nos quais nos colocamos ou somos colocados por nossa sociedade (Hutcheon, 2000, p. 138).

Logo, todos pertencemos a muitas dessas comunidades discursivas, e cada uma delas tem suas próprias convenções restritivas, mas também capacitadoras³⁶, embora sua colocação não estabeleça, necessariamente, um consenso obrigatório entre interpretadores. Todavia, produz de fato algumas similaridades com base na “[...] preocupação, interesse ou simplesmente conhecimento (de contexto, normas ou regras, intertextos) que capacitam os participantes a desempenharem ‘jogadas de comunicação indireta’” (Randall, 1988 *apud* Hutcheon, 2000, p. 41) com base em um *background* ou intertexto.

Para me valer de um exemplo dado por Hutcheon, pode-se considerar irônico o efeito que a execução de *Die Walkyrie* (1870), de Richard Wagner, causa no filme de Francis Ford Coppola, *Apocalypse Now* (1979). Na cena em questão, o voo de um helicóptero militar no Vietnã é acompanhado pelo drama musical conhecido como a “Cavalcada das Valkírias”.

³⁶ Elucida Linda Hutcheon o argumento sobre as comunidades discursivas: “Para dar uns poucos exemplos inócuos: a piada compartilhada por aqueles que são pais e mães geralmente escapa a pessoas como eu, que não tem crianças, e muito da sátira política britânica me deixa confusa por eu ser canadense. Isso não é uma questão de elitismo de grupos fechados; é apenas uma questão de contexto experiências e discursos diferentes. De uma certa maneira, se você entende que a ironia pode existir (que dizer uma coisa e querer dizer outra não é necessariamente uma mentira) e se você entende como funciona, você já pertence a uma comunidade: aquela baseada no conhecimento da possibilidade e natureza da ironia. Não é que a ironia cria comunidades, então; é que comunidades discursivas tornam a ironia possível” (Hutcheon, 2000, p. 37).

Importa perceber que o que está em jogo, na análise desenvolvida abaixo, não é apenas a revisão de uma peça musical, mas todo o significado implícito ao momento em questão.

Se você conhece ou não a fonte exata da música ou seu contexto particular dentro da ópera, você pode tê-la ouvido antes, ou “pura” ou de muitas versões paródicas, classe média, que fizeram dela um tipo de clichê auditivo de hoje em dia. Ouvir sua forte dinâmica e seu poder rítmico, enquanto você assiste a uma manobra militar, poderia sugerir-lhe uma certa apropriabilidade, quer por causa de vagas sugestões de guerra, quer porque a resposta das personagens na tela mostra-a funcionando “como um afrodisíaco criado para desencadear tendências agressivas e destrutivas” (Muller, 1992: 389). Entretanto, no contexto do filme, essa música “superior” é altamente incongruente e se choca com o rock que dominava a trilha sonora até esse ponto. E se, além disso, entre suas muitas comunidades discursivas houvesse uma enquadrada por algum conhecimento da obra de Wagner e, assim, você soubesse que isso se chama “Cavalgada das Valkírias” e talvez até mesmo que, no universo mítico de Wagner, as valquírias eram mulheres supernaturais? Então, sugestões deslocadas do feminino e do outro mundo poderiam se intrometer enquanto você assiste ao que tinha sido, até esse ponto no filme, um mundo muito masculino e material, para não dizer terreno. Se você conhecer ainda a segunda ópera do ciclo *Der Ring des Nibelungen*, você poderia acrescentar a essas incongruências, agora múltiplas, o fato de essa música ser usada na ópera para acompanhar as donzelas guerreiras enquanto elas vasculham o campo de batalha em busca dos corpos daqueles que morreram como heróis dignos de serem levados para o *Valhala*, o lar dos deuses. Entretanto, os helicópteros, pilotados por homens, você, então, poderia notar, estão apenas indo para a batalha no filme: essa é uma missão de morte, uma tentativa consciente de criar – e não de recolher e redimir – corpos mortos (Hutcheon, 2000, p. 38).

O jogo irônico está presente em *O Esplendor de Portugal* e é igualmente transideológico, estendendo-se por todo o romance desde o paratexto. Portanto, o esplendor a que o título faz referência, “[...] atribui ao treno que o texto constitui (justamente o contrário de um hino) a sua referência irônica” (Seixo, 2002, p. 328).

Se o elemento transideológico da ironia faz com que o leitor busque preencher de significados as sugestões deixadas através das condições de produção, como o contexto e autoria, bem como de elementos como tema, enredo, personagens, intriga; tudo o que se soma aos possíveis significados da obra entra em jogo. Nesse quesito, é sabido como António Lobo Antunes joga parodicamente com *Os Lusíadas*, de Camões, em *As Naus* (1988), sobrepondo dois momentos difusamente semelhantes e dissonantes no tempo da história portuguesa.

Salvo qualquer aspecto paródico subcutâneo ao texto, a ironia parece-me figurar em *O Esplendor de Portugal* em contextos politicamente mais arraigados e diretos, ainda que por vezes exógenos ao texto, porque reside mais profundamente na representação irônica de personagens ordinárias e na exposição da sua psiquê. Não obstante, torna-se possível verificar,

como aponta Hélia Santos, que a “[...] própria condição de colonos, teoricamente os detentores de poder econômico, social e político, é questionada, revelando desde logo essa condição semiperiférica, em que o Sul e o Norte se encontram no mesmo espaço, proporcionando uma hibridez cultural e identitária violenta” (Santos, 2005, p. 46).

Nesse contexto, a figuração dos personagens e seus relatos de memória fazem contraponto com a epígrafe do romance “numa espécie de inversão da alegoria nacional” (Byalaardt, 2007, p. 169), pois são atravessados por uma certa dubiedade cruel e irônica: sofreram como um povo destituído de sua terra, de sua identidade, do poder e do amor; mas, por outro lado, esses mesmos indivíduos flagelaram, oprimiram, discriminaram e assassinaram nativos com base em sua posição de poder e superioridade.

Para uma compreensão mais aprofundada das questões identitárias mencionadas, contextualizadas em relação aos momentos de separação: da terra, da família, “figurações temáticas e socioideológicas imediatamente apreensíveis” (Seixo, 2002, p. 328), é imperativo examinar os aspectos políticos e sociais do espaço e do tempo imediatamente após o fim do colonialismo. Estes seriam tão significativos para os personagens quanto para seu criador, já que a “[...] separação e desencontro, de radical solidão e remissão a raízes que não são as próprias, e que surgem desenterradas (e desterradas) devido a uma apropriação indevida, mas politicamente legitimada da terra” (Seixo, p. 328) são os fatores que dão sustentação à explanação da interidentidade, tornando clara a função da ironia no romance.

3.2 Os anos de conflitos: pormenores do romance

A descolonização faz-se atabalhoadamente com o embarque em navios superlotados. Os colonos, com os poucos bens que conseguem lutam por um lugar num barco a troco de qualquer moeda que possam oferecer [...] Quando chegam a Lisboa, não se reconhecem mais, nem na colônia de onde foram expulsos, nem na metrópole de onde partiram muito jovens ou que nunca tinha conhecido [...] regresso desenvolve um percurso pós-colonial em *O Esplendor de Portugal*, que implica a desagregação familiar: três jovens, que nasceram em Angola, escapam aos horrores da guerra, mas vivendo em Lisboa, permanecem entre dois mundos, separados da mãe que ficou lutando pela plantação herdada dos pais.

Maria Alzira Seixo, *Dicionário da obra de António Lobo Antunes*.

Quando questionado, em entrevista concedida a Francisco José Viegas sobre a relação dos portugueses com África e a memória desse vínculo, António Lobo Antunes declarou que:

A situação dos colonos, que nós achávamos – e eram – reacionários, era muito complexa, porque eles tinham a sensação de ser os pretos dos brancos daqui [...] Era um faroeste cruel. Antes da primeira revolta, houve uma chacina na baixa do Cassanje, mataram mais de mil trabalhadores. O livro anda a volta desses pormenores, mas é evidente que isto é só o enredo base. O Picasso diria que a intriga é o prego onde eu tenho os meus quadros, e o que me interessa é ao nível da escrita (Antunes, 1997, p. 39).

Embora o escritor descreva os eventos histórico-políticos como “pormenores” da trama, eles não devem ser encarados como meros detalhes. A Revolução de 25 de Abril de 1974 foi um ponto crucial no que diz respeito à descolonização das províncias ultramarinas portuguesas. A Revolução dos Cravos não apenas pavimentou o caminho para a independência das então províncias ultramarinas, incluindo Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné e São Tomé e Príncipe, mas também simbolizou o desejo do Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pela queda do Estado Novo, de construir uma sociedade mais aberta à liberdade democrática, com o intuito de promover amplas transformações sociais no país. No entanto, o fim dos treze anos de Guerra Colonial não significou o fim imediato dos conflitos, especialmente em Angola e Moçambique.

O caso de Angola é particularmente relevante nessa discussão. Após alcançar sua independência em 1975, através do Acordo do Alvor³⁷, Angola viu-se mergulhada em um período conturbado de disputas políticas internas que se estenderia por vinte e sete anos – até a assinatura do acordo de paz entre o governo do MPLA e a UNITA, em 2002, conhecido como Memorando do Entendimento de Luena³⁸.

Os grupos políticos do MPLA, FNLA e UNITA, muito embora tivessem lideranças incompatíveis, outrora lutaram em prol da independência do país, mas depois passaram a representar forças antagônicas entre si. Na década de 1960 e início da década de 1970,

³⁷ O Acordo do Alvor marcou o início das negociações em direção à libertação nacional. Tratava-se da aplicação de um governo de transição de colônias para independência de Angola, e deu-se entre as frentes do MPLA, da FNLA, da UNITA, e do Governo Português ao longo do período de 15 de janeiro e de 11 de novembro de 1975 (Matos, 2020, p. 35).

³⁸ Antes do cessar fogo definitivo, houve outros acordos de paz: em maio de 1991, o acordo de Bicesse, e em novembro de 1994, o de Lusaka. Embora tivessem fracassado, estes acordos foram fundamentais para que se chegasse ao Memorando do Entendimento de Luena. Observa Matos: “realizados sob os auspícios da comunidade internacional [ambos os acordos] tiveram como resultado a continuação da guerra, com consequências cada vez mais mortíferas para a população civil; enquanto que o terceiro acordo, o Memorando de Luena de 2002, no qual a comunidade internacional desempenhou um papel muito secundário e em grande medida simbólico, não só conseguiu a formalização da cessação das hostilidades como pôs fim ao ciclo de guerras que devastavam Angola desde a independência, em 1975” (2020, p. 35).

rivalizariam numa disputa interna pelo poder. Segundo Marco Antonio Liberatti (2000), as disputas refletiam divisões sociais, étnicas e ideológicas que haviam sido geradas, em sua maioria, pelo regime colonial. Além disso, a intervenção de países externos ao continente, a partir de 1975, tornaria o conflito em Angola um caso "clássico" da Guerra Fria, dado que cada movimento de libertação havia buscado apoio externo. A adesão da então URSS ao MPLA contrastava com o apoio dos Estados Unidos e da China, embora em menor grau, ao FNLA e, posteriormente, à UNITA.

Esse período reflete não apenas a complexidade das dinâmicas políticas internas em Angola, mas também a influência de fatores externos, evidenciando as ramificações geopolíticas do conflito, o que intensificou ainda mais as disputas internas pelo poder. Apenas duas semanas após a independência de Angola, já durante a Guerra Civil, segundo Antônio Carlos Matias da Silva (2010, p. 11), foram contabilizados quarenta mil mortos e um milhão de desabrigados, sendo que cerca de quatrocentos mil brancos haviam deixado o país.

No capítulo "24 de julho de 1978" de *O Esplendor de Portugal*, vislumbramos pequenos fragmentos de imagens desses embates:

[...] ao voltar à fazenda no regresso de Luanda mal o barco desapareceu numa confusão imensa carregado de bagagem e de gente, de tarecos salvados à pressa ao apetite dos cubanos e da tropa, rajadas de metralhadora nas esquinas, piquetes de soldados maltrapilhos, de catana, degolando-se uns aos outros, belgas loiros de camuflado a aparafusarem morteiros nas varandas, cadáveres nus ou apenas com uma bota calçada que a chuva arrastava das valetas na direção do mar, as prostitutas da ilha na Muxima a desencaxar-me o reservatório e o pneu sobressalente

– Camarada

brancos nas praças, cercados de camas e mesas, sentados em banquitos à espera de ninguém, cotovelos entapados, crânios entapados, cinzas de motorizada a que lançaram fogo, uma sede do FNLA a arder, o bairro da Cuca despedaçado a canhão, pilhas de corpos à entrada da morgue (Antunes, 2007, p. 30).

Embora os cenários narrados por Isilda, ao retornar para a Baixa do Cassanje, destaquem o contexto mórbido e degradante que tomou conta de Luanda, é a expressão de um sentimento de vazio que vem à boca de cena:

Há qualquer coisa de terrível em mim. Às vezes à noite o murmúrio dos girassóis acorda-me e sinto o ventre aumentar na escuridão do quarto com aquilo que não é um filho, não é um inchaço, não é um tumor, não é uma doença, é uma espécie de grito que vai sair não pela boca mas pelo corpo inteiro e encher os campos como o uivo dos cães, e então deixo de respirar [...] Em alturas assim penso que estou morta, cercada de cubatas e algodão, a

minha mãe morreu, o meu marido morreu, os lugares deles sumiram-se da mesa e o que habito agora são compartimentos e compartimentos vazios cujas lâmpadas acendo ao crepúsculo para enganar a ausência (Antunes, 2007, p. 25).

O esvaziamento das colônias, e, por consequência, a ausência dos familiares devido à intensificação dos conflitos, reforça o sentimento de falta e anulação experimentado por Isilda. É provável que o leitor, neste ponto, acabe por se perguntar: por que motivo Isilda decide permanecer na fazenda, uma vez que ela mesma reconhece que “[...] a casa estava morta quando os mortos principiaram a morrer” (Antunes, 2007, p. 84)? Qual seria o vínculo que a manteria ligada ao espaço da fazenda, levando-a a afirmar com convicção: “[...] nem o MPLA nem os cubanos têm o direito de me expulsar do que é meu” (Antunes, 2007, p. 64)?

Para além da vontade de safar os filhos dos ataques às fazendas e chacinas que se multiplicavam na região, um sentimento profundamente enraizado na memória parece tê-la motivado:

O meu filho Carlos, em criança, julgava que o relógio da parede era o coração do mundo e tive vontade de sorrir por saber há muito que o coração do mundo, o verdadeiro coração do mundo não estava ali conosco mas além do pátio e do bosque de sequóias, no cemitério onde no tempo do meu pai enterravam lado a lado os pretos e os brancos do mesmo modo que antes do meu pai, na época do primeiro dono do girassol e do algodão, sepultaram os brancos que passeavam a cavalo e davam ordens e os pretos que trabalharam as lavras neste século e no anterior e no anterior ainda [...] O autêntico coração da casa eram as ervas sobre as campas ao fim da tarde ou no princípio da noite, dizendo palavras que eu entendia mal por medo de entender, não o vento, não as folhas, vozes que contavam uma história sem sentido de gente e bichos e assassinio e guerra como se segredassem sem parar a nossa culpa, nos acusassem, repetindo mentiras, que a minha família e a família antes da minha tinham chegado como salteadores e destruído África, o meu pai me aconselhava
– Não ouças
visto que moro no que me pertence, na quinta que fizemos e me pertence como a Maria da Boa Morte e a Josélia as eduquei e me pertencem, e nisto [...] entendi que os mortos começaram morrer e a casa com eles, o esqueleto da casa com pedaços de cartilagens de reposteiros e de quadros suspensos dos ossos, o esqueleto da casa com eles, o esqueleto da casa sem ninguém expecto eu, as criadas e a trepadeira da varanda a amortilhar-nos no seu lençol de insetos (Antunes, 2007, p. 83-84).

A passagem indica que o “autêntico coração do mundo” está na verdade restrito ao passado. A referência ao cemitério, onde há muito tempo se enterravam brancos e pretos, representa um espaço simbólico de convivência e igualdade, como se a terra onde outrora foram enterrados brancos e pretos os pudesse igualar. Já a assimilação do termo “mundo” por “casa” sugere que, para Isilda, a casa representa o verdadeiro coração do mundo no contexto do

colonialismo português. Essa troca destaca a importância da casa colonial na mundividência da personagem, que relaciona metaforicamente seu declínio ao de uma casa – o coração do colonialismo português – como o texto sugere. Assim o declínio de um é também o declínio do outro, fazendo com que o fim do império coincida com a degradação e a morte da casa colonial, como literalmente indica Damiano no trecho “[...] numa confidência apiedada mostrando a miséria e a solidão em que eu morava – Não posso continuar aqui porque esta casa está morta” (Antunes, 2007, p. 97).

Sobre o "autêntico" coração da casa, recai uma atmosfera carregada de histórias e vozes acusatórias que, sob os conselhos do pai, Isilda tenta negar ou ignorar para livrar-se do peso da culpa associada às práticas coloniais. Além disso, a descrição do seu esqueleto e sua vinculação com os mortos destaca a importância da casa e fundamenta a ação da permanência no espaço da fazenda, já que, como se vê, a casa não é apenas um espaço físico, mas um símbolo colonial. Apesar desses aspectos, a metáfora não esclarece completamente as razões pelas quais o espaço não é abandonado, mesmo quando tudo parece morto. A resposta para isso pode estar na relação identitária que a personagem nutre para com o espaço africano e, sobretudo, na sedução que a ilusão do dinheiro e do poder proporciona:

O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceitos com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros da mesma forma que os pretos possuíam seus pretos e estes os seus pretos ainda em degraus sucessivos descendo ao fundo da miséria, aleijados, leprosos, escravos de escravos, cães, o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casa que macaqueavam casas europeias e qualquer europeu desprezaria considerando-as como considerávamos as cubatas em torno, numa idêntica repulsa e num idêntico desdém, compradas ou mandadas construir com dinheiro que valia menos que o dinheiro deles, um dinheiro sem préstimo não fora a crueldade da maneira de o ganhar e para todos os efeitos equivalentes a conchas e contas coloridas [...] (Antunes, 2007, p. 263).

Ao decidir-se por ficar, Isilda parece tentar garantir a estabilidade do único elemento que a diferencia de um nativo: as posses. Essa distinção como portuguesa, branca da colônia, contrasta com uma condição que a posiciona, em outra direção, em um local de inferioridade social, cultural, econômica e racial, que podemos chamar de subalterno, em relação aos brancos da metrópole, pois, em Portugal, conforme confidencia a personagem:

olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas que aceitavam o degredo em Angola a fim de cumprirem condenações obscuras longe da família, de uma aldeia qualquer sobre penhascos de onde vínhamos, habitando no meio dos pretos e quase como eles, reproduzindo-nos como eles na palha, nos desperdícios, nos dejectos para formarmos uma raça detestável e híbrida que aprisionavam por medo em África mediante teias de decretos, ordens, câmbios absurdos e promessas falsas na esperança que morrêssemos das pestes do sertão ou nos matássemos entre nós como bichos e entretanto obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos sobre o que nos não pertencia também roubando no Uíje e na Baixa do Cassanje para que nos roubassem em Lisboa [...] (Antunes, 2007, p. 264).

Durante a história do colonialismo, o estigma da inferioridade cultural e do racismo contaminou até mesmo os colonos brancos, que, aos olhos da metrópole, foram considerados degenerados pelo hibridismo, conforme é possível apreender no trecho anterior. A justificativa histórica reside na ideia de que, ao carecerem da herança cultural de seus antepassados europeus, os colonos brancos assimilavam e desenvolviam características e generalizações das tipicidades nacionais dos povos autóctones, consideradas essencialmente inferiores. Isso é salientado por Thomas Bonnici ao tratar do colonialismo:

Nos séculos XVI e XVII, os colonizadores espanhóis, portugueses e holandeses, e mais tarde, nos séculos XVII, XIX e XX, a Inglaterra e a França, puseram em prática o conceito polarizador 'nós – eles' ou 'Outro – outro'. Para garantir a coesão do Outro diante das vicissitudes do mundo moderno, o colonizado foi incentivado a receber e compartilhar as benesses da civilização. Para o colonizado, esse futuro promissor foi sempre preterido (Bonnici, 2019, p. 259-260).

Nesse sentido, as palavras de Eduardo, pai de Isilda, descrevem bem o tipo de relação conturbada, ambígua e onerosa mantida pelo personagem em relação à terra natal de seus ancestrais, que validava o abraçamento da sua subalternidade, pois, como explicava o pai:

Acabámos por gostar de África na paixão do doente pela doença que o esquarteja ou do mendigo pelo asilo que o humilha [...] acabámos por gostar de ser os pretos dos outros e possuir pretos que sejam os pretos de nós, habituados à violência do clima e das pessoas e à impiedade da chuva, a resolvermos a tiro um desacordo ou capricho (Antunes, 2007, p. 264).

Em termos sociais, Isabel A. Ferreira Gould argumenta que a experiência colonial portuguesa foi caracterizada por "[...] vários tipos de ambivalência e hibridação entre o colonizador e colonizado, num derramar e transvazar de identidades" (2011, p. 156). O ambiente colonial figurava como campo no qual a identidade portuguesa não pôde se estabilizar plenamente, pois, justamente, estava no ponto de contato e fronteira entre povos e culturas

distintas. No trecho de *O Esplendor de Portugal*, é possível notar como a consciência da miscigenação dos costumes é assimilada por Eduardo, que a vê como justificativa para a estigmatização, quando afirma: “[...] os brancos de Lisboa têm razão em troçar-nos, em olharem-nos como olham os pretos com a mesma indiferença ou o mesmo horror” (Antunes, 2007, p. 267). Fica claro, portanto, como o contato com os nativos expõe:

[...] a ilusão da razão colonial, bem como o desencanto perante a [sua] condição de colono [...] simultaneamente porta-voz de uma crítica incisiva à política metropolitana de exclusão do português das colônias e consciência viva do poder absurdo e ilusório do colono (Gould, 2011, p. 167).

Nesse sentido, o ensaio *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade* (2003), de Boaventura de Sousa Santos, contribui para o entendimento não só das relações entre colonizador e colonizado, como da exclusão dos portugueses das colônias³⁹. Argumenta Santos que essas questões refletem as especificidades do sistema colonial português que, de maneira muito distinta, consistiu em uma espécie de colonialismo subalterno, de certa forma "colonizado" em sua condição de semiperiferia. É justamente a existência dessa condição periférica que faz surgir a interidentidade como conceito que ilustra a conformação de identidades complexas que carregam consigo, ao mesmo tempo, traços de colonizador e de colonizado.

São quatro hipóteses a sustentar a tese do sociólogo português. A primeira delas está pautada na ideia de que, desde o século XVII, Portugal é um país semiperiférico no sistema mundial capitalista. Essa condição teria evoluído ao longo do tempo, mantendo seus traços fundamentais, ou seja: “[...] um desenvolvimento econômico intermediário e uma posição intermediária entre o centro e a periferia da economia-mundo [...] simultaneamente produto e produtor dessa posição intermediária” (Santos, 2003, p. 24).

A segunda hipótese é a de que essa condição semiperiférica se reproduziu com base no sistema colonial e no modo como Portugal está inserido na União Europeia. A partir disso, três sub-hipóteses ajudam a elucidar o conceito de interidentidade. Para tanto, Boaventura leva em conta que:

³⁹ Boaventura de Sousa Santos faz uma analogia entre os papéis de colonizador e colonizado e os personagens Próspero e Caliban, de *A Tempestade* (1623) de William Shakespeare, os quais desempenham papéis cruciais na reflexão sobre as noções de identidades superior e inferior. Caliban personifica a identidade inferior, constantemente derivada e correspondente a situações em que o poder, para declarar a diferença, está alinhado com a capacidade de resistir à sujeição. Por outro lado, a identidade superior, representada por Próspero, reproduz-se por meio de processos distintos. Primeiramente, pela negação total do outro. Em segundo lugar, pela disputa com sua identidade subalterna.

[...] o colonialismo português, sendo conduzido por um país semiperiférico, foi ele próprio semiperiférico, ou subalterno. Em razão de suas características e duração histórica, a relação colonial protagonizada por Portugal impregnou de modo muito particular e intenso as configurações de poder social, político e cultural não só nas colônias como no seio da própria sociedade portuguesa; o processo de integração da UE, apesar de sua curtíssima duração em comparação com o ciclo colonial, parece destinado a ter na sociedade portuguesa um impacto tão dramático quanto o que teve o colonialismo – em aberto está a questão do sentido e do conteúdo desse impacto (Santos, 2003, p. 24).

A terceira hipótese diz respeito ao valor analítico da teoria do sistema mundial, a fim de entender a posição de Portugal, se semiperiférica, periférica ou central, nas atuais condições da globalização. Já a quarta e última hipótese se refere à cultura portuguesa como uma cultura de fronteira sem conteúdo unívoco, mas com forma, no caso, uma forma de zona fronteira. A ideia é a de que “[...] a cultura portuguesa sempre teve uma grande dificuldade em se diferenciar de outras culturas nacionais ou, se preferimos, uma grande capacidade para não se diferenciar de outras culturas nacionais, mantendo até hoje uma forte heterogeneidade interna” (Santos, 2003, p. 24).

Baseado nessas hipóteses, Boaventura de Souza Santos se debruça sobre práticas discursivas que caracterizam o colonialismo português e sobre o modo como elas impregnaram os regimes identitários nas sociedades de que participaram, tanto durante o período colonial quanto após a independência das colônias. Seu argumento principal está organizado em torno da ideia de que a identidade portuguesa é dúbia, múltipla e indecisa entre dois polos, fazendo justiça à alcunha do termo interidentidade. Portanto, afirmar a subalternidade do sistema colonial português significa ter em conta que, diferentemente da conduta prescrita por um *ethos* hegemônico em relação aos nativos, como a observada no modelo britânico⁴⁰, o colonialismo português não pôde estabelecer a mesma relação de hegemonia em África (Santos, 2003, p. 48).

Isso não teria sido consequência da ausência de racismo, é importante ressaltar, como “pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista” (Souza, 2003, p. 27), mas certamente desencadeada por um racismo de tipo diferente, sexista, que permitiu a existência de mestiços filhos de pai branco e mãe negra, nunca o contrário. Desta feita, os anos do efêmero império português perduraram, ainda que ecoando a “história de sua sujeição colonial” (Santos, 2003, p. 25), que se alastrou sobre as mais diversas camadas e subcamadas sociais.

⁴⁰ No domínio das práticas imperialistas, o colonialismo português foi subalterno. Enquanto “o Império Britânico estava assentado “[...] num equilíbrio dinâmico entre colonialismo e capitalismo, o Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre um excesso de colonialismo e um déficit de capitalismo” (Santos, 2003, p. 25).

As questões identitárias próprias dos indivíduos dos colonatos não se limitaram apenas à dicotomia entre colonizadores e colonizados, pois essas duas categorias não são imanentes, tampouco são estáticas, já que não só “[...] não dão conta da variedade étnica, cultural e social existente em contexto colonial, como ilidem a permeabilidade entre grupos e a sua heterogeneidade interna” (Castelo, 2012, p. 19). Em particular, o trabalho de Boaventura de Sousa Santos fornece *insights* valiosos para compreender de forma profunda e peculiar como as estruturas de poder nos âmbitos social, político e cultural foram afetadas não apenas no contexto das colônias, mas também no interior da sociedade portuguesa continental, muito embora essas questões fossem mais latentes em espaços como o luso-angolano.

Tendo em vista *O Esplendor de Portugal*, as hipóteses do sociólogo nos permitem identificar, através da dinâmica familiar dos personagens, assim como dos contextos sociais em que eles se inserem, traços identitários que refletem a imagem de um país com características semiperiféricas, ou seja, situado em uma posição subalterna dentro do conjunto das nações imperiais. No romance, diversos aspectos dessa sujeição aparecem retomados nas vozes dos personagens, mas é nos relatos de Eduardo e Isilda - que com frequência se confundem - que essas questões tomam maiores proporções e aparecem com mais frequência:

explicava meu pai

Já que vivemos numa espécie de caricatura da vida deles em casas que lhes macaqueiam as casas como por vergonha dos pobres os menos pobres dos pobres imitam os ricos logrando senão assemelharem-se entre si sem se aproximarem do que queriam tornar-se, os brancos de Lisboa

explicava meu pai

Têm razão em não nos aceitarem de volta quando os americanos, os russos, os franceses e os ingleses nos obrigarem a regressar desapossados do orgulho das nossas fazendas, dos nossos sofás e dos nossos quadros de búfalos olhados até à náusea

[...]

do nosso dinheiro que em Portugal vale menos do que conchas ou contas coloridas (Antunes, 2007, p. 267).

O trecho destaca a explicação do pai sobre a condição dos colonizadores portugueses, que viviam uma caricatura da vida metropolitana. Em outra passagem, afirma-se que “éramos os pretos dos outros pretos” (Antunes, 1997, p. 255), o que evidencia de forma clara a formação de um sistema baseado na hierarquização e marginalização de indivíduos dentro da mesma etnia. Segundo Bonnici (2019), a construção da identidade do colonizado ocorre em relação àquele que o colonizou. Essa construção, fundamentada na diferença, se manifesta através de discursos que associam constantemente o colonizado a aspectos considerados inferiores, tais

como primitivismo, canibalismo e inferioridade cultural e ideológica. Esse processo cria uma distinção baseada no binômio colonizador *versus* colonizado, no qual:

[...] o sujeito e o objeto pertencem a uma “hierarquia” em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. O colonizador, seja espanhol, português, inglês, se impõem como poderoso, civilizado, forte, versado na ciência e na literatura. Por outro lado, o colonizado é descrito constantemente como sem roupa, sem religião, sem ar, sem tecnologia, ou seja, em nível bestial (Bonnici, 2019, p. 260).

A dinâmica entre essas categorias muitas vezes oculta ou exclui a presença de diversos outros indivíduos no contexto colonial dentro das "relações de poder de geometria variável" (Castelo, 2012, p. 19). Esses grupos, subalternizados e definidos como o “objeto da hegemonia das classes dominantes” (Bonnici, 2019, p. 260), incluem, para além de colonizados, trabalhadores rurais, operários, povos autóctones, assimilados, mestiços, mulheres, entre outras categorias cujo acesso ao poder é sistematicamente negado. No romance de António Lobo Antunes, a percepção que Isilda tem dessa condição sugere a aplicação da mesma lógica de hierarquização que inferioriza e rebaixa o colonizado. No entanto, o lugar de subalternidade é ocupado pelos colonos portugueses, localizados na periferia do império. Na passagem em que recorda as palavras do pai, a personagem torna evidente que os brancos de África são relegados à margem do sistema colonial, retratados como violentos e primitivos, há muito tempo degredados em Angola, ao passo que os brancos de Lisboa detêm o controle político sobre o seu mundo.

Em meio a esse cenário, o sentimento de inferioridade com o qual Isilda se identifica delimita sua subalternidade em relação ao seu próprio povo. Assim, o problema da alteridade portuguesa está enraizado nas próprias condições de sua existência, desde a origem marcada pela dubiedade, ou *indecibilidade* de sua identidade, para citar a expressão de Boaventura de Souza Santos. Se, dentro do grupo das nações imperialistas, os portugueses eram vistos como os mais propensos a se misturarem aos nativos, quando deveriam apenas colonizá-los, as desqualificações atribuídas aos indígenas – primitivos e selvagens – logo passam a ser as mesmas para os portugueses, ao se misturarem com eles e ao adotarem seus modos de vida, ainda que a partir de uma posição de superioridade e de poder.

Segundo afirma Boaventura, o colonialismo português exerceu papel central no sistema de representações da modernidade ocidental, em cuja construção Portugal teve participação pioneira. Mesmo assim, “[...] o estereótipo português que predomina não é o de Próspero, mas o de um proto-Caliban, um cafrealizado” (Santos, 2003, p. 37). O autor então propõe a seguinte

questão, "como é que o Caliban europeu conseguiu ser Próspero além-mar?" (Santos, 2003, p. 35). A resposta propõe que, ao nunca adotar plenamente e exclusivamente uma dessas identidades, Portugal permitiu-se assumir ambas, simultaneamente, através da miscigenação e da "cafrealização"⁴¹, "fenômenos ligados entre si, mas referidos a processos sociais distintos" (Santos, 2003, p. 35). No caso, a cafrealização pode ser descrita como o processo de sujeição gradual do colonizador aos costumes do colonizado, que carrega consigo uma carga pejorativa.

Porém, esse termo pode adquirir ambiguidade quando se trata de valorar o fenômeno. Boaventura de Sousa Santos distingue duas leituras interessantes nesse sentido. A primeira leva em conta a cafrealização por meio da facilidade; a segunda, por outro lado, leva em conta a cafrealização por necessidade. A primeira acepção tende a entender o fenômeno como uma condição capacitante, desestigmatizando-a. Nessa leitura:

[...] a cafrealização é o não-dito que sustenta o seu contrário, a assimilação. Ela constitui um duplo não-dito: é um não-dito da assimilação porque é uma assimilação invertida, de Próspero por Caliban, mas é também o não-dito da imposição cultural que caracteriza a colonização, seja ela assimilacionista ou não, porque é uma identidade negociada (Santos, 2003, p. 39).

Já a segunda leitura, em que a cafrealização acontece por necessidade, tende a enxergá-la como a "[...] debilidade e a incompetência de um Próspero que não pôde ou não soube escapar a ela. Seria expressão de uma degenerescência que arrastou no seu atraso o atraso dos colonizados" (Santos, 2003, p. 39).

Pode-se considerar que a miscigenação corresponde à manifestação da porosidade dos regimes identitários dos portugueses, assim como a cafrealização, cujo epítome seria a figura do mulato. No entanto, são fenômenos distintos, já que podem ocorrer de forma independente, "[...] a verdade é que nos momentos de intensificação dos discursos colonialistas e racistas [...] a estigmatização da cafrealização arrastou consigo a da miscigenação (a miscigenação como cafrealização do corpo)" (Santos, 2003, p. 39). Não obstante, a conduta colonial portuguesa pretendeu proclamá-las como um triunfo humanista, o que não passava de uma espécie de engenhoso expediente colonialista para encobrir condutas desumanas, sempre com o intuito de justificar e legitimar as ações do Estado em prol do "[...] aproveitamento dos recursos necessários ao progresso da humanidade, como na transmissão às 'raças atrasadas' ou mesmo 'primitivas' dos valores culturais e técnicos da 'raça branca'" (Alexandre, 2005, p. 31).

⁴¹ Boaventura de Sousa Santos esclarece o termo: "'Cafrealização' é uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos "cafres", os negros agora transformados em primitivos e selvagens" (Santos, 2003, p. 35).

Por outro lado, “[...] a mesma miscigenação lhes era inscrita na pele como um ônus pelo olhar do Próspero europeu” (Santos, 2003, p. 30). Como aponta Boaventura em seu ensaio, essa situação criou:

[...] um problema de auto-representação algo semelhante ao do colonizado pelo colonialismo britânico. A necessidade de definir o colonialismo português em sua especificidade quanto ao colonialismo hegemônico significa a impossibilidade ou dificuldade de defini-lo em termos que não reflitam essa subalternidade. Por um lado, o colonizado português tem um duplo problema de auto-representação: em relação ao colonizador que o colonizou e em relação ao colonizador que, não o tendo colonizado, escreveu no entanto a história de sua sujeição colonial (Santos, 2003, p. 25).

Ao referir-se à miscigenação dos povos, sem de fato aceitá-la, acentua-se a dubiedade e a incerteza da identidade portuguesa, que, embora possa ser de forma prática exemplificada pela analogia do mestiço, não se restringe a isso, pois:

A miscigenação originária, na forma de significantes racistas inscritos na cor da pele, na compleição física e mesmo nos costumes, perseguiu os portugueses aonde quer que fossem. Nas colônias ou ex-colônias de outras potências europeias [...] (Santos, 2003, p. 40).

Nesta senda, é preciso atentar novamente para como a composição social dos portugueses destinados à África reflete seus sistemas de representação. A colonização espontânea levou a fortes restrições quanto aos potenciais migrantes, em sua maioria, portugueses sem capital ou qualificações. As razões de ordem para tanto eram, de maneira geral, econômica, social e simbólica, já que “[...] estavam destinados a salvaguardar os interesses da burguesia colonial, prevenir conflitos raciais, afastar o perigo do desemprego entre a mão-de-obra especializada [...] e o embaraço perante a cafrealização” (Castelo, 2012, p. 28). Por outro lado, a imigração ultramarina estava composta “[...] por pessoal especializado, quadros técnicos e dirigentes do sector público e privado, articulando-se com uma ideia de colonização assente na exploração econômica das matérias-primas e da mão-de-obra africanas” (Castelo, 2012, p. 28-29).

No romance *O Esplendor de Portugal*, essas questões também se manifestam nas relações estabelecidas entre os membros da família e os personagens que gravitam em torno do núcleo familiar. Por exemplo, apresentam-se por meio da (ex)inclusão do mestiço Carlos na família, explicitada em momentos como quando Isilda demonstra o esforço que teve para aceitar o filho bastardo do marido Amadeu: “*o meu filho Carlos, o mais velho, o primeiro dos meus filhos e Deus sabe o que me custou aceitá-lo, aquele que toma conta dos irmãos em Lisboa e*

acha que eu não gosto dele)” (Antunes, 2007, p. 90, grifo do autor). Ou quando, por vezes, a personagem comete equívocos em seu discurso, revelando a dificuldade de aceitar a hibridação: “os meus filhos, ou seja, Clarisse e o Rui, acompanhados pelo que não era meu filho, mas eu fingia que era/ não, não é assim” (Antunes, 2007, p. 141).

Fora do círculo familiar, empregados, assimilados e camponeses dão sustentação ao poder colonial que opera às custas do seu trabalho. Paradoxalmente, a inferioridade atribuída a esses indivíduos justamente promove a identidade soberana do colonizador. A exemplo disso, Isilda expressa indignação a Josélia pela feição de Eunice:

Sinceramente ignoro o que minha mãe via na criatura mas quando estava a morrer foi a ela que chamou, não a mim, a ela que pediu ajuda para encontrar o ar que faltava segurando-lhe a mão, e agora imagine-se a minha figura, o padre às voltas no quarto com as rezas e as benzeduras e em lugar da filha dava com uma bailunda de sandálias de plástico armada em parente à cabeceira da cama, eu empurrada para um canto como ferro-velho junto ao pateta do meu marido, um verbo de encher a que ninguém de bom senso dava atenção, imagine-se a vergonha do quadro, a ingrata da minha mãe trocando a dedicação da família pela criada, trocando-me diante de toda a gente por uma mulherzinha de senzala (Antunes, 2007, p. 235).

O olhar de superioridade direcionado aos criados, contratados e assimilados está intrinsecamente ligado à identificação dos papéis sociais que esses personagens ocupam na dinâmica colonial e que refletem, por extensão, as estruturas do próprio colonialismo subalterno. Nessa dinâmica, o “[...] outro-outro (o colonizado) e o outro-próprio (o colonizador e próprio colonizado) disputam na identidade do colonizador a demarcação das margens de alteridade, mas nesse caso a alteridade está, por assim dizer, dos dois lados da margem” (Santos, 2003, p. 27). Essa relação fronteiriça pode ser demonstrada quando Isilda se pergunta: “se me troca por uma mulherzinha de senzala, o que sou eu afinal?” (Antunes, 2007, p. 235).

Por outro lado, Josélia, Fernando, Damião e Maria da Boa Morte desempenham papéis de certa relevância em episódios envolvendo os protagonistas. Embora sempre estejam presentes nas memórias da casa, nunca conquistam destaque aos olhos de Isilda, mesmo quando representam tudo o que lhe resta. A personagem tem consciência de que o que sua família veio buscar em Angola foi alcançado através dos pretos desprovidos de dinheiro e poder, capazes de lhe criar a ilusão de superioridade. Esse entendimento desencadeia um sopro de culpa, embora sua percepção seja por vezes recalçada com o propósito de alimentar uma certa estabilidade identitária pautada num senso de justiça, conforme sugere o trecho:

[...] a erva das tampas contava uma história muito antiga de gente e bichos e assassínios e guerra que eu não entendia por medo de entender, segredando sem para a nossa culpa, acusando-nos que injustiça de termos chegado como gatunos inclusive os missionários, os cultivadores, os enfermeiros que curavam a lepra, a erva das campas repetindo mentiras que o meu pai aconselhava tapando-me as orelhas – Não escutes (Antunes, 2007, p. 90).

Ao longo de sua infância, Isilda fora conscientemente compelida a assumir o papel de patroa, guiada pelo olhar de um berço racista, que obstinadamente rejeita qualquer equiparação ao nativo, sempre rebaixado sob o estigma da inferioridade. Isso é evidente, por exemplo, nas memórias de sua infância ao brincar com a boneca Rosarinho:

– Tu e essa preta nojenta rua e suspeitei pela primeira vez que a Maria da Boa Morte e eu não éramos iguais por a minha madrinha me não chamar preta nojenta, me não olhar num desgosto indignado, suspeitei que a Maria da Boa Morte era inferior a mim, não tinha alcatifa nem tapetes somente duas ou três esteiras, pratos de metal desirmanados, uma telefonia sem pilhas com a antena quebrada e a boneca a presidir à miséria na sua inocência [...] (Antunes, 2007, p. 139-140).

Radicalmente situadas em estratos sociais opostos, a dinâmica entre as personagens é delineada pelo viés do racismo. Isilda assimila Maria da Boa Morte como inferior quando se dá conta de que a menina carece de muitos dos itens de conforto e status associados à sua própria vida, como alcatifas, tapetes e uma telefonia funcional; enquanto a boneca Rosarinho representa a pobreza na sua simplicidade. Mas, com a completa desintegração da estrutura familiar, e o desvanecimento das colônias, assistimos à dissolução da arquitetura do poder colonial.

De modo muito astuto, António Lobo Antunes destaca a gradual assimilação da realidade da queda do império nos momentos em que Isilda, confrontada por eventos traumáticos, não apenas tenta negar a realidade, mas também fabrica desfechos alternativos através da memória, quando se nega a aceitar a realidade que a arrebatava:

Não é verdade, não pode ser verdade que isto esteja a acontecer: continuo na casa da fazenda com meu marido e os meus filhos, os bailundos pregam espantalhos para afastar os pássaros do arroz, a minha mãe no quarto do primeiro andar a chamar a Josélia aos gritos, não trago um pano do Congo amarrado à cintura, trago um vestido, nunca morei em palhota nenhuma sobretudo na Chiquita, a aldeia onde passávamos de visita ao meu padrinho, o comércio deserto, as colunas do chefe de posto reduzidas a vigas de metal [...] e portanto não é verdade, não pode ser verdade que isto esteja a acontecer, a Josélia que herdei da minha mãe [...] me conduzia ao rio, me lavava, me trazia do rio, discutia com os soldados a colocar-se à minha frente, a defender-me deles, uma mulher tão fraca quanto eu

– Não é patroa é comadre, a afastá-los de mim, a bater-lhes enquanto se riam com o galho seco de mangueira com que animava o lume
– Não é patroa é comadre
[...]
Não por respeito, não por deferência, pelo prazer de humilhar-me, quando os gestos começavam a desobedecer-lhe (Antunes, 2007, p. 183-184).

Sob "[...] diversos matizes de ambivalência e hibridação entre o colonizador e colonizado, em um fluir e transbordar de identidades" (Gould, 2011, p. 156), a suposta identidade do colonizador branco, mantida por meio das distinções dos papéis atribuídos a cada personagem, já não encontra no outro a diferenciação necessária: o status de senhora é anulado pelas circunstâncias em que Isilda se encontra. Emboscadas durante a fuga na Chiquita, ela, Josélia e Maria da Boa Morte têm de lidar com a presença ameaçadora de mercenários sul-africanos, belgas, franceses, espanhóis e alemães da Unita. Conforme relata a personagem, estavam a:

[...] examinarem com a ponta das metralhadoras as palhotas, o comércio, a vivenda do chefe de posto, remexendo papéis, lâminas de estuque, fragmentos de telha [...] a tatearem o chão à procura de minas, acabaram uma cria de ovelha à bastonada, comunicaram pelo telefone não sei com quem não sei onde, a Josélia de pé ao meu lado e galho de mangueira seca na mão, pronta a defender-me deles como me defendera dos tropas do Governo.
(– Comadre comadre)
Não por amizade, pelo gosto de humilhar-me, exatamente como se ordenasse de escova no ar (Antunes, 2007, p. 189).

Durante a cena, mercenários examinam as habitações na Chiquita, vasculhando documentos, buscando minas e agindo violentamente. Josélia está ao lado de Isilda, segurando um galho de mangueira, pronta para defendê-la, mas não por amizade, como elabora a personagem. A atitude parece motivada pelo prazer de humilhá-la. Nesse momento, uma interessante constatação atinge Isilda, que sente poder ser salva pela cor da pele, pois, em meio ao grupo, havia mercenários brancos. Assim, por identificação, acredita que eles:

dariam comida de branco a comer, não escaravelhos, não formigas, me ofereciam dinheiro, indemnizariam, entregariam aos americanos, levariam para uma casa autêntica mesmo que não fosse minha com paredes autênticas e soalho autêntico, com cama, colchões, chuveiros, sofás, pratos, mesa, passadeiras, toalhas, pessoas que eu entendesse e me entendessem, de quem compreendesse os sentimentos e a ideias em lugar de uma lógica sem lógica alguma [...] (Antunes, 2007, p. 189).

Nesse cenário, a narrativa fornece exemplos que evidenciam a complexa rede de relações de poder e identidade. Ao examinar as restrições impostas pela estrutura colonial e os

breves momentos em que as personagens negociam essas fronteiras, Isilda percebe que a cor da pele não resulta em tratamento diferenciado por parte das tropas que, para sua surpresa, já não enxergam sua pele branca. Ela está equiparada, desse modo, às criadas:

ao afastar-se dei fé que os mercenários se tinham ido embora na picada de Marimbaguengo como a tropa do Governo se tinha ido embora [...]
ao afastar-se dei conta que estávamos sozinhas, acoradas[...]
em pedaços de esteira procurando à roda grilos, formigas, escaravelhos, ovos, de insectos com os dedos, as unhas, uma ponta de garfo, um bico de pau, sozinhas na Chiquita entre as ruínas da vivenda, as ruínas do comércio e as ruínas das palhotas de tal jeito calcinadas, desmanteladas, cobertas de erva (Antunes, 2007, p. 193-194).

A experiência da desagregação do espaço, da dissolução da família, da violência, da fuga e das condições de subsistência impostas pela sobrevivência transformam a personagem. Apesar de lento, com duração de quinze anos - levando em conta a data de partida dos filhos em 1978 e o último relato de Isilda, em 1995 -, o processo de “africanização” (Gould, 2011) vai fazendo com que ela aceite práticas e costumes dos pretos africanos, mesmo que isso lhe cause certa confusão com relação a si, dado que vez ou outra parece aceitar ser chamada de comadre pelas criadas, ao invés de senhora, “[...] como deveria ter sido sempre, como devia tê-la obrigado a que sempre fosse” (Antunes, 2007, p. 193).

Apesar de distinto, o processo pelo qual Isilda passa se assemelha à concepção de cafrealização descrita por Sousa Santos, na medida em que ilustra uma desvinculação, ainda que forçada, da cultura dominante (sua própria cultura), em prol da adoção de um estado de “selvageria”. Isso representa também uma forma de “assimilação invertida” e de “identidade negociada” (Santos, 2003, p. 39) entre posições de poder e subalternidade. Na narrativa, memórias do passado colonial da personagem são contrapostas à sua situação na Angola independente:

Eu no terraço com meus pais na tarde em que uma criatura qualquer, despenteada, a mastigar tabaco, embrulhada num pano do Congo em pedaços girou a porta de vidrinhos da sala a tropeçar nos vasos, a minha mãe desconsolada – A tua filha palavra de honra Eduardo
[...]
as visitas num sobressalto enjoado
– Eu nem quero acreditar
Eu na Baixa do Cassanje, no terraço com meus pais vestida de branco, de laço branco nas tranças, com dez doze treze anos se tanto, enquanto me pegavam ao colo a proteger-me da criatura despenteada, descalça, emagrecida, a mastigar tabaco embrulhada num pano do Congo em pedaços que não imaginava, não supunha quem pudesse ser mas não era eu, que estupidez, com podia ser eu que não passo fome, tomo banho, graças a Deus

que suspeita parva
nunca cheirei a preto, eu abraçada à minha mãe fitando a mulherzinha que me
mirava na mesma desilusão e no mesmo pavor
– A tua filha palavra de honra Eduardo ainda chega aqui qualquer dia a
ameaçar-nos com uma catana e nos degola a todos (Antunes, 2007, p. 195).

Apesar de Isilda se perceber como *outra* diante do espelho, “uma criatura qualquer”, sua identificação com o povo angolano não é verdadeiramente uma escolha voluntária, mas uma necessidade imposta. Nesse contexto, sua atitude pode ser interpretada como uma forma de “preservação da sua própria identidade através da incorporação do Outro em si” (Fonseca *apud* Gould, 2011, p. 161). No entanto, segundo Isabel A. F. Gould, essa incorporação é “[...] menos um sinal de preservação do que um sintoma de sua degradação” (2011, p. 161).

Destarte, podemos compreender que, apesar do processo de degradação pelo qual a personagem passa, ainda residem sob sua pele e em seu passado traços de um Próspero europeu. Porém, ela não pode escapar de sua “calibanização”. A transformação de sua imagem demonstra como a personagem está enraizada em um espaço de ambiguidades identitárias, não se fixando em nenhum dos lados, pois verdadeiramente pertence a ambos. O processo pelo qual passa, portanto, não redefine sua identidade; apenas revela um aspecto inerente à sua condição de fronteira, sua interidentidade.

Ao assumir ironicamente o lugar do colonizado, Isilda está “[...] constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado” (Santos, 2003, p. 27). A ambivalência das representações não decorre apenas da distinção clara entre português e africano, deflagrada na cor da pele. Ela está inscrita na própria identidade do colono português, ou dos “brancos de segunda”, como mencionado por António Lobo Antunes em entrevista concedida à *Revista Ler* em 1997.

No caso português⁴², essa ambivalência “[...] é o sinal da vigência reiterada de um regime de interidentidade” (Santos, 2003, p. 35) que define um sujeito sempre em trânsito entre os paradigmas de Próspero e Caliban. *O Esplendor de Portugal* apresenta esse complexo entrevir identitário como eco de subalternidade e soberania, presente na percepção suscitada por Eduardo e subsumida por Isilda: “não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em

⁴² Embora não seja preciso tratar de cada uma das hipóteses minuciosamente, haja vista que apenas uma delas dá conta de sustentar nossa análise, Boaventura de Sousa Santos escreve: “Em primeiro lugar, trata-se de jogos particularmente complexos pelo fato de os portugueses terem estado ao longo da história dos dois lados do espelho: como Próspero visto ao espelho de Caliban e vice-versa. A segunda hipótese, decorrente da anterior, é que a ambivalência é potenciada nesse espaço-tempo pelo fato de o sujeito de desejo ter sido também objeto de desejo. A terceira hipótese é que a identidade dominante nesse espaço-tempo nunca produziu de modo consequente a negação total do outro e talvez por isso tampouco soube confrontar-se politicamente com as identidades subalternas” (Santos, 2003, p. 31).

Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros da mesma forma que os pretos possuíam seus pretos" (Antunes, 2007, p. 263).

A sua teimosia (ou seria resiliência?), fundada na permanência, reitera que o que sua família havia vindo buscar em África, fora viver a ilusão do dinheiro e do poder, uma vez que “ainda que o tivéssemos, não tínhamos; tínhamos pretos que possuíam os seus pretos, e estes os seus pretos ainda em sucessivos degraus que desciam ao fundo da doença e da miséria” (Antunes, 2007, p. 407- 408). Ainda, como vimos, a persistência de Isilda não reside apenas no apego emocional com a terra africana, mas está fundamentada no sentimento de inferioridade ligado à posição que passaria a ocupar na metrópole, “que posso fazer em Lisboa, sentar-me ao lado do Carlos no sofá de verga em que mal cabe uma pessoa [...] enquanto o Rui atormenta os pombos do bairro e a Clarisse desaparece na escada ao encontro do primeiro idiota que lhe buzina da rua” (Antunes, 2007, p. 299).

Também é relevante a indignação da personagem por ser enxotada para fora de sua casa:

os restantes fazendeiros do Cassanje se ofereciam sem um queixume aos angolanos, tomem, matem-nos se lhes apetecer, tomem, estamos aqui há vinte ou cinquenta ou cem ou duzentos anos mas tomem, o meu girassol, o meu algodão, o meu milho, a minha casa, o meu trabalho, o trabalho dos meus pais, o trabalho dos pais dos meus pais antes dos meus pais, o lugar dos meus defuntos, tomem, os que mandam em Lisboa decidiram a minha vida e, mais que a minha vida, a razão dela, vos pertence porque os americanos e os russos dizem que vos pertence e eles obedecem como vocês nos obedeciam a nós com idêntica passividade e idêntica submissão portanto tomem, tomem o que me custou os olhos da cara e os olhos da cara da minha família, o meu gado, o meu café, o meu tabaco, as minhas máquinas, o meu dinheiro no banco, tomem, degolem-nos uma a um ou enxotem-nos para os barcos de Lisboa, roubem-nos o que não temos [...] (Antunes, 2007, p. 297).

A confiança que Isilda deposita na realidade narrada pelo pai é de tal modo concreta que é possível encontrar aí a justificativa para sua decisão em permanecer em Angola, ainda que, vez ou outra, coloque sob suspeita a presença portuguesa em África: “há ocasiões em que me sucede pensar, conforme os comunistas gesticulam em Luanda ou os chefes da Unita, aqueles macacos horríveis do Sul, pilhando-nos no Cacucaco, gatunos, gatunos, se seríamos na realidade injustos com eles (Antunes, 2007, p. 408). A pergunta permanece sem resposta, e, portanto, está dirigida ao leitor, que deve preencher de significado o silêncio da personagem.

No final, não há jamais a possibilidade do regresso ao lar, como reitera Isilda: “Como voltar a casa se não há casa” (Antunes, 2007, p. 289). Tampouco é possível para ela regressar à casa-nação, pois “o absurdo da experiência colonial culmina [...] na separação e desintegração

da família, com a permanência e morte de Isilda em Angola e com os filhos na pátria dos ‘retornados’” (Gould, 2011, p. 160 – 161).

Ao fim e ao cabo, a personagem viveu o colonialismo e pereceu com o seu desfecho; situação diametralmente oposta à dos filhos retornados que, como bem salienta Maria Alzira Seixo, desunidos entre si, “desejam um Natal que não acontece, arrastando a sua solidão e o seu ressentimento na capital do império enquanto a mãe acaba por ser assassinada, sonhando com a noite de Natal” (Seixo, 2008, p. 495).

3.2.1 De África retornam mestiços, epiléticos e prostitutas

A vacuidade do estatuto dos colonos de que a consciência lúcida de Isilda dá conta [...] imiscui-se nas relações familiares, traduzindo-se em frustração e raiva de Carlos (por se descobrir mestiço) contra quem o criou, em ânsia libertaria de Clarisse em relação a códigos comportamentais (impostos pela família e pelo contexto) que a impedem de se relacionar com negros (a punição atroz de um amante é disso exemplar) e em total apatia afetiva de Rui, deficiente mental apenas interessado no exercício da violência.

Maria Alzira Seixo, *Dicionário da Obra de António Lobo Antunes*.

Como se argumentou até aqui, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, “[...] os portugueses se viram, de súbito, confinados às fronteiras geográficas do seu pequeno território europeu” (Azevedo, 2013, p. 11). No palco do imperialismo, Portugal havia desempenhado dois papéis ironicamente contrastantes: o de Próspero Ultramarino e o de Caliban Europeu. Por isso, os colonos que chegaram às pressas ao país perderam logo a sensação de liberdade mantida nas terras do Ultramar:

Ao mesmo tempo, viram despencar o padrão social experimentado com a ida para a África. A saída de Angola e a conseqüente chegada ao solo luso foi um movimento de intensa negação da realidade, pois a decisão de voltar foi impulsionada pelo ambiente hostil de que eram foco em Angola (Flores, 2016, p. 23).

Em *O Esplendor de Portugal*, contradições e complexidades subjacentes a narrativas e ideologias coloniais são evidenciadas, começando pela ideia de esplendor sugerida pelo título e pela epígrafe, que é prolongada nas vozes das personagens. Particularmente, o desprezo que

Eunice nutre pelos netos e a forma como os enxerga exemplificam a marcação da fronteira identitária desses indivíduos, pois ela nega qualquer vínculo familiar, afetivo e sanguíneo com aqueles que são seus descendentes, de maneira semelhante à que a metrópole portuguesa faz com os portugueses dos territórios ultramarinos:

A minha família dizes tu, os meus netos dizes tu quais netos, nunca foram meus netos, chamar meus netos a um mestiço, um epilético, uma prostituta [...] chamar meus netos a pessoas que por nada deste mundo me atreveria a meter no autocarro e apresenta-los à minhas tias e ao meu padrinho em Moçâmedes

–Os filhos da minha filha Isilda tia Benvinda

(ou tia Lúcia

ou tia Encarnação

os meus netos

e a tia Benvinda ou a tia Lúcia ou a tia Encarnação trotando espavoridas para a copa num rebuliço de rendas veludos sedas organdis a sacudir em debandada os leques incrédulos

– Não acredito não é verdade estou a sonhar não pode ser

– O meu neto epilético tia Lúcia

– A minha neta prostituta tia Encarnação

Os netos que a minha filha Isilda me deu, de laço negro, casaco negro, peúgas negras, vermelhos de calor seguindo a minha urna sob este céu de tempestade, esta chuva de março, o meu neto mestiço no fim do cortejo misturado com os da raça dele, o meu neto epilético que persegue os bichos para os cegar com pregos pendurado na mãe, a minha neta prostituta a medir os vizinhos com um olhar adulto, lento, demorado, a chegar-se a eles numa casualidade distraída, a roçar o corpo no seus corpos a pretexto da chuva, a segredar-lhes em bicos de pés, a sorrir-lhes (Antunes, 2007, p. 238-239).

Segundo afirma Maria Alzira Seixo, Eunice é “inconformada com a degeneração da sua descendência” (2002, p. 421). A avó reprova nos netos a mestiçagem de Carlos, que não é verdadeiramente seu neto, a promiscuidade de Clarisse, a quem Eunice taxa de prostituta por se relacionar com um negro, entre outros amantes, e a doença de Rui, que é diagnosticado epilético e retardado mental. Eunice também despreza e censura Amadeu, marido de Isilda, pelo alcoolismo irreprimível, mas sobretudo a filha, pelo casamento feito às pressas, devido às suspeitas de gravidez, e pela adoção (leia-se aquisição) de Carlos.

Muito embora Boaventura de Sousa Santos não aborde diretamente mestiços, epiléticos e prostitutas, é inegável que essas categorias reproduzam estigmas sociais das sociedades contemporâneas. Essas personagens podem ser equiparadas às representações negativas mencionadas pelo autor, visto que, em relação à configuração do ser colonizado – sempre em consonância com as necessidades do colonizador –, ainda predominam “[...] estereótipos ora negativos, ora positivos, ainda que uns e outros se pertençam mutuamente” (Santos, 2003, p. 33).

No romance, a "natureza luxuriante e benevolente" (Santos, 2003, p. 30) do colonialismo português está ironicamente contraposta à negação e ao apagamento de qualquer brilho que possa irradiar da história do colonialismo. As experiências dos personagens Carlos, Rui e Clarisse, descritos como "[...] corpos solitários, abandonados, inapetentes, segregados, abastardados, abjetos" (Bylaardt, 2007, p. 168), refletem a "[...] clara consciência da devastação operada pela interiorização do colonialismo na estrutura familiar" (Seixo, 2008, p. 252).

Isso demonstra como as identidades pós-coloniais portuguesas perpassam um estado vacilante e interidentitário. No passado, eram colonos agrários, com terras, bens, empregados e poder. No presente, são retornados, sem terras nem poder: apenas um mestiço, um epilético e uma prostituta, nas palavras da avó.

3.2.2 O Mestiço

Na noite de 24 de dezembro de 1995, Carlos, o mais velho entre os irmãos, aguarda ansiosamente a chegada de Rui e Clarisse para a tradicional ceia natalina⁴³. O personagem parece manter esperanças de reencontrar os irmãos mesmo após tê-los expulsado de casa há mais de uma década. Esvaziada dos seus usuais significados, o tradicional momento de celebração dos laços familiares em *O Esplendor de Portugal* materializa a condição eminentemente solitária dos personagens e demarca ironicamente, ao invés da comunhão, a separação da família.

Enquanto espera, Carlos preenche o tempo com memórias de África:

Quando disse que tinha convidado os meus irmãos para passarem a noite de
Natal conosco
(estávamos a almoçar na cozinha e viam-se os guindastes e os barcos a seguir
aos últimos telhados da Ajuda)
A Lena encheu-me o prato de fumo, desapareceu no fumo e enquanto
desaparecia a voz embaciou os vidros antes de se sumir também
– Já não vês os teus irmãos há quinze anos

⁴³ O Natal está presente em praticamente todo o romance. Sua presença é crucial em *O Esplendor de Portugal* para a organização da diegese romanésca, já que Carlos, Rui e Clarisse narram sempre desde esse ponto temporal. Simbolicamente, o Natal cumpre também um importante papel: através de referências convencionais "[...]" que são invariavelmente deturpadas e deformadas, pelo meio de metáforas e de registros disfóricos. Em António Lobo Antunes, os enfeites natalícios aparecem quebrados ou abandonados [...] os encontros de família acabam por nunca se concretizarem [...] ou quando ocorrem, apenas confirmam a inexistência de laços, dando corpo a desagregação do núcleo familiar" (Seixo, 2008, p. 422).

De forma que de repente me dei conta do tempo que passara desde que chegámos de África, das cartas da minha mãe da fazenda primeiro e de Marimba depois, quatro cubatas do chefe de posto, da loja, de ruínas de quartel a naufragarem no capim)

[...]

– Puseste-os na rua e agora passados quinze anos queres os teus irmãos de volta

sentada a minha frente usando o abano da mão para afugentar o vapor

– Se fosse a ti não esperava visitas logo à noite Carlos (Antunes, 2007, p. 13-14).

O capítulo inicial destaca um retrato familiar no qual Carlos é caracterizado pela ambiguidade de seus sentimentos. Ele está dividido entre a mágoa e o ódio que sente pelos familiares, incluindo a mãe, com quem nutre uma paradoxal e conflituosa relação:

[...] se a minha mãe fosse bundi-bângala dava o pinote aliviadíssima de não ter a descendência e o marido à perna no caso de o aceitarem também, o problema é que ninguém nos queria, quem tinha vontade de um inválido de pés para a cova e três garotos sem préstimo nenhum, tal como

aposto

se sentiui feliz por nos embarcar há dezoito anos no navio de Lisboa com a desculpa da guerra civil, do que faziam aos brancos, dos cubanos, da África do Sul, e voltou para o Cassanje a mandar na plantação sem a gente nem a Lena a estorvá-la

[...]

Escrevendo cartas cheias de selos e carimbos, tão sujas como se houvessem caminhado a pé de Melanje à Ajuda, que o carteiro entregava e eu ia amontoando sem ler na gaveta, envelopes a fazenda primeiro e de Marimba depois, uma aldeia que nem existe nos mapas, mangueiras, construções desabadas, os dormitórios do quartel a esfarelarem-se a chuva, a minha mão a viver sei lá como alimentada a funge num chiqueiro qualquer justamente com uma ou duas criadas que permaneceram com ela, a cozinheira chamada Maria da Boa Morte

[...]

e talvez a Josélia que tratou da minha avó no quarto do primeiro andar (Antunes, 2007, p. 22).

As cartas não lidas, amontoadas, sem sequer serem abertas, tornam-se uma maneira de Carlos punir a mãe e distanciar-se de África. De acordo com Maria Alzira Seixo, as cartas seladas revelam “[...] o sentido de ausência da comunicação, tanto física quanto afetiva, entre mãe e filhos” (Seixo, 2002, p. 328). Além disso, simbolizam a ruptura familiar, a perda dos laços, o exílio e o isolamento causados pelo retorno, assim como a recusa em lidar com o passado. Sobretudo, evidenciam o silenciamento da voz da mãe que ficou para trás:

os envelopes que guardava numa gaveta sem os mostrar a ninguém, os abrir, os ler, dúzias e dúzias de envelopes sujos, cobertos de carimbos e selos, falando-me do que não queria ouvir, a fazenda Angola, a vida dela, o empregado dos Correios entregava-mos no patamar e uma extensão de

girassóis murmurava campos fora, girassóis, algodão, arroz, tabaco, não me interessa Angola cheia de pretos na fortaleza, no palácio do Governo e nas cabanas da ilha refastelados ao sol a julgarem-se nós, fechava a porta com a carta segura por dois . como quem transporta um bicho pela cauda *cartas iguais a bichos malcheirosos, mortos* (Antunes, 2007, p. 14).

A vontade de Carlos de se distanciar do passado é evidente: “Quero lá saber de Angola, não me falem de Angola, deixem-me em paz com Angola, há séculos que Angola, palavra de honra, acabou para mim” (Antunes, 2007, p. 110). No entanto, apesar disso, lapsos e cenas do passado o assombram constantemente através das memórias. Segundo Isabel A. F. Gould, essa fixação no passado pode ter origem na condição de retornado, para quem Angola é o único espaço possível de regresso. Essa insistência, nesse sentido, é um reflexo da atrofia, do debilitamento e da apatia dos desajustados, uma condição marginal que os impossibilita de viver o presente e que, em direção inversa, atrela-os para sempre aos traumas do passado.

Na madrugada, Carlos relata deixar-se estar durante o que parece uma eternidade, negando-se aos momentos de fraqueza em que pensa no bem-estar dos irmãos. Sobretudo, rememorar os laços familiares faz recordar “[...] que os meus irmãos me desprezam, a minha mulher que decidi arrancar sei lá porquê a uma franja de musseque me despreza [...]” (Antunes, 2007, p. 100-101). Em relação aos irmãos, Carlos carrega questões identitárias que se acentuam pela hibridez de sua origem (Gould, 2011, p. 170). Apesar de ter nascido com a pele clara, a “cor do sangue” e a verdade sobre sua origem pesam muito mais do que sua aparência física. Como acentua Isilda, o personagem nasceu com:

lábios de branco, nariz de branco, cabelo de branco, quando muito [...] um vestígio no formato das unhas que nem um médico se lembraria de examinar, uma criança absolutamente branca em que apenas as pretas velhas de brasa de cigarro no interior da boca, a Josélia, a Maria da Boa Morte, detectariam sem hesitar a origem da cor e do sangue mas não diriam nada para se protegerem a si mesmas e a ele (Antunes, 2007, p. 95).

Na infância, Carlos descobre ser diferente dos irmãos pelo tratamento dispensado a ele pela empregada da casa, Maria da Boa Morte, que o tratava de maneira distinta: “não [...] por menino como meus irmãos, tratando-me por 'tu' [...] como se valesse o mesmo que eu, fosse minha igual” (Antunes, 2007, p. 101). Nesse contexto, a condição do ser *mestiço* se coaduna ao estigma da inferioridade do negro dentro hierarquia colonial. Assim, Carlos “[...] representa um atentado à pretensa homogeneidade da identidade colonial portuguesa” (Gould, 2011, p. 171), pois a sua presença na família denuncia “ambivalências e contradições associadas ao projeto de construção de uma sociedade colonial luso-tropical em Angola” (Gould, 2011, p. 171).

Um bom exemplo pode ser identificado na simultânea “[...] adoção (assimilação e inclusão) e exclusão [...] do filho híbrido” (Gould, 2001, p. 171), contrariedade que é inclusive assimilada traumáticamente por esse personagem:

– Tu és preto
a raqueta a soltar pó a intervalos certos, o capataz espalhando os bailundos com o apito, eu sem entender
– Tu és preto
a Maria da Boa Morte mexia no fogão de brasa de cigarro no interior dos lábios no instante em que os pavões principiaram a repetir em coro
– Tu és preto
em que os setters e os bailundos me fitaram para lá dos caixilhos sob um céu de desastre
– Tu és preto (Antunes, 2007, p. 101).

Na medida em que Carlos cresce educado no seio colonial português, hierarquicamente organizado por colonizadores brancos que “[...] detinham o poder político, o aparato jurídico e administrativo, os recursos econômicos e o controle sobre a mão-de-obra indígena” (Castelo, 2006, p. 95), a revelação, não apenas de sua bastardia, mas também de seu sangue miscigenado, faz com que ele tenha dúvidas sobre o espaço que ocupa como membro assimilado:

- É verdade que sou preto? Nem apreensivo nem triste, curioso, a puxar-lhe o avental trotando à sua roda
- É verdade que sou preto?
Preto como a Josélia, o Fernando, o Damião, os contratados, o capataz ia chegar à cozinha e mandar-me trabalhar na safra, tiravam-me o quarto, os brinquedos, o meu lugar à mesa, comia funge e peixe seco, bebia cerveja na cantina, dormia numa esteira, curava a icterícia com tubérculos, não a creditava em Deus, talvez no próximo Natal, como vivera uns anos por equívoco na casa da fazenda, herdasse os calções usados do Rui (Antunes, 2007, p. 104).

A sua adoção e exclusão simultâneas o posicionam duplamente dentro do microcosmo familiar, subvertendo e afirmando o “[...] colonialismo doméstico no seu contato íntimo com os africanos [...] e no ódio que por eles nutre como forma de manter a sua ‘integridade’ de colono português junto aos irmãos, da mãe e da avó” (Gould, 2011, p. 171) que, embora nunca o aceitem como um igual, ainda assim o integram à família.

Dado que não se interessa em conhecer sua mãe biológica, da qual, “[...] nunca soube quem era nem nunca perguntou quem era da mesma forma que estou segura que nunca a procurei [...]” (Antunes, 2007, p. 93), esse filho adotado por Isilda quer esconder essa parte de si, aceitando, embora com muitas ressalvas, a família que tem:

Esse gesto ambivalente revela tanto o paternalismo visível nos atos de benevolência do colono para com as populações subjugadas (enquanto vontade de anular a culpa histórica do colonizador), como o desejo colonial de transformar (colonizar, assimilar, objetificar) o *Outro* no seio da família e da casa portuguesa, aqui tida como miniatura do império (Gould, 2011, p. 171).

A intrincada natureza da relação de Carlos consigo mesmo, bem como no contexto das relações familiares, está impregnada pela onerosa carga de identidade que carrega:

lembrei-me que em miúdo em Luanda ou na fazenda, deitado no colchão a olhar o escuro, a ouvir o escuro e as hastes do girassol que murmuravam e sofriam no escuro, me surpreendia com o meu nome, dizia o meu nome
Carlos
e eu era diferente daquele nome, não era aquele nome, não podia ser aquele nome, as pessoas quando chamavam
Carlos
chamavam um Carlos que era eu em elas não eu nem era eu em eu, era um outro, da mesma forma que se lhes respondia não era eu quem respondia era o eu deles que falava e o eu em eu calava-se em mim e eu permanecia um estranho, um estrangeiro, um eu que era dois, o deles e o meu, e o meu por ser apenas meu não era e então dizia como eles diziam
Carlos
E o Carlos deles não existia para mim, lembrei-me que em Luanda ou na fazenda, a ouvir o escuro e o silêncio do escuro povoado do sofrimento dos girassóis era as únicas ocasiões em que de facto dormia com o eu em eu, em que dormiu comigo repetindo
Carlos Carlos Carlos
até a palavra Carlos esvaziada de nexos não significar nada salvo um som semelhante aos dos ramos das mangueiras ou aos suspiros sem perguntas dos setters no seu sono, até a palavra Carlos se tornar uma pele que se larga, não o eco de um eco mas um corpo sem vida fora da vida deles, e então podia fechar os olhos, partir do escuro deles, das preocupações deles, da fazenda deles e dissolver o meu eu em mim a medida que o relógio de parede mudando de ritmo, intrigava os pavões (Antunes, 2007, p. 127-128).

A crescente revolta que sente pela sua condição o torna hostil à sua própria origem. Como um trauma não tratado, essa carga perpetuamente ocupa seus pensamentos com dúvidas, medos e anseios. Afinal, sua permanência dentro do microcosmo colonial familiar exhibe o esforço em negar e “anular sua identidade híbrida como categoria identitária específica” (Gould, 2011, p. 171). Tudo isso torna mais complexo o entendimento que tem de si, uma vez que ele constantemente se sente inferiorizado: “todos souberam que eu era preto e apoucavam-me sempre souberam da empregada do refeitório da Cotonang e que a minha mãe foi a Melanje comprar-me” (Antunes, 2007, p. 111).

Dessa forma, tudo ligado a África parece constituir um pretexto para o seu “rebaixamento”, inclusive as máscaras decorativas que a esposa Lena traz de Angola durante o regresso:

(só me apercebi agora)

Trouxe as máscaras para me fazer ver que não nasci na propriedade como os meus irmãos, nasci no bairro dos funcionários da Cotonang ou nem no bairro, nas cabanas dos empregados fora do arame que se ocupavam da limpeza, da cozinha, da garagem, do ar condicionado da administração (Antunes, 2007, p. 131).

O apego que Lena tem pelas máscaras a decorar as paredes do apartamento em Ajuda significam para Carlos um “modo de lhe lembrar a sua condição de mestiço” (Seixo, 2008, p. 475). Mas não apenas a memorabilia lhe incute esse sentimento. A própria Lena é constantemente desprezada por Carlos, que lhe chama *mussequeira* a fim de acentuar seu convívio outrora constante com os pretos de Angola nos musseques e, assim, reafirmar sua posição superior. Carlos a maltrata porque crê que Lena fora desde sempre sua única opção, dado que seu “lado negro não lhe permitir aspirar a uma branca não mussequeira e o seu lado branco recusar uma negra” (Seixo, 2008, p. 475). Lena é apenas mais um alvo do desprezo de Carlos, que se volta contra todos os familiares.

Rompendo completamente a ordem narrativa do trecho, a voz fantasmagórica do pai Amadeu, à altura morto, tece o retrato de um Carlos solitário e amargurado:

o meu filho Carlos a desprezar-me, a desprezar Angola, a desprezar África, a cor e a espessura do seu próprio sangue, com as cartas que a mãe lhe escrevia da fazenda mão, sem as ter lido nunca, sem procurar lê-las até a Câmara apagar as luzes, o rio se erguer devagarinho com a primeira claridade da avenida, sem reparar nas chaminés, nos guindastes e nas amoreiras da avenida, sem reparar nos prédios e prédios da cidade e nas ruas e nas praças e num campo de algodão a tremer um aceno de adeus no fundo da memória (Antunes, 2007, p. 134).

Carlos tem, portanto, uma importância primordial no romance, na medida em que “[...] acusa a existência de fronteiras interiores nos espaços familiares do império e exhibe o esforço colonial em negar, e anular, a identidade híbrida como categoria identitária específica” (Gould, 2011, p. 171). A sua condição implica a inclusão/exclusão no seio familiar, um compromisso absurdo “[...] entre a verdade interdita e silenciada sobre sua identidade [...] e a constante lembrança, sobretudo entre os irmãos e a avó, do seu lugar marginal na família” (Gould, 2011, p. 171).

Apesar de desprezar Isilda, Rui, Clarisse e Lena, assim como tudo aquilo que possa reafirmar sua subalternidade, Carlos aceita o papel de irmão mais velho, embora não haja conciliação entre os familiares, pois os irmãos são “[...] quem melhor transmitem a Carlos a consciência da sua condição de ser dividido e excluído” (Gould, 2011, p. 173). Desse modo, quando a lógica da hierarquia do poder colonial dentro da família é abalada pelo fim do colonialismo e pelo degredo, aquele que antes era marginalizado dentro da própria casa pode agora se equiparar aos irmãos, todos sob o estigma de retornados. Duas das ações que mais têm peso para essa cisão definitiva entre os irmãos são a arbitrária internação de Rui no lar da Damaia e a expulsão de Clarisse do apartamento de Ajuda.

Três anos após estarem radicados em Lisboa, Rui é descartado numa espécie de asilo, na Damaia. Como pontua Carlos, sem qualquer remorso:

não bem uma clínica, não bem um lar, um estabelecimento [...] onde recebiam criaturas que estorvavam a família como era o caso, moribundos de cancro, atrasados mentais, ceguinhos, até na marquise havia camas, no corredor, na cozinha, forneciam um decilitro de vinho e uma tigela de arroz-doce aos sábados, mudavam os lençóis de quinze em quinze dias, tomava-se um chuveiro de água quente por mês, na Damaia frente ao cinema, repimpado, sem ter de trabalhar, olhando à tripa forra da janela os cartazes das actrizes, o mercado a dois passos, uma oficina de motorizados, imensa animação comparado com a Ajuda (Antunes, 2007, p. 44).

Asilado, Rui é o personagem que corporiza um tema recorrente na ficção antuniana: a doença (Gould, 2011, p. 164). Suas repetidas crises, a perda de consciência espontânea e a agressividade atestam a presunção tomada por Isilda: sua doença é algo de terrível que se estendeu em Rui, um “[...] problema hereditário [...] uma complicação que se transmite aos filhos” (Antunes, 2007, p.) e, por isso, tem grande importância como metáfora dos traumas e da dissolução familiar. Ademais, sua condição desencadeia o alcoolismo autodestrutivo de Amadeu.

3.2.3 O Epiléptico

Rui é quase sempre descrito como parvo, devido ao “caruncho da epilepsia a roer-lhe a cabeça” (Antunes, 2007, p. 41). Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, sua condição não lhe diminui a astúcia do pensamento. A posição que ocupa dentro da família, de irmão

caçula, doente, permite que entenda e manipule as fragilidades dos familiares, como “[...] sentimento de culpa do pai, condescendência e permissividade da mãe perante a sua doença” (Seixo, 2008, p. 582). Logo, tira proveito disso em certas situações, como quando era criança e recebia mais sobremesa, viajava todas as semanas a Melanje, ficava acordado até mais tarde, usava a caneta do pai para fazer desenhos e mexia na televisão sem que “ninguém se zangasse” (Antunes, 2007, p. 174). Desde a infância, sentia-se importante:

por estar doente e ir morrer, por o enfermeiro que endireitava braços e coisa feridas vir de propósito de Marimba tratar de mim, sentia-me orgulhoso do médico com uma bata que se me afigurava um manto de arminho e um martelo de reflexos com qualquer coisa de báculo guardar com todo o cuidado (o que comparavam uma agonia próxima)
O exame à cabeça e o entregar à minha mãe em pompas de sentença final
– Epilepsia minha senhora (Antunes, 200, p. 150).

Criado em um “contexto colonial de violência e desprezo pelo negro” (Seixo, 2008, p. 582), num berço de permissividade e repleto de privilégios, Rui está habituado a não ser contrariado e alimenta em si sentimentos de impunidade. Em Angola, encontrava prazer malicioso em disparar chumbinhos nos contratados da fazenda, torturar animais e destroçar brinquedos de maneiras cruéis:

[...] no tempo em que morávamos na Ajuda vi um sapo de metal do tamanho de um coelho aos saltos numa retrosaria, saltos e convulsões enquanto me fitava numa careta de gozo, a vendedora dava-lhe voltas com uma chave nas costas, assentava-se fazendo pouco de mim, claro que o pisei com toda a força até o amassar, continuei a pisar as porcas, os parafusos e a as molas que lhe saíam da barriga, [...] eu vasculhava a retrosaria à cata de mais sapos, mais ursos, mais patos, mais girafas, mais bichos dispostos a enervarem-me sem educação nem vergonha, esmagava pistolas e fulminantes, escavava prateleiras de servicinhos de chá e miniaturas de cozinhas, estrangulava pandas que pestanejavam vagidos mecânicos
– My name is Jimmy
pelas bocas estúpidas
[...]
calcule-se, eu a estrangulá-los imaginando quem será a mãe deles, que a mulher andou com eles nove meses e os vendeu depois dentro de caixas de tampa de celofane, imaginando, sempre a apertar-lhes o pescoço, que mulher gostaria de ser mãe daquelas criaturas monstruosas, a Clarisse em pequena tinha um gato de feltro que não podia comigo chamado Sandokan, não só não podia comigo como não cessava de me provocar e a quem fui obrigado a arrancar os olhos para o meter na ordem, a minha irmã veio ao quarto da costura, apanhou-me a furar-lhe a vista com uma tesoura, agarrou na tesoura e se não fugisse a tempo a pedir socorro furava-me a mim, os meus olhos de baquelite azul fingindo-se inocentes como os olhos do gato a caírem no tapete (Antunes, 2007, p. 175-176).

Sua personalidade psicótica, violenta e manipuladora contraria a imagem infantilizada, ingênua e, de certo modo, incapacitante que fazem dele: “O Rui não era como os outros, não falava como os outros, imobilizava-se a meia das refeições de garfo pendurado como se tivesse partido para muito longe” (Antunes, 2007, p. 36). No entanto, como escreve Maria Alzira Seixo, “[...] suas limitações não lhe diminuem a astúcia que o faz entender e tirar proveito da situação” (Seixo, 2008, p. 582). Assim, durante o tempo que passa na Damaia não chega a existir “[...] qualquer outra inquietação além de viver o presente, recordando o passado” (Azevedo, 2013, p. 157). Um Rui atordoado vive a nulidade dos dias que se amortizam:

[...] o que tenho na Damaia é o mercado e o cinema, o diretor no meio da papelada de facturas a informar que o Carlos me convidou para o Natal na Ajuda
– O vigarista do teu irmão que devia ter metido em tribunal há séculos se não fosse o respeito que a dona Clarisse
(– *No armazém com o são-tomense*)
Sempre pontual com a continha mercê
O que tenho na Damaia é a pastelaria dos reformados com taças e galhardetes de clubes na prateleira do balcão onde vejo jogos de dominó a seguir ao jantar, a consulta de epilepsia do hospital
(– *Urina quando perde os sentidos?*)
Em que me receitam comprimidos que não tomo porque o diretor os acha caros demais, se me alimentar bem e não pensar em África ando fino, não é doença alguma desmaiar não é doença, toda gente desmaia, é cisma [...]
(Antunes, 2007, p. 156).

No que concerne à sua postura contemplativa e às intrincadas relações familiares, Rui se revela constantemente imerso em reflexões demasiadamente profundas e lúcidas para serem atribuídas à desrazão de um pensamento patologicamente desordenado. Apesar de sua condição com deficiência, ele se mostra um personagem de pensamentos incisivos e lúcidos, devotado a explorar suas memórias, única ação em que encontra liberdade.

No que se refere ao seu relacionamento com Carlos, a imagem construída por Rui é, em grande parte, influenciada pelas vozes dos familiares. A avó, Eunice, “para quem os africanos eram não uma raça diferente mas uma espécie zoológica distinta capazes até certo ponto de imitar as pessoas” (Antunes, 2007, p. 157), é uma dessas vozes que exercem grande poder de influência sobre Rui. Não obstante, a interferência de Clarisse também é significativa, pois “[...] assemelha-se as matriarcas da família (mãe e avó) – na medida em que perpetua o racismo [...] que corrói a vida familiar (sendo Carlos o alvo óbvio)” (Gould, 2011, p. 167).

A despeito disso, Rui se recorda:

Como a minha irmã Clarisse costumava a dizer no fundo tenho pena dele, sempre trancado no apartamento da Ajuda olhando o rio por um intervalo de cortinas a pensar em Angola [...]

Sem que eu entendesse a razão da fúria, a minha vó a parecer de repente na cozinha tratando-o conforme tratava os bailundos, na mesma impaciência exasperada [...] a minha avó para a minha mãe à noite, quando julgava que estávamos deitados e não ouvíamos

– É uma vergonha para a família tê-lo em casa Isilda só Deus sabe a vergonha que sinto (Antunes, 2007, p. 197).

Baseando-se em suas observações e nas narrativas ouvidas durante a infância, ele percebe um Carlos radicalmente distinto de si, patético, digno de pena:

[...] diferente de nós, o cabelo diferente, os maldades diferentes, a cor da pele diferente, a boca mais grossa de que a minha avó se envergonhava e a Clarisse tinha pena

– *No fundo coitado tenho pena dele a mãe comprou-o em Melanje como às vezes comprava piaçaba e cestos*

– *Então o Carlos não é nosso irmão Clarisse então o Carlos gosta de peixe seco e funge*

o meu pai a mirá-lo da porta sem se atrever a falar, a Maria da Boa Morte tratando-o não por

– *Menino*

Como a nós, por

– *Carlos*

[...]

amesandando-se sem pedir licença à frente dele, o Carlos ainda menos que os cipaíes porque os cipaíes ela dizia

– *Senhor Isto senhor Aquilo*

por respeito ou consideração ou medo, acho que por medo (Antunes, 2007, p. 206).

No desenvolvimento dos capítulos encabeçados por Rui, grandes ressalvas acerca da família são articuladas pelo personagem, sendo aquelas a respeito do irmão o alvo central do seu aborrecimento. Rui nutre uma mescla entre a pena, que vem do ódio, e o desprezo. Em Ajuda, esses sentimentos são acentuados principalmente pela maneira com que Carlos o tratou, ao impedi-o de ser livre e feliz:

[...] o Carlos que durante três anos me obrigou a engolir comprimidos que davam sono e tiravam o gosto de inventar degraus e soltar catatuas, cambaleando num cansaço de salgueiro de cama para a seleta e da seleta para a cama a levantar as pálpebras no esforço de quem sobe persianas empenadas, levanta-las a duas mãos numa estridência de estores, o Carlos que durante três anos me arrastou de hospital em hospital e os médicos devolvendo radiografias, exames e cartas num piparote aborrecido

– *Se fosse a si mandava-o de volta a África onde é tudo mais ou menos epilético a fazer asneiras no sertão para distrair os pretos e a furar-lhes os olhos e as tripas ninguém se rala*

o Carlos preocupado que eu abrisse o gás, me esquecesse de uma torneira a correr e inundasse o prédio, lançasse móveis e as carantonhas de Luanda janela fora, tudo antigo, tudo desbotado, tudo gasto, tudo rendado pelo apetite de bilros do caruncho e da traça [...] (Antunes, 2007, p. 205-206).

O filho caçula de Isilda se queixa do irmão pelo fato de ele sempre o proibir de tudo, de se irritar sem motivo e de não o deixar se divertir. Entretanto, a forma como se incomoda pelas restrições impostas por Carlos está relacionada não apenas a uma atitude controladora vinda do irmão, mas também ao não reconhecimento dessa autoridade, dado que:

– *Então o Carlos não é nosso irmão Clarisse então o Carlos é irmão dos leprosos não é?*

o Carlos à minha espera para o jantar de Natal olhando o rio no intervalo das cortinas a pensar em Angola, não na Clarisse, não na minha mãe, não em mim, a pensar na família verdadeira dele em Melanje, na fazenda, na cantina, nos campos de algodão, na senzala, os ombros do Carlos para cima e para baixo, os dentes que brilhavam, as bochechas que brilhavam, o peito encolhido

– Não chores Carlos

e era bem feito que chorasse por me impedir, armando em parvo com a mania que mandava

– Rui

de caçar gafanhotos e os queimar com um fósforo, era bem feito que os caboverdianos o apanhassem como aos gatos vadios chamando-me para em juntar a eles

– Ó chanfrado ó maluco

eu a embrulhar o meu irmão na rede, a atirá-lo ao canteiro e a vê-lo partir Tejo adiante num borbotão de detritos

(– Está solzinho Rui?)

incapaz e impedir-me de estrangular os pombos, incapaz de impedir-me de ser feliz (Antunes, 2007, p. 207 - 208).

A epilepsia⁴⁴ desencadeia o deslocamento identitário de Rui e funciona como metáfora da desordem e do desgoverno, além de manifestar o desajuste ao ambiente que o cerca. Considerando o envio do personagem a um asilo na Damaia devido ao “mau funcionamento” do cérebro, a patologia representa o lugar de interdição e marca a sua despartença em relação ao espaço ao qual está circunscrito, sem qualquer referência familiar. Posicionado às margens da razão, no asilo, "destinado ao ser-estorvo [...], afigura-se como um espaço onde são negados

⁴⁴ Segundo artigo publicado no Jornal de Pediatria, *Atualizações sobre o diagnóstico e tratamento de epilepsias da infância* (Symonds; Zuberi, 2015), a patologia pode ser definida conceitualmente como uma “[...] disfunção do cérebro caracterizada por uma predisposição permanente para gerar crises epiléticas” (p. 568). Já a crise epilética é desencadeada pela “[...] ocorrência de sinais e/ou sintomas devido à atividade neuronal anormal excessiva ou sincrônica no cérebro” (p. 568). Em um outro estudo, intitulado, *Epilepsia: concepção histórica, aspectos conceituais, diagnóstico e tratamento*, segundo Gherpelli e Manreza, a crise epilética pode incluir: “[...] um fenômeno positivo (abalos motores, posturas anormais, sensações anormais), negativo (perda da consciência, hipotonia muscular, afasia) ou uma combinação de ambos” (Gherpelli; Manreza, 1995 *apud* Moreira, 2004, p. 112).

tanto a doença quanto a subjetividade do doente e do ‘retornado’ das terras de África" (Gould, 2011, p. 165). Sendo assim, é possível enxergar uma aproximação da condição de doente ao estatuto marginal do português oriundo de Angola, de fato seu lugar de origem, "onde tudo é mais ou menos epiléptico" (Antunes, 2007, p. 206), como afirmam seus médicos; isto é, desordenado, imprevisível, descartável.

É nesse lugar de nulidade e descrença que “Rui encontra a libertação da imagem do *esplendor de Portugal*” (Gould, 2011, p. 166). Por outro lado, tudo muda em relação a Clarisse, a quem a experiência traumática do degredo afeta de maneiras diferentes.

3.2.4 A Prostituta

Atraente, sedutora e astuta, são adjetivos que descrevem bem Clarisse. No entanto, como observa Isabel A. F. Gould, as qualidades que mais a evidenciam estão representadas na excentricidade, na impudência e na “negação do *status quo* familiar no espaço colonial” (2011, p. 167).

Desde a tenra idade, sempre estive à frente dos irmãos, evidenciando um desenvolvimento mais acelerado aos olhos da mãe:

os dentes nasceram-lhe mais cedo que aos irmãos, começou a andar mais cedo, a dizer frases mais cedo, a pegar no garfo mais cedo, olhava-nos de uma maneira que era como se olhássemos para nós através dela e não gostássemos do que víamos de forma que há alturas em que penso que se eu, há alturas mesmo aqui, no que resta de mim, no que resta da Chiquita [...] e todavia o que adianta ou o que posso corrigir agora.

[...]

O Carlos não olhava assim, o Rui não olhava assim, o meu marido claro que não olhava assim mas a Clarisse era como se olhássemos para nós através dela e não gostássemos do que víamos (Antunes, 2007, p. 244).

A passagem descreve a percepção de um olhar único, capaz de refletir aos demais suas próprias inseguranças, como se levasse consigo uma sensação de desconforto e inadequação, o que marca precocemente o desapego familiar de Clarisse. Sem demonstrar pesar por ter de abandonar Angola, seus “[...] excessos coloniais e o machismo tacanho do colono português, Clarisse simboliza a consciência aguda da despertença e do deslocamento, que reconhecemos no seu constante desejo de partida e fuga” (Gould, 2011, p. 167).

Quando Carlos a convida para a noite de Natal, Clarisse consente apenas pelo prazer de imaginar o que a espera em Ajuda:

onde me fez a vida negra durante três anos

[...]

O Carlos e a Lena a receberem-nos na cama sob o vento de dezembro

–Entrem, entrem

Como no cais de Luanda a aguardarmos o barco falando sem conhecer o que dizíamos, erguendo-nos sem dar fé de nos erguermos, procurando o girassol e o algodão da fazenda e encontrando pessoas e crianças e cômodas de espelho e cães que choravam [...] e policiais e tropas que nos separavam com a espingarda

[...] o mestiço do Carlos sem ninguém persegui-lo na Ajuda, decidido a ser meu dono à minha espera no sofá, [...] o Carlos a telefonar para o Estoril, depois de quinze anos, numa voz cerimoniosa que tateava, sentada por timidez na pontinha das palavras

– Clarisse

Trazendo a Ajuda consigo e a Baixa do Cassanje e Angola, tudo aquilo que não queria lembrar (Antunes, 2007, p. 301- 303).

O distanciamento de Clarisse a manteve afastada de seus familiares, inclusive de seu pai, para quem ela ocupava uma posição privilegiada em relação a Rui e ao meio-irmão Carlos. No entanto, isso não a impediu de encenar gradualmente seu afastamento da família, como é evidenciado por declarações como "Não senti pena de ir embora de Angola, talvez o Carlos por ser mestiço, talvez a Lena habituada aos musseques" (Antunes, 2007, p. 282) e "Não senti pena de deixar Angola por não gostar da fazenda nem da casa" (Antunes, 2007, p. 283). Portanto, é significativo que a maior parte da "viagem disfórica" (Gould, 2011, p. 198) de retorno à Portugal pós-imperial seja narrada por Clarisse:

Catorze dias ao léu na cobertura do navio sem toaletes nem espaço para os deitarmos, sopas e feijões ao meio-dia e à noite, um balde para as necessidades vertido borda fora alegrando os golfinhos, as hélices remexendo-nos a comida no estômago, inclusive na piscina, inclusive nos salva-vidas viajavam pessoas, sacos, baús, malas, um piano despedaçado, periquitos, Luanda a apequena-se aos sacões até os coqueiros da ilha se evaporarem, já não sobrava nada de África, só limos e criaturas chorosas (Antunes, 2007, p. 282).

A análise dos relatos presentes nos capítulos revela diferenças significativas nas memórias dos irmãos. Clarisse parece depositar confiança na ideia de que a mudança para Portugal poderia proporcionar uma vida distinta daquela que levavam em Angola. Suas memórias evidenciam até mesmo a imagem comparativa que faziam entre brancos e negros oriundos de África, ressaltando assim o nítido status de inferioridade que passaram a ocupar em

Lisboa. Ela reafirma que os brancos de Portugal os tratam como pretos, enfatizando que “somos os pretos deles” (Antunes, 2007, p. 361).

Ao alcançarem o cais de Lisboa, vai narrando Clarisse:

mais albatrozes, gaivotas, as senhoras da classe de luxo batiam palmas enquanto Lisboa crescia para nós, não já o mar, o Tejo, fumo de chaminés, armazéns numa chuvinha parda, um comboio a escapar-se as lamparinas de álcool ates de se apagarem, entregarem-nos uma senha para reclamarmos a bagagem cinco meses depois, transportando-nos para os arredores da cidade sem mercenários nem musseques que ardiam a fim de nos vacinarem, tirarem sangue e medirem a tensão, apavorados com a ideia de trazermos doenças de pretos que se pegassem, lepra, raiva, febre aftosa, bócio
não é que os africanos não sejam iguais a nós claro que são iguais a nós mas coitados nem portugueses falam vi documentários ótimos o mais objetivos que há sobre África com eles meio nus a comerem aranhas vocês graças a Deus são quase brancos são diferentes tomam duche com esses baldes giríssimos de furinhos adorava experimentar tomar duche no meio das bananeiras e assim ter um chipanzé ou um leão domesticado havia um filme com um leão domesticado que era um autêntico cãozinho comia na mão do dono deitava-se de barriga para cima vocês que sorte usam capacete e têm imensos chifres de rinoceronte em casa que devem valer um dinheirão o Pedro prometeu-me que fazíamos um safari para o ano dormir numa tenda com um petromax conversar com uma cacatua ouvir os tigres à noite o que eu gostava de pôr no quarto o tapete de um tigre morto por mim no meio desta vida horrível que a gente leva sempre que o pisasse lembrava-me do sertão e não precisava de calmantes para nada as vossas análises felizmente são normalíssimas chazinho (Antunes, 2007, p. 285-286).

Apesar disso, Lisboa representava, aos seus olhos, um novo espaço onde poderia finalmente libertar-se do "jugo materno, da hipocrisia familiar e da guerra" (Gould, 2011, p. 169). Na cena seguinte, Clarisse narra suas impressões da cidade:

Quando voltei a Portugal do que gostei mais na Ajuda foi dos carros eléctricos e dos homens gordos que saltavam das plataformas em movimento da mesma maneira que os abutres poisam: desciam a planar do estribo de tronco para trás equilibrando-se nos braços abertos, davam uma corridita de passinhos curtos e juntavam-se a baloiçar a barriga, muito dignos aos colegas na esplanada do café, atropelando-se em torno do cadáver de uma mesa, antílope de paras de metal e corpo de fórmica de que disputavam aos guinchos os pedaços de carne do dominó. Sempre que passava na avenida, de manhã e à tarde, encontrava-os instalados em ramos de cadeiras, de cabeça metida nos enchumaços dos ombros, pacientes e calvos, fitando-me com as pálpebras brancas à espera que eu morresse. Abaixo deles, na savana da praça, hienas de alunos da escola trotavam em círculos corcundas de mochilas, com o pelo das samarras eriçado de frio e a baba das pastilhas elásticas a oscilar das mandíbulas farejando os tabuleiros dos vendedores ambulante, pulando de lado, rosnando-se alcunhas, sumindo-se na mata do jardim de onde se avistavam hipopótamos de barcos a ascenderem os olhos no Tejo com a chegada da tarde, pacaças de gruas que bebiam as ondas erguendo os chifres de ferro contra os morros da Almada (Antunes, 2007, p. 277 - 278).

O uso de metáforas que animalizam as figuras masculinas e seus hábitos, de forma um tanto cômica, sugere o vislumbre de um novo ecossistema hostil, como uma savana, porém repleto de novas descobertas. A equiparação da cidade à selva africana cria uma imagem poderosa de um ambiente adverso, mas dotado de oportunidades. Isso decorre do fato de que, para Clarisse, embora Portugal seja o espaço de degredo, também é de libertação, onde pode respirar aliviada por estar longe dos perigos, *“onde as travessas e as avenidas tinham razão de ser, um princípio, um fim, a morte passeava longe de nós, noutras ruas, noutras bairros, suspensa de pescoços e focinhos que não nos pertenciam”* (Antunes, 2007, p. 308).

Contudo, Clarisse não encontra um espaço livre de conflitos em Ajuda. Seus desafetos e discussões com Carlos se fundam na crença de que o mestiço nunca gostara dela. As desavenças entre os irmãos se assentam numa antiga reivindicação de exclusividade afetiva familiar, que os leva a querer espoliar do outro a parte que lhes cabe. Assim, a personagem *“realça constantemente a mestiçagem e pertença incompleta de Carlos à família [...]”* (Seixo, 2008, p. 388), enquanto este realça o desajustamento da postura da irmã em relação à conduta esperada de uma mulher branca, circunscrita ao espaço doméstico, privado e familiar. Considerando que a identidade de Clarisse está firmada na *“[...] negação do estatuto de filha burguesa bem comportada e da rejeição dos espaços familiares do colono em África”* (Gould, 2011, p. 167), as discussões são ainda mais acentuadas:

*- Uma puta não encontro palavra para te definir a não ser puta não tolero uma puta reles a transforma-me a casa num bordel numa mulher do meu próprio sangue que desrespeita a memória do pai
- Pelo menos não sou preta como tu sou normal se a mãe não te comprasse em Melanje podias ser meu criado* (Antunes, 2007, p. 155).

Clarisse frequentemente humilha Carlos, chamando-o de negro, bastardo e mestiço, como resposta aos abusos e à mão controladora do irmão. Isso destaca tanto a existência do racismo quanto a persistência do paternalismo corrosivo, que dominam as relações familiares desses personagens e que são a base de suas discussões, pois é o conhecimento da origem biológica de Carlos que confere poder de sujeição à Clarisse. Logo, nessas disputas de poder, o argumento da raça e do sangue torna-se uma arma de coerção para Clarisse e um motivo de humilhação para Carlos:

- Onde julgas que vais nesses preparos menina?

convencido de que lhe obedecia, que tinha uma procuração da minha mãe para me impor comportamentos, horários, amigos, me impedir o correio e o telefone

– Desliga isso imediatamente

o cinema com os colegas, festas de anos, excursões, passeios

– Nem sonhes

[...]

a impedir-me a rua [...] um mestiço comprado por uma ninharia, como se compra um leitão ou um cabrito, à empregada do refeitório da Cotonang satisfeita por ser livre de um empecilho daqueles [...] (Antunes, 2007, p. 287).

Clarisse é expulsa por Carlos do apartamento quando o irmão percebe que não conseguirá controlá-la. Assim, o relacionamento entre esses dois personagens é de todas as formas complexo e ambíguo, pois não se trata de uma simples relação de ódio em que o irmão se vingava, como se pode notar na cena em que é expulsa:

[...] a Lena correndo para o Carlos a impedi-lo de bater-me, ou abraçar-me, ou bater-me e abraçar-me ao mesmo tempo

– És igualzinha à mãe és igualzinha à mãe

ou bater-me e abraçar-me e começar a chorar, bater-me por começar a chorar e abraçar-me por me bater, o Carlos mais infeliz do que eu, mais desesperado com ele e comigo do que eu [...] (Antunes, 2007, p. 311).

Embora seja a personagem que mais se distancia afetivamente de sua família, Clarisse compreende a miséria da condição de Carlos a ponto de admitir: “não era eu, era a minha mãe e o homem e o meu pai que ele detestava em mim” (Antunes, 2007, p. 310 - 311). Ainda, o passado em África representa um grande obstáculo para a vida em Portugal, pois, “não fosse África e o uísque eu não morava aqui” (Antunes, 2007, p. 329), e, portanto, como os seus irmãos, ela procura reprimir as recordações e marcas dessa experiência:

há alturas felizmente em que me esqueço de África, da fazenda, da disposição dos quartos, dos guarda-sóis abertos no terraço, das picadas sem fim para lado nenhum a não ser mais algodão, mais aldeias, mais mangueiras, mais senzalas com a cantina a um extremo, mais doentes, mais miséria [...] (Antunes, 2007, p. 307).

Apesar de lutar contra a ausência e a perda dos afetos, não é exatamente da família que Clarisse sente falta. A sensação de vazio que a atinge profundamente em termos pessoais a coloca à mercê de relacionamentos vazios, como o que mantém com Luís Felipe, de quem é amante, talvez a fim de buscar “em todos os homens, o pai que perdeu e que teria sido o único a amá-la”, como sugere Maria Alzira Seixo (2008, p. 388). Mormente, Clarisse experimenta no degredo uma existência solitária e indecisa sobre si mesma:

Não sei se gosto da minha família. Não sei se gosto de quem quer que seja. Não sei se gosto de mim, às vezes à noite é difícil: sento-me no sofá, levanto-me, torno a sentar-me, falta-me qualquer coisa de indefinida, apetece-me que telefonem, me dêem atenção, conversem comigo, apanho uma revista da mesa, leio a penúltima página o horóscopo de há cinco semanas, saúde cuidado com o fígado, amor possibilidade de um reencontro inesperado, dinheiro não enjeite a proposta de negócio de uma pessoa amiga, número vinte e seis, cor violeta, uma segunda revista de moda primavera-verão onde me recomendam tons quentes que façam explodir a sua sensualidade, ligo a televisão, um filme bíblico, gente de sandálias que acredita em Deus, desligo-a, os virtuosos das sandálias reduzem-se a um pontinho de luz, não encontro nenhum disco eu me agrado porque nenhum disco me agrada, torno a levantar-me, penso no que aconteceria se tomasse todos os comprimidos de dormir do móvel (Antunes, 2007, p. 355).

Sobretudo, Lisboa lhe devolve a consciência da sua dependência, metaforizada na asfixia e decepção na relação com Luís Felipe, o que acaba por despertar a dura consciência de que, embora na colônia tivesse encenado “a insubordinação na família, no Portugal Pós-Imperial [...] confronta-se com a condição de mulher subordinada” (Gould, 2011, p. 170), totalmente rendida à vontade de um homem. Assim, a “[...] desatenção com que o amante a trata, a parte de verdade das palavras do irmão” (Seixo, 2008, p. 390), reconhecida por Clarisse, deflagra a questão interidentitária da personagem, que confessa em pensamento: “*sou tua puta não sou podes confessar que não me zango a tua amante de senzala não tens de agradar-me te preocupares comigo ser terno*” (Antunes, 2007, p. 358).

Assim como os demais, a personagem é representada com a complexidade de alguém que não se entende por completo e, portanto, não consegue se definir entre o passado, que proporciona significação à sua identidade, e a nulidade do presente - que não é plenamente vivido por nenhum dos filhos de Isilda.

Ao explorar de maneira incisiva as noções de família, sempre com base nas hierarquias, dependências, conflitos e rupturas que levam ao seu declínio, António Lobo Antunes ressalta a “[...] importância dos laços íntimos e afetivos na construção do sujeito colonial” (Gould, 2011, p. 174), demonstrando como a ideologia colonial também está presente dentro das relações familiares. As diversas cisões e rupturas nas esferas familiar, geográfica e identitária ilustram de forma figurativa a subversão irônica dos símbolos representativos do *ethos* colonial português e, desse modo, colocam sob suspeita a noção do seu *esplendor*.

Carlos, Rui e Clarisse são personagens que nasceram numa família de colonos agrários durante os anos de Angola Colonial e atravessaram a experiência traumática do regresso em meio à Guerra Civil Angolana (1975 - 2022). Chegaram às periferias de Lisboa como retornados, sem ostentarem o poder que o status colonial outrora lhes garantiria.

Ensimesmados, isolados, alheios a tudo o que os rodeia, esses personagens manifestam a inadequação da partida rumo a um país de estranhos, onde não existem referências afetivas. São figuras que representam os responsáveis pelo povoamento das colônias portuguesas em África que são obrigados a abandonar os territórios, ocupados por anos a fio, após sua independência, sendo designados como retornados em um país “onde nunca tinham estado” (Azevedo, 2013, p. 68).

Ademais, a mundividência africana forma as identidades desses irmãos que vivem em situação de isolamento interior, já que suas interioridades “são marcadas pela falta de afetividade aos que as rodeiam” (Azevedo, 2013, p. 68). Nesse sentido, a instituição familiar portuguesa do contexto pós-colonial é o sintoma irônico de uma “inversão da alegoria nacional” (Byalaardt, 2007, p. 169), que vê abalada “a estrutura da emblemática trilogia ‘Deus, Pátria, Família’” (Gould, 2011, p. 174). Esses significados estão contrapostos nas relações agonísticas entre as diferentes categorias de indivíduos representadas no romance, haja vista não se tratar apenas da diferença entre europeus e africanos, mas entre assimilados e mestiços, portugueses de primeira e de segunda, que habitam e formam a estrutura familiar.

Dessa forma, o discurso memorialista expresso pelos personagens, que emerge nos pensamentos e falas provenientes dos tempos vividos em África como a expressão da necessidade de evasão “decorrente da falta de integração social sentida na antiga metrópole” (Azevedo, 2013, p. 328) e como refúgio interior encontrado para “esquecer a frustração de uma vivência diária sem sentido” (Azevedo, 2013, p. 328), acaba por refletir sua própria condição de interidentidade, já que os filhos de Isilda assumem involuntariamente o status de retornados ao qual não se adaptam. São, respectivamente, um mestiço, um epilético e uma prostituta.

Como uma narrativa “[...] agudamente sensível às diversas formas de sofrimento que o colonialismo, a luta pela libertação e o acesso à independência ocasionaram” (Seixo, 2002, p. 319-320), *O Esplendor de Portugal* ocupa-se da dissolução do espaço familiar ao mesmo tempo em que, metonimicamente, aposta numa visão em que Portugal corresponde, segundo Maria Alzira Seixo “[...] à negrura e anulação da terra africana, que avulta na grandeza aniquilada pelo militarismo heroico que o salazarismo implantou” (Seixo, 2002, p. 320). A dissolução da família é assinalada como o mártir do pensamento de uma época, pois a sua figuração e o seu destino remetem ao:

treno da experiência do colonizador (acentuando mais uma vez a viagem de retorno), como a deploração e plangência da sua atuação ideologicamente incerta e afetivamente ambígua, tantas vezes desconcertante, que António Lobo Antunes trata em cambiantes diferenciados de ternura, incultura, apego

à terra, exploração consciente, cobiça, ganância, reacionarismo, ou simplesmente continuidade de uma existência que alguém começou ali e que os descendentes se habituaram a considerar legítima e adequada (Seixo, 2002, p. 325).

O romance, por fim, aborda questões fundamentais para uma leitura pós-colonial do império português em África, demonstrando a necessidade de reflexão sobre os efeitos nocivos de um esplendor que pôde somente existir no imaginário português durante o regime salazarista.

CAPÍTULO 4: ALÉM DO PÓS-COLONIAL

Se o termo ‘pós-colonialismo e a teoria ‘pós-colonial’ referem-se ao impacto cultural entre os europeus e os outros, recém-descobertos e inventados, desde os primeiros contatos até a contemporaneidade, há uma estreita ligação entre os eventos contemporâneos envolvendo os povos do Sul e aqueles relacionados ao projeto colonial europeu de outrora.

Thomas Bonicci, *Teoria Literária*.

Para concluir essa reflexão, vejo como tarefa imperativa examinar criticamente a perspectiva teórica adotada no que concerne ao termo "pós-colonial" e a sua extensão até aqui. Seria possível superar seu alcance?

A grafia do termo pós-colonial com hífen implica uma relação temporal e contextual com períodos posteriores ao colonialismo, conforme discutido anteriormente com base nas contribuições de Stuart Hall (2013). Entretanto, é necessário notar que tal grafia pode ser interpretada de forma restrita por alguns teóricos, por vincular-se predominantemente a referências literárias anticoloniais ou aos movimentos culturais e teorias que emergiram logo após a descolonização de uma região ou nação específica.

Um dos autores que contribui para essa discussão é Michael Cahen (2011, 2018). Na busca por definir o escopo do termo "póscolonial" (deliberadamente escrito sem hífen) e compreender sua precisão, o historiador francês observa que uma das principais complexidades na compreensão das análises pós-coloniais reside na frequente confusão entre duas abordagens substancialmente distintas do tema. A partir disso, o autor tece algumas considerações interessantes sobre a passagem da crítica política anticolonial à crítica epistemológica póscolonial.

Antes de adentrarmos no debate propriamente dito, é fundamental reconhecer que o termo pós-colonial é, em essência, “uma abordagem, um ponto de vista” (Cahen, 2011, p.3), uma opção terminológica que buscamos incorporar. O autor afirma que:

Desde o início vemos certamente a originalidade, mas também a dificuldade, da abordagem. Colocar-se do ponto de vista – no sentido literal, da “posição de vista” – dos subordinados sem se contentar em defendê-los é uma postura heurística fecunda mas não pode produzir um ponto de vista científico [...] Além disso, o facto de insistir – com muita razão, parece-me – na capacidade de resiliência dos subordinados, na sua capacidade de se desviar, de reinterpretar, de inverter as imposições coloniais, em suma, de insistir no facto de não ser necessário lidar não apenas com os vencidos, os oprimidos

passivos, os submissos, mas com os meios sociais que trouxeram iniciativas e ações (a famosa agência), levou por vezes a uma sobrestimação desta capacidade, de tal forma que fez com que a dominação se perdesse de vista (mesmo que fosse uma dominação sem hegemonia). Assim a conquista e a colonização tornam-se *Encontros Coloniais*, como se a colonização fosse antes de tudo um “encontro” [...] Paradoxalmente, o pós-colonial por vezes atenua o poder de dominação e perde de vista o facto de que aquilo que os subordinados conseguiam negociar diária e ferozmente era, antes de mais, a sua subalternidade (Cahen, 2011, p. 7).

Conforme argumenta Cahen, a abordagem pós-colonial pode apresentar problemas ao tentar adotar a perspectiva dos subordinados, sem se contentar em simplesmente defendê-los. Ele ainda destaca que, em alguns casos, a perspectiva pós-colonial pode atenuar o poder de dominação e perder de vista o fato fundamental de que aquilo com que os subordinados lidavam diariamente tratava-se da sua própria condição subalterna.

No artigo *O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade* (2018), o crítico argumenta que a abordagem pós-colonial marcou a passagem de uma política anticolonial à crítica epistemológica póscolonial. Michael Cahen afirma que:

[...] desde o período colonial até os dias de hoje, passando pela Havana “tricontinentalista” de 1967, pela Índia “subalternista” dos anos 1980, pela América andina “decolonial” do final do século XX [...] a abordagem póscolonial nessas suas três vertentes foi ou é anticolonialista, foi de uma maneira específica, já que, em sua esmagadora maioria, não foram os combatentes anticolonialistas que viriam a desenvolver eles próprios as análises póscoloniais, mas uma nova geração de pensadores, além do mais majoritariamente acadêmicos. E como, na maioria dos casos, os territórios concernidos já não eram colônias, utilizou-se mais e mais a expressão decolonial (ou descolonial), em vez de anticolonial, para exprimir o fato de levantar-se, epistemológica e politicamente, contra “algo de colonial” que não é bem colonização ou colonialismo, e para uma ruptura com os paradigmas oriundos do colonial (Cahen, 2018, p. 2).

Segundo o historiador, durante o processo de descolonização, muitos países recém-independentes mantiveram laços de neocolonialismo, com suas elites integradas ao sistema capitalista global. Isso resultou na distância dos pensadores pós-coloniais em relação às tarefas práticas da revolução anticolonial, o que, por sua vez, conduziu a uma transição da crítica política anticolonial para uma análise epistemológica pós-colonial. Essa mudança de foco, embora complexa e repleta de nuances, foi impulsionada pela necessidade de confrontar elementos colonialistas que persistiram mesmo após as independências e de incluir a desconstrução de paradigmas culturais e epistemológicos profundamente enraizados na era colonial.

Nesse cenário, a distinção entre as formas de escrever o termo pós-colonial se mostra crucial. O uso do hífen está intrinsecamente relacionado a uma abordagem histórica, notadamente na discussão teórica das epistemologias pós-coloniais. Em contrapartida, a grafia sem hífen facilita a diferenciação das abordagens, principalmente no que diz respeito ao enfoque da discussão, pois não se limita à cronologia nem se restringe à discussão epistemológica.

A adoção do termo póscolonial, portanto, não se aplica apenas ao que ocorre após o colonialismo, mas, mais profundamente, representa uma abordagem que busca investigar as sequelas deixadas pelas ideologias coloniais, imperiais, raciais e paternalistas. De acordo com Cahen, o sufixo “pós” deve ser compreendido como o indicador de uma abordagem que nos permite transcender esses resquícios, não somente em termos de temporalidade, mas principalmente de uma prática que não seja limitada ao tempo estudado.

Com efeito, reina a confusão mais completa entre, de um lado, o que é póscolonial/pós colonial (em francês com traço, em português com traço ou espaço), isto é, uma situação que permaneceria (ou seria principalmente) herdeira da situação colonial no sentido cronológico da expressão e, de outro lado, o que é póscolonial (sem traço nem espaço), ou seja não uma situação mas uma análise que consegue ir além das heranças epistemológicas coloniais sem dúvida é “pós”, mas no raciocínio e não no tempo: a análise é que é póscolonial, independentemente da situação analisada (pré-colonial, colonial ou pós-colonial). Os autores póscoloniais serão unânimes em dizer que a definição correta é a segunda e, aliás, como já observamos, usa-se cada vez mais uma outra palavra, vinda da América do Sul (ou de especialistas da América do Sul) a partir de 2006 e alimentada por experiências não anglo saxônicas, que é decolonial ou descolonial. Em larga medida oriunda do marxismo, a abordagem póscolonial/decolonial vai, no entanto, evitar o frequente hiper-classismo de certo marxismo segundo o qual as únicas identidades relevantes são as identidades de classe – essas últimas além disso reduzidas somente às duas classes “fundamentais” constitutivas do modo de produção capitalista. A abordagem póscolonial permanece fiel, tal como os primeiros subalternistas, ao conceito gramsciano (e pois, igualmente marxista) da subalternidade, isto é, um fato social interclassista relevante para definir largas camadas sociais, até sociedades inteiras. Assim, a abordagem póscolonial pode estudar questões pré-coloniais, coloniais ou “pós-coloniais com traço” (Cahen, 2018, p. 4).

Neste estudo, optamos por utilizar a grafia com hífen. No entanto, é importante destacar que a análise crítica da literatura portuguesa, denominada como pós-colonial, incluindo *O Esplendor de Portugal*, assim como a definição de uma abordagem póscolonial visam a questionar e a desafiar as narrativas tradicionais que perpetuam relações de poder, hierarquias e ideias colonialistas. Essa análise transcende o contexto cronológico e epistemológico a que o

romance faz referência – o tempo imediatamente após a independência de Angola – expandindo-se, em parte, para uma perspectiva ainda mais ampla.

Vejamos como a problemática do hífen é explicitada:

O colonialismo é a política da colonização. Pois, o que pode ser o pós(-) colonialismo senão a política do pós colonial? Mas o que pode ser uma política do pós-colonial? Se o pós-colonial é considerado – e criticamos aqui esta visão – uma situação persistente e estruturante de herança colonial nas sociedades centrais bem como periféricas, a política dele seria, por conseguinte, uma política a favor dessa persistência, sua organizadora. Ora, é obviamente o contrário que querem dizer os numerosos autores que usam a expressão, para os quais é mero substantivo de “teoria póscolonial”, ou de uma política que seria oriunda dessa teoria póscolonial. Isso entra em contradição com o fato de que a grande maioria dos autores póscoloniais de hoje limitarem-se à crítica epistemológica, sem entrar nas possíveis consequências políticas. Afinal, “pós(-)colonialismo”, regra geral, não é entendido como uma política contra as sequelas do pós-colonial (com traço). De qualquer maneira, é de se evitar um enunciado que pode significar o contrário do que se pretende dizer (Cahen, 2018, p. 19).

Discordo do historiador a respeito do uso do hífen e das implicações de continuidade no que tange a lidar com as questões originadas especificamente do colonialismo. No meu entendimento, quer o hífen esteja presente, quer não, trata-se sempre de uma tarefa que visa à desconstrução epistemológica e política de estereótipos, perspectivas eurocêntricas e representações simplificadas das ex-colônias africanas, no que diz respeito à discussão do colonialismo e do que veio depois. Para as artes, como a literatura, isso resulta em uma abordagem mais inclusiva, que desafia os paradigmas convencionais e promove uma compreensão mais profunda das interações entre Portugal e suas ex-colônias, como é o caso aqui, o que não exclui a reflexão política a respeito do objeto artístico e tampouco delimita a argumentação epistemológica de maneira restrita.

Posto isso, é importante notar que algumas questões não foram abordadas neste trabalho, dedicado a analisar as interidentidades portuguesas próprias ao período pós-colonial, delimitadas no tempo e no espaço entre Angola e Portugal nas últimas décadas do século XX. Porém, algumas ressalvas devem ser feitas, já que *O Esplendor de Portugal* adianta questões para além do tempo que representa. Vejamos esse aspecto conforme Patrícia M. Ferreira:

Em termos formais, Portugal entrou em sua fase histórica pós-colonial/pós-imperial desde a Revolução de Abril de 1974 e a independência das colônias africanas em 1975. No entanto, não se pode afirmar que Portugal tenha se descolonizado por completo ao longo das últimas cinco décadas. Isso porque, em muitos setores da sociedade portuguesa, ainda persiste uma mentalidade colonial/colonialista que promove a superioridade branca e não reconhece a opressão desse passado no funcionamento das instituições públicas, na

persistência de discursos racistas e xenófobos, tanto na esfera pública como privada, que continuam a excluir a comunidade afro-portuguesa e outros grupos populacionais (Ferreira, 2021, p. 23).

Desse modo, a necessidade de descolonizar o pensamento pode ser abordada por meio de obras que atuam como “[...] instrumentos de decantação de mitos e imagens da identidade, bem como veículos de reflexão sobre questões políticas e sociais cruciais no contexto cultural português” (Gould, 2004, p. 109 *apud* Ferreira, 2021, p. 25). Dessa maneira, a utilização do termo “decolonial”⁴⁵, pode ser mais apropriada para tratar de questões contemporâneas que, embora escapem ligeiramente ao recorte, nascem a partir dele.

Afinal, descolonizar o pensamento é uma tarefa que pressupõe a passagem pela desconstrução da mentalidade colonial, por si só, atravessada pela noção de identidade coletiva. Isso quer dizer que a desconstrução de mitos fundadores envolve a reavaliação do passado nacional. A memória coletiva sobre o fim do império e o processo de descolonização é o elemento chave dessa tarefa complexa, pois como já se expôs, a memória coletiva de um povo é sempre de natureza heterogênea e, por vezes, contraditória, devido às dimensões emocionais de todos os que viveram direta ou indiretamente esses acontecimentos históricos (como por exemplo, o enfrentamento do declínio do império e a redefinição de identidades após o retorno dos colonos brancos a Portugal). Isso porque, segundo Eduardo Lourenço:

O Portugal de Salazar foi uma espécie de equilíbrio, precário em si, mas longamente cultivado, entre modernização exterior e ruralização espiritual, sem poder evitar que a primeira destruísse, na raiz, as condições de perpetuação da segunda. A esse processo inteiro – ou fazendo parte dele na sua face econômica – agregou-se então o culto do império que vinha dos fins do século XIX, elemento capital para repor no seu antigo estatuto de nação eminente a pequena nação europeia que era (e que é) Portugal. Houve um momento em que a nova imagem de Portugal – país modesto mas governado com mão de ferro –, com a sua dimensão imperial imaginária aparentemente restaurada, parecia justificar a ideologia cultural, inspirada no passado mais glorioso da nação, momento em que Portugal parecia miraculosamente suspenso entre o pragmatismo mais realista e o onirismo mais delirante (Lourenço, 1994, p. 21).

⁴⁵ Os estudos decoloniais emergiram no final dos anos 90 a partir das pesquisas de Anibal Quijano, um autor latino-americano que inaugurou uma série de investigações que reviveram questões sócio-históricas anteriormente consideradas resolvidas na América Latina. A abordagem decolonial busca a reexaminar a construção histórica da modernidade, levando em consideração suas transformações na região, estabelecendo-se como o cerne em torno do qual essas questões foram articuladas. Posteriormente, Arturo Escobar expandiu essas ideias em um projeto denominado *Modernity/Coloniality/Decoloniality* (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019, p. 3), aprofundando ainda mais os temas e promovendo sua expansão sistemática. Embora suas raízes estejam firmemente ligadas ao contexto colonial dos países latino-americanos que experimentaram o domínio colonial nos séculos XVI e XVII, as abordagens iniciais cresceram, desenvolveram-se e difundiram-se para além das fronteiras da América, alcançando também a Europa e outras regiões do mundo.

De acordo com Patrícia M. Ferreira, a herança do império permeia a literatura portuguesa contemporânea sob a égide de uma identidade traumatizada. Segundo a crítica:

A identidade portuguesa foi construída ao longo de cinco séculos sob a sombra da ideia de império, com sua importância atingindo o ápice durante a ditadura salazarista, especialmente a partir de 1961, com o início da guerra colonial. Assim, é inegável que a perda das colônias africanas e suas repercussões impactaram a reconstrução identitária não só dos antigos colonos, mas também dos seus filhos brancos e mestiços, assim como dos africanos que, devido às guerras civis após as independências, foram forçados a abandonar seus locais de origem e se dirigir a Portugal, além dos metropolitanos que testemunharam essa chegada (Ferreira, 2021, p. 17).

Nesse contexto, é evidente que a experiência colonial e o seu fim afetaram profundamente a sociedade portuguesa. Surgem, “[...] com maior ou menor visibilidade, na produção literária [...] ou ainda como narrativas críticas sobre o retorno e o legado colonial nos dias de hoje” (Ferreira, 2020, p. 18) questões que sugerem a persistência de uma ideologia colonial que sobrevive enraizada na sociedade portuguesa após a descolonização.

De acordo com Lourenço, o processo de descolonização universal, a rebelião africana e as novas condições de evolução econômica ocidental converteriam esse equilíbrio numa pura ilusão e obrigariam à reconsideração de uma nova imagem de Portugal, global e hipertroficamente positiva. No entanto, ressalta o filósofo:

Não foi exatamente o que sucedeu. O fim de um regime que parecia adaptado à realidade portuguesa como uma luva, o fim de um império de quinhentos anos, o regresso obrigatório ao nosso espaço europeu do século XV não deram lugar a nenhum reexame ou exame espetacular da nossa imagem, embora ela sofresse, mesmo sem eles, uma metamorfose inegável. O Portugal de 1987 não é o mesmo de 1974: a sua situação política e histórica sofreu e está a sofrer uma das mudanças mais *radicais* de sua história [...] mas na sua essência a imagem cultivada durante quarenta anos permanece intacta. Embora pareça escandaloso a alguns, quase se poderia dizer que de certa medida se reforçou. A nova imagem de Portugal – refiro-me menos à que os *outros* têm de nós mesmo que àquela que *nos acompanha* na nossa ação e presença dentro de nós e no mundo – não altera em nada a estrutura da *hiperidentidade* que desde pelo menos o século XVI nos caracteriza (Lourenço, 1994, p. 21-22, grifo do autor).

Com efeito, “A necessidade de *decolonialidade* resulta, pois, ‘das falhas da descolonização’ [...], na medida em que a mundividência vivida na metrópole e imposta às colônias se manteve no presente” (Ferreira, 2021, p. 24). Portanto, os estudos chamados de decoloniais podem ser cuidadosamente aliados à abordagem pós-colonial, salvaguardadas suas diferenças. Ambas as teorias questionam e denunciam a centralidade do pensamento

eurocêntrico na produção de conhecimento, destacando como esse conhecimento é tendencioso e dominante. Elas desafiam dualismos estabelecidos, como o Ocidente *versus* Oriente, e questionam as hierarquias e dicotomias associadas a esses binarismos. Destacam que o conhecimento é situado e político, rejeitando a ideia de neutralidade ou universalidade absoluta.

Como vimos, as teorias pós-coloniais surgiram nas décadas de 1960 a 1980, com um foco inicialmente centrado na colonização europeia e suas consequências. Suas raízes estão nos estudos pós-estruturalistas oriundos dos grandes centros europeus de produção acadêmica. Essas teorias carregam também forte influência do pós-modernismo, como sugerem os autores Pablo Quintero, Patricia Figueira e Paz Concha Elizalde, de *A Brief History of Decolonial Studies* (2019). Enquanto isso, as teorias decoloniais emergiram principalmente na América Latina, com influências de pensadores como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, e começaram a ganhar destaque no final do século XX, com um foco mais amplo na modernidade/colonialidade e em suas implicações globais.

Enquanto as teorias pós-coloniais se concentram em questionar estruturas de poder coloniais e desconstruir narrativas dominantes, as teorias decoloniais buscam não apenas criticar, mas também construir uma nova epistemologia emancipatória, mais alinhada com as perspectivas do Sul Global e das comunidades marginalizadas. A crítica decolonial destaca a importância do capitalismo na perpetuação das relações de poder coloniais, ao passo que as teorias pós-coloniais nem sempre dão ênfase a esse aspecto, centrando-se mais na crítica ao eurocentrismo e ao colonialismo cultural. Destarte, as teorias pós-coloniais enfatizam a natureza discursiva e fluida das identidades pós-coloniais, enquanto as teorias decoloniais tendem a valorizar a pluralidade e a diversidade das identidades, muitas vezes destacando a importância de resgatar epistemologias e cosmovisões específicas das comunidades marginalizadas. Essas diferenças, contudo, não impedem que relacionemos ambos os caminhos de análise, uma vez que contribuem para o entendimento das questões histórico-sociais em torno do colonialismo e dos seus subprodutos, como a colonialidade.

Nas sociedades contemporâneas pós-coloniais, as estruturas de poder, dominação e exploração permeiam os âmbitos político, econômico e cultural. Essas manifestações se refletem em racismo, desigualdade econômica e marginalização cultural e epistêmica de grupos subalternos e marginalizados – nem sempre entre povos radicalmente distintos, como se verá. Essa realidade destaca como as relações coloniais continuam a influenciar profundamente as sociedades modernas: os pontos de contato entre as teorias pós-coloniais e decoloniais ressaltam

a persistência dessas dinâmicas opressivas. No entanto, é importante reconhecer que há contextos em que essa comparação não é totalmente miscível.

De todo modo, as teorias pós-coloniais e decoloniais oferecem novas perspectivas para a identificação de padrões de subjugação e opressão no pensamento dominante. Elas promovem a construção de novas narrativas, rompendo com a hegemonia do pensamento eurocêntrico, embora partam de posições ideológicas distintas, frutos de processos de colonização e descolonização diferentes⁴⁶. Ambas possuem seus pontos de interesse, alcances e limitações, e, por isso, não são aqui colocadas como sinônimos. Antes disso, as teorias decoloniais, não sendo propriamente minha linha de análise, são um suplemento crítico diante do qual tenho de refletir do ponto de vista de um latino-americano que estuda cultura, sociedade e literatura portuguesa sob o eixo dos estudos pós-coloniais.

Os pontos de contato entre as duas teorias estão edificados na noção de que as identidades individuais e coletivas são moldadas e construídas dentro de um contexto no qual as hierarquias do poder colonial continuam a exercer influência nas relações sociais e políticas nas sociedades contemporâneas pós-coloniais. Isso porque tanto “[...] para os estudos pós-coloniais quanto para os decoloniais, o colonialismo teve seu final como entidade histórico-política, mas continua (re)configurando as relações e os imaginários sociais” (Santos, 2022, p.34). Ainda que se reconheça atualmente a complexidade de fatores como raça, gênero, classe, etnia, entre outros, essas identidades são hierarquizadas e valoradas de maneira a reproduzir estruturas do poder imperial, exigindo-nos que se explorem maneiras e formas de resistência ao poder e à subalternidade.

Uma das estratégias em comum é a desconstrução das narrativas dominantes que sustentam essas hierarquias de poder colonial, questionando representações estereotipadas e essencialistas de identidades colonizadas para promover uma maior pluralidade de vozes e perspectivas. Por esse motivo, quando justapostas, essas abordagens teóricas podem ser complementares, dado que:

⁴⁶ Quando se fala em descolonização, deve-se levar em conta que o termo abriga diversas nuances internas. Segundo Thomas Bonnici (2019, p. 256), podemos pensar em três períodos. A descolonização das Américas britânica, portuguesa e espanhola, em que Estados Unidos, América Central e América do Sul se tornaram independentes, desenrolou-se entre os anos de 1776 a 1825, atravessando quase um século da história das Américas. O segundo grupo compreende a Índia, o Paquistão, a Indonésia e o Oriente Médio, países independentes no final da década de quarenta, entre 1945 e 1949. Já a África do Norte, África equatorial e subequatorial, as ilhas do Caribe e as colônias do sudeste asiático e Oceania só conquistaram sua independência muito recentemente, entre os anos de 1955 e 1975. Se tomarmos em conta o tempo do domínio dos portugueses, espanhóis e ingleses sobre as colônias e territórios americanos, e o relacionarmos à ocupação da África, veremos que cento e cinquenta anos de história separam as nações africanas do status de países independentes. Esse lapso temporal, levado a cabo de mais de um século de exploração dos países imperialistas, causou gravíssimos prejuízos aos países africanos, que, em relação aos latino-americanos, estão ainda mais subdesenvolvidos.

The differences between subaltern studies, postcolonialism and decoloniality do not necessarily imply an impediment to their articulation, since in some cases the combined use of these approaches, far from hindering the analysis of coloniality, enhances it, thanks to the presence and integration of other analytical tools and critical traditions that can help understand the dynamics of coloniality. Bearing these clarifications in mind, by decolonial studies we refer here to the heterogeneous set of theoretical and investigative contributions on coloniality. These include historiographic reviews; case studies; the recovery of Latin American critical thinking; (re)conceptualizing formulations; and the revisions and attempts to expand and revise theoretical disquisitions. It is an enunciative space not exempt from contradictions and conflicts, whose point of coincidence is the problematization of coloniality in its different forms, coupled with a series of shared epistemic assumptions (Quintero; Figueira; Eliziade, 2019, p. 4).

Nos estudos culturais, torna-se cada vez mais crucial (re)pensar o pós-colonial, especialmente à luz de novas teorias, que, por sua vez, não apenas enriquecem os saberes existentes, mas também ampliam significativamente a capacidade crítica.

Nesse contexto, o conceito de orfandade, proposto por Patrícia M. Ferreira em *Órfãos do Império: heranças coloniais na Literatura Portuguesa Contemporânea* (2021), pode contribuir para a abordagem literária de questões identitárias daqueles que a autora considera como “órfãos” do império português, ampliando assim o espaço crítico em relação às obras contemporâneas portuguesas que exploram aspectos complexos após a dissolução das colônias.

A noção de orfandade “[...] provoca uma reflexão sobre as 'heranças' de um império supostamente representadas em uma seção específica da literatura portuguesa” (Simas-Almeida, 2021, p. 13). Essa questão pode se manifestar de diversas formas: literalmente, quando as personagens são órfãs, e simbolicamente, de maneira metafórica. Dessa forma, podemos expandir o conceito para identificar a sociedade portuguesa como órfã de um império colonial do qual foi forçada a abrir mão tardiamente. Por não estar apenas ligada à perda literal dos pais, a orfandade pode gerar significados no campo simbólico, e, portanto, expressar uma “falta simbólica” (Ferreira, 2021, p. 30) dotada da capacidade de “[...] reunir as ansiedades e as preocupações da época histórica [...] frequentemente um registro de preocupações culturais [...] sobretudo a um nível metafórico, funcionando como um pictograma” (Ferreira, 2021, p. 34-35).

Já a figura do órfão pressupõe um sentido de incompletude. Tal incompletude implica uma ruptura drástica, “[...] um corte traumático: aquele pelo qual o/a filha/ a se confronta com o vazio da perda do *outro* protetor e onnipresente, e, como facilmente se compreende, o confronto com o vazio gera angústia e isolamento” (Ferreira, 2021, p. 30). O órfão, nesse

sentido, atua como um tropo literário “[...] no *corpus* ficcional português destas últimas décadas recorrentemente associado às relações entre Portugal e o seu ex-império africano.” (Ferreira, 2021, p. 38).

Posto isto, importará à análise a relação de valor ambíguo pela qual o órfão é estigmatizado, o que pressupõe a ideia de perda da família, de inclusão e exclusão, que ressoa no timbre simbólico da perda do império e da identidade, assim como a réstia dos conflitos de “[...] uma dimensão pós-colonial (com traço) na vida social de certos meios sociais portadores de identidades, isto é, uma memória ainda relevante no imaginário deles e na maneira de integrarem-se na sociedade” (Cahen, 2018, p. 7).

Por fim, o conceito de orfandade interroga e problematiza as definições de família e nação. Segundo Ferreira (2021), as famílias representadas na literatura portuguesa contemporânea, dentre as obras que integram o corpus da sua análise, do qual *O Esplendor de Portugal* faz parte,

se degradam ao decorrer da guerra colonial e com o processo de descolonização e, no contexto dessa dessegregação, muitos filhos/as expressam um profundo e inevitável desejo de corte filial, como se só em estado de orfandade pudessem reclamar a sua parte da história, propondo uma reflexão sobre o passado individual e coletivo (Ferreira, 2021, p. 39).

Se “[...] uma nação, um país, pode experimentar um sentimento de orfandade que afetará naturalmente a identidade e a memória coletiva” (Ferreira, 2021, p. 39), a família colonial certamente pode ser metonimicamente equivalente à postulação de uma questão identitária que assola a sociedade, uma época, uma memória e, por conseguinte, o coletivo social. Pois, como afirma Eduardo Lourenço, perdeu-se um império “[...] menos na realidade do que pode parecer, porque já antes o tínhamos sobretudo como imaginário” (Lourenço, 1994, p.22).

Se o luto, quase inexistente, foi assumido com uma mistura de inconsciência e realismo, porventura únicos na história colonizadora europeia, compreender as implicações dessa dinâmica que conjuga o passado mitológico de uma nação pequena é um passo adiante nos estudos pós-coloniais. Caberá agora decidir se o valor dessa hiperidentidade portuguesa, profundamente enraizada no imaginário português, guarda, ou não, em seu interior, uma certa indecibilidade, uma interidentidade fundamental, que carrega problemas e ambiguidades que se colocam ao longo dos séculos de diferentes maneiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurei ler o romance *O Esplendor de Portugal* (1997), do escritor português António Lobo Antunes, em função da perspectiva dos estudos pós-coloniais e, em particular, a partir de duas noções, a interidentidade portuguesa, cunhada por Boaventura de Sousa Santos, e a ironia transideológica, de Linda Hutcheon.

O meu argumento principal, que acrescenta um contributo único ao extenso discurso crítico existente sobre esses temas, centra-se no uso magistral da ironia por Lobo Antunes, com o propósito de mostrar como a natureza transideológica e política da ironia possibilita uma discussão sobre a intrincada relação entre os portugueses e as ex-colônias africanas, nomeadamente no que diz respeito às implicações dos processos identitários. Pretendi alargar o discurso em torno da relevância do romance do escritor no âmbito dos estudos pós-coloniais. Esta abordagem alinha-se com concepções já existentes de estudiosos como Isabel Gould (2011) e Boaventura de Sousa Santos (2006), mas oferece uma perspectiva nova e matizada.

No primeiro capítulo, discuti a complexidade e a profundidade da obra de António Lobo Antunes em relação às temáticas da Guerra Colonial e da descolonização, demonstrando como sua escrita é fortemente influenciada pelo passado e pela memória desses eventos (Seixo, 2002, 2008; Arnaut, 2009). Em seguida, explorei a forma como esses temas se entrelaçam às questões de discurso e poder (Foucault, 2019), identidade (Hall, 2019, 2021) e colonialismo (Bonnici, 2019; Said, 1995, 2007), buscando evidenciar suas interconexões e sua relevância no contexto dos estudos pós-coloniais. Para tanto, tracei um percurso teórico para conceituar o termo pós-colonial e fundamentar a análise do romance. Na minha análise, contextualizo a posição de António Lobo Antunes na literatura portuguesa pós-colonial, destacando a natureza única da sua obra e o seu contributo para o panorama literário português contemporâneo. Esta contextualização prepara o terreno para uma compreensão mais profunda de *O Esplendor de Portugal*.

No segundo capítulo da minha análise, concentrei-me em aprofundar o significado histórico e económico da colónia angolana para Portugal. Através de uma análise historiográfica, explorei as características distintivas do colonialismo português em África, destacando elementos como o trabalho forçado, a Revolta da Baixa do Cassanje (Freudenthal, 2001) e a subsequente Guerra Civil Angolana. O meu objetivo era desmascarar qualquer noção de benevolência associada ao colonialismo português, expondo as suas práticas de exploração.

Na discussão do sistema colonial em Angola, o objetivo desse capítulo foi situar as personagens – Isilda, Carlos, Rui e Clarisse – no seu contexto histórico e geográfico específico. Essa contextualização teve como objetivo aprofundar a nossa compreensão das complexidades das relações coloniais e como elas influenciaram o percurso individual e o papel de cada personagem na sua dinâmica familiar do romance.

No terceiro capítulo, dediquei espaço a uma exploração detalhada dos conceitos de ironia transideológica (Hutcheon, 2000) e interidentidade (Santos, 2003), examinando suas manifestações nos personagens de *O Esplendor de Portugal*. O foco estava principalmente na análise dos personagens, revelando as intrincadas dinâmicas de poder e as lutas de identidade dentro da família de colonos retratada na narrativa. Esse estudo realçou as nuances das interações sociais e os impactos das hierarquias impostas pelas colônias, oferecendo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e tensões interpessoais no cenário pós-colonial.

No quarto e último capítulo, revisei a discussão sobre o pós-colonialismo, desta vez examinando-a em conjunto com a teoria decolonial. Este suplemento teórico serviu de enquadramento para a reflexão sobre o alcance e as limitações das abordagens pós-coloniais relativamente às questões de identidade portuguesa. Meu objetivo neste capítulo foi fornecer uma análise crítica das perspectivas pós-colonial e decolonial, explorando como esses quadros teóricos contribuem para uma compreensão mais profunda da dinâmica de poder e da formação da identidade no Portugal pós-colonial. Ao avaliar as implicações destas teorias na formação e remodelação das identidades portuguesas pós-coloniais, o capítulo conclui o estudo com uma reflexão sobre potenciais caminhos para o avanço das discussões sobre o colonialismo e o pós-colonialismo nos contextos literários portugueses contemporâneos.

Por fim, a escolha do título desta dissertação, “Uma mãe, um mestiço, um epilético e uma puta: as irônicas interidentidades em *O Esplendor de Portugal* (1997), de António Lobo Antunes”, justifica-se pela formulação crítica e pela política das interidentidades. Os substantivos presentes no título, ademais, ajudam a explicitar as correlações entre a ironia assente à noção de interidentidade portuguesa nesses personagens que, ao atravessarem a experiência do degredo – todos, exceto Isilda, que encontra seu fim ainda em Angola – chegam às periferias de uma Lisboa como retornados destituídos do poder que o status de colonos outrora lhes garantiria. Não há, pois, nada que sustente uma identidade soberana. O que lhes resta é a recusa proferida pela avó Eunice, que diz “[...] os meus netos dizem tu quais netos, nunca foram meus netos, chamar meus netos a um mestiço, um epilético, uma prostituta” (Antunes, 2007, p. 238-239).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS

ANTUNES, António Lobo. **As Naus**. Lisboa: Publicação Dom Quixote\ Círculo de Leitores, 1988.

_____. **Manual dos Inquisidores**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988

_____. **O Esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. **Exortação aos Crocodilos**. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

_____. **Os Cus de Judas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003

_____. **Memória de elefante**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. **O Manual dos Inquisidores**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. “A confissão do trapeiro”. In: **Terceiro Livro de Crônicas**. Lisboa: Dom quixote3, 2005, p. 133-135.

ARNAUT, Ana Paula. **António Lobo Antunes**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In:_____. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BARRENO, Maria Isabel. **O Senhor das Ilhas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

BARRETO, Isabel Souza Lima Junqueira. A migração de portugueses de e luso-angolanos para a América Latina (1975-1977). **Cadernos CERU**, Série 2, Vol. 31, n. 1, jun. 2020.

BONNICI, T.; ZOLIN, L. O.; **Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências contemporâneas**. 4º ed. Maringá: Editoria UEM, 2019.

CAHEN, Michael. O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade. Uma abordagem “pós-póscolonial” da subalternidade. In: CAHEN; BRAGA (Eds.). **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda Editorial, 2018. p. 31-73. Disponível em: <<https://shs.hal.science/halshs-02476006/document>>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

_____. Sobre um debate contemporâneo: pós-colonial e pós-colonial. **Revue histórica**, n. 660, pp. 899 – 913, 2011. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-historique-2011-4-page-899.htm>>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

CARDOSO, Dulce Maria. **O Retorno**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo**. O lusotropicalismo e a ideologia Colonial Portuguesa. Porto: Afrontamento, 1999.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Tradutor: Albino Poli Jr. 1. ed. São Paulo: Mediafashion, 2016.

ELIZALDE, Paz Concha; FIGUEIRA, Patricia; QUINTERO, Pablo. **A Brief History of Decolonial Studies**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019. Disponível em: <<https://assets.masp.org.br/uploads/temp/tempBxX9IYdiAvwShdOcVsAC.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2024.

FERREIRA, Patrícia Martinho. **Órfãos do império: herança coloniais na literatura portuguesa contemporânea**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2021.

FREUDENTHAL, Aida. Voz de Angola em tempo de ultimato. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 135-169, 2001.

FLORES, Marilda dos Santos Monteiro. Angola: rememorando as indas e vindas de um lugar inesquecível. **Revista Cantareira**, ed. 25, p. 55-71, jul-dez, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27924>> Acesso em: 07 de maio de 2024.

GERSÃO, Teolinda. **A Árvore das Palavras**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1997.

GOBBI, M. V. Z. **A ficcionalização da história: mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GOULD, Isabel Ferreira. Ficções do Eu Colonial e Pós-Imperial: Memória, Identidade e Família em O Esplendor de Portugal. In: MENDES, V (Ed.). **Fact and Fictions of António Lobo Antunes**. Massachusetts: Tagus Press at UMass Dartmouth, 2011. Disponível em: <<https://archive.org/details/factsfictionsofa00mend/page/40/mode/2up>>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

_____. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Thomas T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021. p.103-130.

HISTÓRIA a História África. Autoria: Fernando Rosas. Realização: Bruno Moraes Cabral. Lisboa: Garden Films, 2015. 1 DVD.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

_____. **Teoria e Política da Ironia**. Tradução de Júlio Jeha. Belo Horizonte, Editora UFMG: 2000.

LIBERATTI, Marco Antonio. **A guerra civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Disponível em: < <https://repositorio.usp.br/item/001073545> >. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991

_____. **Nós e a Europa ou as duas razões**. 4ª edição. Temas portugueses: 1994.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais - Desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27- 42, jan.-abr. 2014. Disponível em: < <https://ieafricaufpe.files.wordpress.com/2017/09/estudospc3b3scoloniaisdesconstruindo-genealogias-eurocc3aantricas-inocc3aancia-mata.pdf> >. Acesso em: 17 de abril de 2024.

MATOS, José Fernando de. “O processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional: caminhos e perspectivas”. **Dados de África(s)**, v. 1, n. 01, p. 30-50, 2020. Disponível em: < <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/9877> >. Acesso em: 24 de abril de 2024.

MOREIRA, Sebastião Rogério Góis. Epilepsia: concepção histórica, aspectos conceituais, diagnóstico e tratamento. **Mental**, Barbacena, v. 2, n. 3, p. 107-122, nov. 2004. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272004000200009&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 23 de abril de 2024.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz. A brief history of decolonial studies. **Masp Afterall**, São Paulo, p. 1-12, 2019. Disponível em: < <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-BxX9IYdiAvwShdOcVsAC.pdf> >. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

REIS, Carlos. **História crítica da literatura portuguesa: do Neo-Realismo ao Post-Modernismo**. Vol. IX. Lisboa: Verbo, 2010.

REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo: 1950-2010**. Lisboa: Caminho, AS, 2012

RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Orgs.). **Fantasmata e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos**, nº 66, p. 23 – 52, 2003.

_____. **Descolonizar: abrindo a história do presente**. Tradução de Luis Reyes Gil. Belo Horizonte, MG: Autêntica; São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

SANTOS, H. O Esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes: Um Romance Póscolonial? Identidade, “Raça”, (Des)Território”. **O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC**, nº 1, 2006. Disponível em: <

https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_esplendor_de_portugal_lobo_antunes.pdf >. Acesso em: 03 de maio de 2024.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **Neari em revista**. v. 4, n.5, 2018. Disponível em: <<http://54.94.8.198/index.php/neari/article/view/660/544> >. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

SEIXO, Maria Alzira. **Os romances de António Lobo Antunes**: análise, interpretação, resumos e guíões de leitura. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

_____. **Dicionário da obra de António Lobo Antunes**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.

SILVA, Thomas T. da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

TAVARES, Miguel Sousa. **Equador**. Lisboa: Oficina do Livro, 2004.

VALENTIM, Alexandre. Traumas do Império. História, Memória e Identidade Nacional. **Cadernos de Estudos Africanos**. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Africanos, nº 9-10, p. 23-41, 2006. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293024337002> >. Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

ZUBERI, Sameer M.; SYMONDS, Joseph D. Atualização sobre o diagnóstico e tratamento de epilepsias da infância. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, p. 67–77, 2015. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0021755715001229?via%3Dihub> >. Acesso em: 23 de abril de 2024.